

Manaus: Santarém, Rio Branco, Alamiã,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 390,00

cadernos do

terceiro mundo

Fevereiro 1983 - Cr\$ 300,00 - Ano VI - Nº 52

CHINA:
Um novo caminho?

PALESTINA



Uma cultura em perigo

MARINOS



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

aos leitores

Um patrimônio da Humanidade

O movimento internacional em defesa da cultura palestina formalizado em dezembro passado em Túnis é um fato relevante não apenas pelo objetivo proposto como pelas personalidades que se mobilizam para alcançá-lo. Uma guerra tem sua lógica, quase sempre implacável, mas mesmo nos piores conflitos se estabeleceram certos limites à ação armada quando os possíveis alvos eram valores da cultura dos beligerantes. Os alemães ameaçaram muitas vezes bombardear Roma e Paris, mas cederam ao temor da reação internacional.

No caso das agressões contra os palestinos, estamos diante de uma transgressão brutal às próprias leis da guerra e de um desafio escandaloso à consciência universal. A soldadesca de Sharon que invadiu o Líbano não apenas se desinteressou do destino dos marcos da cultura fenícia, romana e árabe daquele país, como pilhou a maior parte do acervo cultural do povo palestino.

Esse fato revoltante está concitando o protesto da comunidade mundial e levou à criação de uma associação internacional que procura resgatar pelo menos parte desses valores, considerados um patrimônio de toda a Humanidade. Esse tema é amplamente analisado nesta edição, nos artigos e fotos da nossa companheira Beatriz Bissio, escrevendo diretamente desde Túnis.

O empenho dessa associação não está muito distante do veredito da comissão israelense que definiu as responsabilidades de Begin, de Sharon e de vários generais sionistas no massacre dos campos palestinos de Sabra e Shatila. No fundo, tentando preservar os tesouros culturais palestinos ou procurando não comprometer o povo de Israel com aquele crime hediondo, tanto a Associação criada na Tunísia como a Comissão Kahane que investigou o massacre em Telavive, estão se empenhando para que Israel como Estado não apareça associado a procedimentos tão brutais que só contribuiram para aumentar o isolamento do regime sionista e deixar em evidência o ódio racial que marca a gestão de Begin e Sharon, fanatizados pela utopia de um Israel cujas fronteiras iriam do Eufrates (no Iraque) ao Nilo (no Egito).

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal
nº 52

Fevereiro - 1983

Preço de capa: Cr\$ 300,00

Números atrasados: Cr\$ 300,00

• **Edições em português**

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair L. Campos

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samaral (editor de arte)
Sonia Freitas

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Eunice H. Senna

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição e Assinaturas
Homero Souza
Iara Chagas

Divulgação
Henrique Menezes

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033
Beatriz Schiller (Estados Unidos)
18 East, 18th. Street ap. 3E
Nova York - NY 10003
Tels.: (212) - 691-9142/929-5783

Fotolito e Impressão
Ébano Gráfica e Editora Ltda.
Rua do Senado, 349
Tels.: 250-2505/232-0123

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro INPI nº 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Itália) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Créditos desta edição:

Capa: Desenho de Mariano; Barricada, p. 5; Walter Tesch, 7; Beatriz Bissio, pp. 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 30, 32, 33, 60, 61; Centro de Pesquisas Palestinas, pp. 20, 21; "Jeune Afrique", p. 28; Mark Richards, p. 31; Karl Schumacher, p. 31; Prensa Latina, p. 37; Iara Cannabrava, pp. 40, 41; Bio Zenha, p. 42; João Bitar, p. 43; "Compañero", pp. 49, 53; David Hatcher, p. 45; "Notícias de Guatemala", p. 51; ICLA, p. 53; Owen Franken/Sygm, p. 59; Januário Garcia, pp. 73, 74, 75, 80, 81; "Afr que-Asie", p. 85; Carlos Castilho, pp. 89, 90, 95, 96; Gamma, p. 94 e fotos do nosso Arquivo.

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200

Birô Africano

Angola
Eduardo Segui - Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 - Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito - João Escadinha
Rua do Kongwa, 153 - Maputo

• **Edições em espanhol**
MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - teléfono: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÓMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru - Teléfono: 724-712

• **Edições em inglês**
ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livraria UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BE-LIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. **COLÓMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jararillito Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arca 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney Booksellers, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ BRETA-NHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expandedores y Vocadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Paraméa, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Djournal, Rua Joaquim António de Aguiar 68, Lisboa. **POR-TO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 156, 2102 Hamburg. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUECIA:** Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

4 Cartas

5 Panorama Tricontinental

9 Editorial: Uma reforma financeira contra o Terceiro Mundo

Matéria de capa: Palestina, uma cultura em perigo, Beatriz Bissio

- 12 Palestina, uma cultura milenar ameaçada
17 "Os livros não podem se defender", testemunho do saque do Centro de Pesquisas Palestinas de Beirute
22 Assalto à arte e ao patrimônio
25 "Que Deus o julgue", entrevista com o bispo Ayyad
27 As raízes históricas do sionismo, *Roger Garaudy*
30 Um Hamlet sem Hamlet, entrevista com Ramsey Clark
34 Arafat: "Queremos a Palestina em paz"
35 Declaração final: "Um futuro de face humana"

África

- 37 África do Sul: A Igreja contra o "apartheid", *Maria Carlota Melo*

América Latina

- 40 Brasil: Lula: "Mexemos com a cabeça de milhões de brasileiros", *Paulo Cannabrava Filho*
44 Guatemala: *A técnica da*
44 Guatemala: A técnica da "terra arrasada", *Roberto Bardini*
A participação popular na luta insurrecional, *Marta Harnecker*
56 Jamaica: Um paraíso com graves problemas, *Ralph Davis*
60 Não-Alinhamento, uma alternativa histórica às esferas de influência, *Vishnu Priya e Abdul Nafey*

Norte/Sul

- 65 Caribe de língua inglesa: quatro séculos de dependência econômica, *Ash Narain Roy*

Cultura

- 72 O Canto Livre de Angola, *Mário Augusto Jakobskind*
75 Reconstruindo a evolução cultural de dois povos irmãos

Especial: A abertura chinesa, Carlos Castilho

- 84 A China e o Terceiro Mundo
90 O mercado livre na economia chinesa
95 A China e a América Latina



Lula: em busca da unidade



China 1983: nova fisionomia



50º número

(...) Congratulo-me pela glória de conseguirem chegar ao quinquagésimo número e faço votos que isso se repita por centenas e milhares de exemplares, continuando a nos informar bem sobre a vida de "nós", países em desenvolvimento. Peço uma assinatura para alguém que amo muito, o sr. Jonas D. de Barros, meu amado pai, a pessoa que melhor me orientou politicamente. **Maria do Carmo Barros, Pernambuco, Brasil**

Resistência cultural negra

Quero manter contato sobre o que li no nº 48 desta conceituada revista-documento, a respeito das análises e propostas no sentido da formação de um comitê de educação e cultura para que se considerem os blocos de afoxé e a música *reggae* como manifestações da resistência cultural negra. **Edivaldo da Silva, Nova Iguaçu, RJ, Brasil**

O endereço do Edivaldo está na seção intercâmbio.

(...) Proponho que *cadernos* publiquem uma reportagem especial sobre o movimento rastafari da Jamaica e a música *reggae*. Seria oportuna até mesmo uma reportagem sobre o cantor e compositor Bob Marley. (...) Espero que registrem o fenômeno da música jamaicana e da iden-

tificação cultural e étnica que se dá com o negro, sobretudo do Maranhão e da Bahia. **Manoel dos Santos Neto, R. Nova, 28, Coréia, São Luís, Maranhão, Brasil**

cadernos no nº 35 (julho/1981) traz uma extensa reportagem sobre o assunto.

Contra o "apartheid"

Estamos passando em todo o Brasil um abaixo-assinado contra o *apartheid* e pretendemos realizar um amplo debate a respeito. Para tanto, fazemos uma intensa campanha pró-expulsão do embaixador da África do Sul em nosso país. (...) Também gostaria que *cadernos* fizesse uma matéria sobre o "Memorial Zumbi". **Atalito Batista, Av. 2 de Julho, 29-1º, Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil**

Bíblia

Aproveito a oportunidade para dizer-lhes que a revista *cadernos do terceiro mundo* é a minha Bíblia, meu livro de cabeceira. A melhor publicação que atualmente existe. Quando me chega um novo exemplar, a minha vibração é incontida. Parabéns. Continuem assim, por favor. **Carol Majewski, Av. Pres. Vargas, 754, Cruz Alta, R. G. do Sul, Brasil**

Intercâmbio

João Paulo Tomás (Raid Gangsbourg)
Rua Missão de São Paulo, 72-1º andar, porta 2
Luanda — R. P. de Angola

Edivaldo da Silva
Rua Luiza Maier, 241
Parque Flora — 26000
Nova Iguaçu — Rio — Brasil

Hugo Napoleão Amorim
SHCE/Sul 703 — J — Apto. 206
70650 — Cruzeiro Novo-Brasília-DF, Brasil

Cecílio Carlos dos Santos
Rua 1º Congresso do MPLA, 25
Luanda, Rep. Pop. de Angola

Salvador Gomez Cordeiro
Escola Nacional de Aviação
Caixa postal 74, Negage-Uíge,
Rep. Pop. de Angola

Carlos Alberto Pedro Neto
Rua 19 Natornaia, Predio 31,
Quarto 86, Bacu, Rep. do
Azerbaijão, URSS

Beto
Caixa postal 2013
65000 — São Luís-MA, Brasil

NICARÁGUA: CURSOS PARA MILÍCIANOS

Dezenas de milhares de camponeses, operários, estudantes e profissionais de todo o país participam do terceiro curso de instrução das Milícias Populares Sandinistas (MPS). O curso, dividido em dois períodos de três meses, é dirigido por instrutores do Exército Popular Sandinista (EPS) e se destina à preparação e à capacitação da população civil para enfrentar uma eventual agressão externa.

A integração às Milícias Populares Sandinistas é voluntária, embora por razões estratégicas as autoridades não revelaram o número de milicianos que, segundo cálculos de alguns observadores, vai além de 100 mil.

Os milicianos mais preparados se incorporam às unidades de reserva do EPS e, durante um período de um a três meses recebem instrução como unidades de combate. O restante é organizado em estruturas locais ou territoriais que, em caso de agressão, serão encarregadas da defesa de bairros, fábricas, comunidades ou cidades.

O primeiro embrião das MPS foi formado no bairro indígena de Monimbó, na cidade de Masaya, a leste do país, durante o recuo tático das forças insurrecionais em junho de 1979. Posteriormente, foi estruturado de acordo com as necessidades do momento, mas sem ter ainda um perfil definido. A 24 de fevereiro de 1981, houve um aumento do perigo

de invasão, e o ministro da defesa Humberto Ortega fez um chamado à população a se integrar às milícias e estas adquiriram sua estrutural atual.

Enquanto os milicianos estão se preparando, foi levado a conhecimento do público pelas autoridades da Costa Rica a descoberta de outros seis acampamentos de contra-revolucionários nicaraguenses, em diferentes pontos da zona fronteira com a Nicarágua.

A informação foi revelada pelo coronel Oscar Vidal, diretor da Guarda Civil, da Costa Rica. Ele afirmou que os acampamentos haviam sido abandonados uns cinco dias antes de serem descobertos.

As barracas estavam armadas nas regiões de Upala no sopé do vulcão Orosi, a 15 e 20 quilômetros de distância, respectivamente, da fronteira com a Nicarágua.

Os acampamentos somozistas tinham capacidade de alojar

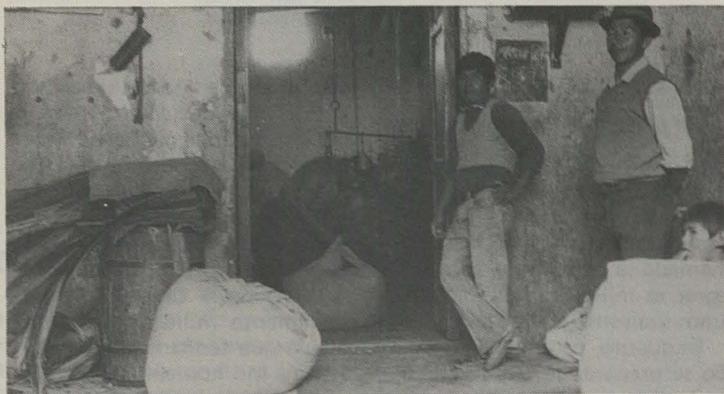
uns 50 homens cada um. Durante o mês de janeiro, patrulhas das guardas civil e rural da Costa Rica descobriram um total de dez acampamentos de contra-revolucionários nicaraguenses em várias regiões do norte e do litoral atlântico. Entre eles, havia uma escola de treinamento militar na qual se calcula que tenham sido treinados uns mil homens que lutam contra a revolução sandinista.

Paralelamente, o Ministério de Segurança da Costa Rica anunciou a instalação de um comando militar para a zona atlântica no porto de Sarapiquí, a uns 170 quilômetros de distância ao noroeste de San José, a capital do país.

O comando estará integrado por 80 homens e nos próximos meses serão recrutados outros 100. Porta-vozes do Ministério de Segurança disseram que o novo comando se propõe a dar segurança aos vizinhos da região, preservar a soberania nacional e assegurar a neutralidade do país nos conflitos entre as nações vizinhas da América Central, particularmente a Nicarágua.



BOLÍVIA: COMBATE AO TRÁFICO DE NARCÓTICOS



O combate ao tráfico de coca concita o esforço nacional

O ministro do interior da Bolívia, Mario Roncal, anunciou que por instruções precisas do presidente Hernán Siles Zuazo, foi iniciada uma luta aberta contra o tráfico de

narcóticos. Foram mobilizados com esse objetivo todos os recursos humanos, econômicos e técnicos e, principalmente, legais, com que o país conta.

Como parte do plano, o mi-

nistro empossou as novas autoridades do Comando Nacional de Controle de Substâncias Perigosas e da Inspeção Geral dessa repartição especializada. Para ocuparem ambos os cargos foram nomeados os coronéis de polícia Edmundo Gutiérrez e Mario Molina, respectivamente.

O ministro Roncal assinalou que essas autoridades foram selecionadas entre as mais idôneas e capacitadas, e que por essa razão se deve confiar em um bom resultado final do plano traçado pelo governo, que visa a uma luta frontal contra o tráfico de narcóticos.

Ao assumir o cargo, o coronel Gutiérrez expressou que a luta contra o tráfico de narcóticos não podia limitar-se a batalhas setoriais mas que o fenômeno seria atacado de maneira global, inclusive através da participação popular.

PRODUÇÃO RECORDE DE CHÁ

A colheita de chá no ano passado em Moçambique — um dos maiores produtores mundiais — bateu o recorde e chegou mesmo a superar em 6.500 toneladas o ponto alto do período colonial. A empresa estatal Emocha divulgou que a sua produção no decurso da estação 81/82 foi de 23 mil toneladas, esperando-se para o período seguinte volumes ainda mais expressivos.

O êxito alcançado é uma decorrência das melhorias introduzidas em equipamentos e tecnologia, no quadro de um projeto de duas fases iniciado em 1980. O custo total desse programa de reabilitação é de 23,65 milhões de dólares, em parte financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

A primeira etapa encontra-

se em finalização e compreende a instalação de novos equipamentos em quatro das doze usinas de tratamento de chá. A segunda tem em vista a construção de duas unidades que deverão cumprir a mesma finalidade, ampliando dessa forma a capacidade das instalações atualmente existentes.

As plantações pertencentes ao Estado cobrem uma área de 16 mil hectares da província da Zambézia, concentrando-se mais da metade no distrito de Gurué e o restante repartindo-se entre Milange e Ile. De acordo com fontes do governo, a mecanização da colheita não acarretará uma redução da mão-de-obra, contribuindo pelo contrário para uma melhor distribuição e para estabilizar a força de trabalho.

As usinas de tratamento de-

pendem até o momento de uma fonte de carburante situada a cerca de 70 quilômetros, o que coloca problemas relacionados com o transporte. Para resolver essa situação, teve início um programa de plantação de eucaliptos em torno da região de Gurué. Uma área equivalente a 17 mil hectares foi coberta, esperando-se que a restante se faça a um ritmo de 1.500 anuais.

As florestas destinam-se em primeiro lugar a fornecer uma fonte temporária de energia para as usinas de chá, delas se extraíndo também madeira para a indústria de construção e móveis, do mesmo modo que carvão para uso doméstico. A eletricidade da importante central hidrelétrica de Cabora Bassa, situada na província de Tete, não tem condições no momento de suprir as necessidades da indústria de chá da Zambézia, conforme acentuaram autoridades moçambicanas.

GUIANA: OPOSIÇÃO CRÍTICA POLÍTICA ECONÔMICA

□ A aguda crise que atinge a economia da Guiana foi analisada pelo Partido Popular Progressista (PPP), da oposição. Essa agrupação política publicou um documento pelo qual o governo é acusado de "permitir a entrada no país de monopólios que saqueiam nossas riquezas".

O PPP, agrupação dirigida pelo ex-primeiro-ministro Chedi Jaggan, levou a conhecimento do público as conclusões de uma reunião de seu Comitê Central, realizada no fim do mês de janeiro. Nessa reunião "foi apontada com temor a queda contínua do nível de vida das massas".

O partido, de orientação marxista-leninista, expressou sua profunda preocupação pelo "estado de desastre absoluto" da economia do país, e previu que durante 1983 "o povo terá de suportar maiores dificuldades que no passado". O PPP apresentou, através da mesma declaração, um plano de nove pontos para enfrentar a crise.

Um elemento-chave desse plano é a "resistência popular" diante das "políticas equivocadas" do governo do primeiro-

ministro Forbes Burnham, e que visa a uma modificação eventual de sua gestão.

O partido de Jaggan criticou também duramente o governo de Burnham, cujo plano econômico "pretende mudar uma forma de capitalismo por outra". Segundo o PPP, o partido oficial realiza uma política abertamente à direita, e planeja "permitir a entrada (na Guiana) dos monopólios para que saqueiem nossas riquezas".

Para respaldar a declaração de seu Comitê Central, o PPP divulgou, através de seu órgão oficial, o jornal "Mirror" (espelho), uma síntese de um relatório sobre a economia da Guiana elaborado pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFDA).

Embora o relatório se refira ao ano de 1981, é a primeira vez que ele é divulgado no meio local. Segundo o "Mirror", a pesquisa foi realizada por um grupo de peritos das Nações Unidas que viajaram ao país a pedido do governo.

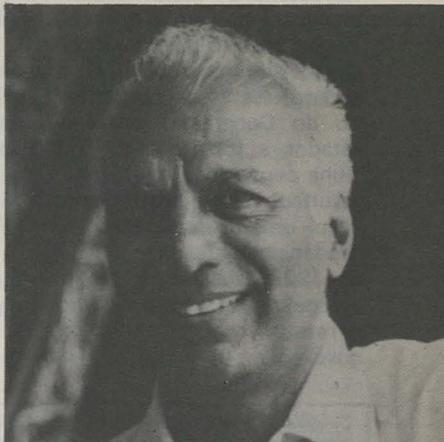
De acordo com a pesquisa, o déficit em conta corrente da Guiana em 1981 foi de 200 milhões de dólares, o que equivale

a uns 32% do Produto Interno Bruto (PIB).

No fim do mesmo ano, a dívida pública havia chegado a 636 milhões de dólares: 113% do PIB.

O relatório assinala que as principais contrações no balanço de pagamentos foram devidas a uma queda súbita das exportações. Essa situação viu-se agravada "por certas medidas do governo (da Guiana) que não só desestimularam e desanimaram a produção em geral, e particularmente na agricultura, de onde provém os principais itens de exportação, mas, além disso atingiram o emprego de toda uma geração da força de trabalho."

(Nils Campbell)



Chedi Jaggan

A CIA ACUSA SEUS ACUSADORES

□ O doutor Fred S. Landis, autor do artigo sobre "A guerra Psicológica da CIA", publicado no número 45 de **cadernos do terceiro mundo**, passou de acusador a acusado. Com efeito, por causa de suas denúncias sobre as atividades da agência norte-americana de inteligência em diversas partes do mundo, Landis foi levado a

juízo diante de uma corte californiana pela Associação de Oficiais de Inteligência Reformados, que exige uma indenização de 120 milhões de dólares. Os amigos de Landis organizaram um fundo destinado a financiar sua defesa e solicitam que qualquer contribuição de solidariedade seja dirigida a: P.O. Box 3086, Califórnia

92803, Estados Unidos.

Podem se dirigir a esse mesmo endereço os que estiverem interessados em comprar ou alugar o filme de Landis "A Guerra Psicológica da CIA", no qual é amplamente documentada a utilização da imprensa conservadora nas campanhas de desestabilização de governos progressistas como o de Salvador Allende no Chile, Michael Manley na Jamaica ou a Junta de Reconstrução Nacional da Nicarágua.

ÍNDIA: TRÊS ESTADOS CONTRA INDIRA

□ A primeira-ministra Indira Gandhi, — que atualmente está na metade do seu mandato — recebeu uma severa advertência como resultado das eleições parciais de 6 de janeiro passado. As eleições destinavam-se à renovação dos parlamentos de três estados — Andra Pradesh, Karnataka e Tripura — e em todos eles o Partido do Congresso liderado pela primeira-ministra, saiu derrotado.

A consulta eleitoral alcançou a 25 milhões de pessoas. Dois importantes estados — Karnataka e Andra Pradesh — eram considerados praças-fortes do partido governante. Nas eleições de março de 1977, que foram desastrosas para o Partido do Congresso, nesses dois estados a formação de Indira tinha conservado a maioria. Os resultados de janeiro constituem uma brusca involução da tendência marcada em janeiro de 1979, quando se verificou a espetacular vitória eleitoral e o retorno triunfal de Indira ao governo.

Em Karnataka, ganhou uma coalizão integrada pelos partidos Janata e Kranti (Revolucionário), provocando a demissão do líder local do Partido do Congresso-I, Gunda Rao. Em Andra Pradesh, prevaleceu um partido criado há quase um ano, o Telegu-Desam. Essa agrupação está identificada com a forte tradição nacional do estado, onde se fala exatamente a língua *telegu*. Ele é dirigido por um ex-ator sexagenário, Nandamuri T. Rama Rao, aliado de Makeka, a nora de Indira.

Makeka, a viúva de Sanjai Gandhi, rompeu sua vinculação com a família Gandhi e está procurando articular a nível nacional um partido concebido para rivalizar com o Congresso-I, chamado Sanjai Vichar Manch. Entre as diversas causas da derrota sofrida pelo Congresso-I em Andra Pradesh, está uma virulenta e histriônica campanha da oposição contra a corrupção e a ineficiência do governo local. Em Tripura, pe-

queno estado da zona oriental houve fortes tensões sociais e étnicas. Aí se repetiu o bom êxito conseguido há cinco anos pelo Partido Comunista marxista, que estendeu seu mandato por outros cinco anos.

Os três resultados apresentam traços comuns: uma baixa participação eleitoral, inferior a 60%, além de incidentes graves. E demonstram a vulnerabilidade do Congresso-I.

Esse partido, eficaz a nível nacional, não o é em termos estaduais. Sua maior atração deriva principalmente da personalidade de Indira Gandhi, que teve que se submeter, em consequência, a uma campanha tipo maratona e, no fim, decepcionante.

A votação de janeiro não terá maior repercussão em escala nacional, pois o Congresso-I controla dois-terços da Câmara Baixa (deputados) e não haverá renovação da legislatura atual até fins de 1984. Mas nos próximos meses se realizarão outros pleitos estaduais que podem significar mais dores de cabeça para Indira e para o Congresso-I. (Narinder Koshla)

PANAMÁ: A GUARDA NACIONAL ASSUMIRÁ A "ESCOLA DAS AMÉRICAS"

□ "O Panamá assumirá o controle total da 'Escola das Américas', um centro utilizado pelos Estados Unidos para a preparação de oficiais de todo o Continente", anunciou o chefe da Guarda Nacional daquele país, general Rubén Paredes. A "Escola das Américas" faz parte do complexo de sete bases militares ocupadas pelos Estados Unidos (através do chamado Comando Sul) em

território panamenho. Funcionando desde 1946, suas instalações serviram para preparar quase 50 mil militares de 21 países da América Latina.

De acordo com o tratado assinado em setembro de 1977 pelo então presidente norte-americano James Carter e pelo falecido ex-chefe do governo panamenho Omar Torrijos, o Panamá assumirá a soberania plena sobre o Canal na noite de

31 de dezembro de 1999.

O Tratado — que entrou em vigência a 1º de outubro de 1979 — contempla a transferência de algumas atividades e instalações ao Panamá antes dessa data. Paredes não explicou de que forma a escola continuará operando e qual seria a participação dos Estados Unidos na mesma.

O governo panamenho, segundo o ministro das Relações Exteriores Juan Amado, se opôs a que a Escola seja utilizada como centro de doutrinação para militares de países onde ocorram conflitos sociais e políticos.

Uma reforma financeira contra o Terceiro Mundo

Começaram as grandes manobras para a reforma do sistema econômico mundial estruturado no último pós-guerra. Tudo leva a crer que o novo ordenamento será modelado de acordo com os interesses das grandes potências capitalistas e em detrimento dos países subdesenvolvidos. O sistema nascido dos acordos de Bretton Woods, em 1944, que deram origem ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, serviu para transnacionalizar a economia mundial sob a hegemonia dos Estados Unidos e para consagrar o intercâmbio desigual entre o Norte industrializado e o Sul produtor de matérias-primas. Esse sistema viveu no ano passado a sua mais profunda crise. A crise tinha numerosos antecedentes, mas em 1982 chegou-se a uma situação-limite. O mais alarmante sinal de perigo foi o prolongamento de uma profunda recessão, que a maioria dos analistas ocidentais havia previsto que começaria a ser superada em meados daquele ano. Foi também motivo de preocupação a impressionante revelação dos créditos dos grandes e médios bancos do sistema, cujos pagamentos (México, Brasil, Argentina etc.), os maiores devedores se viram na impossibilidade de saldar. Ante a gravidade da situação, a reforma do sistema transformou-se numa necessidade. Mas a reorganização, ao menos em teoria, só pode assumir duas formas. Uma delas seria a estruturação de um sistema financeiro através do qual se permitisse aos países subdesenvolvidos (que foram as maiores vítimas do esquema atual da crise capitalista) não somente enfrentar o problema do endividamento, como também empreender sua recuperação econômica e caminhar para um desenvolvimento que propiciasse uma expansão conjunta e contínua de todos os quadrantes do planeta. A outra consistiria em tomar medidas limitadas a

assegurar aos países mais endividados os meios para atender ao serviço da dívida, afastando, assim, o perigo de uma quebra bancária que poderia desencadear a pior crise econômica do século. Nesse último caso, haveria dois perigos: ficariam à margem os países com cotas de endividamento que não representassem uma ameaça para os grandes bancos e que não receberiam, portanto, assistência para recuperar-se da crise. A consequência seria o prolongamento da recessão em que se encontram esses países, que constituem a maioria da população do Terceiro Mundo.

O segundo perigo consiste em que — a par das duras condições que o FMI está impondo aos países mais endividados (como o México e o Brasil) — se não forem adotadas outras disposições para ajudá-los no sentido de uma recuperação econômica real, o problema atual poderia repetir-se em poucos anos.

A linha que marca as deliberações dos dirigentes das dez maiores potências capitalistas, de setembro de 1981 até agora, indica que eles adotarão a segunda variante, com consequências catastróficas para o Terceiro Mundo.

Embora essa tendência crie uma profunda preocupação, parece muito difícil que os países subdesenvolvidos adotem a única atitude que poderia evitar o pior: opor-se unanimemente a uma tal saída e negociar com base numa unidade monolítica os termos de uma solução que compreenda seus interesses.

Os votos do Terceiro Mundo no FMI totalizam 15%. Não obstante ser minoria, essa porcentagem bastaria para obrigar o grupo de potências que controla a maioria a formular concessões no sentido indicado.

As tradições de toda ordem no grupo dos 77 e no Movimento dos Países Não-Alinhados são bastante conhecidas. Mas, nessas circunstâncias, o que está em jogo e muito mais importante: nada menos que a reorganização do sistema para os próximos anos, talvez até o final deste século. Se não forem aproveitadas a Conferência de Cúpula

dos Países Não-Alinhados a realizar-se no mês de março em Nova Déli e a Unctad IV em Belgrado, no mês de junho, para traçar uma linha de conduta que exija a inclusão dos interesses do Terceiro Mundo na reforma, o movimento sairá enfraquecido e terá perdido uma oportunidade histórica.

Existem profundas divergências de ordem política que até certo ponto impedem os Não-Alinhados de tomarem posições comuns sobre assuntos vinculados com opções ideológicas e interesses geopolíticos. Isso é compreensível.

Mas no ponto a que nos referimos, com diferenças de grau e de situação, os interesses são comuns e têm uma base objetiva que permitiria chegar a uma posição conjunta.

Por outro lado, as maiores potências capitalistas, após um período de vacilações, coordenam rapidamente suas políticas.

Em 18 de janeiro deste ano, realizou-se em Paris uma reunião dos Ministros de Economia e Finanças do Grupo dos Dez (Estados Unidos, Alemanha Federal, Grã-Bretanha, França, Itália, Suécia, Holanda, Bélgica, Canadá e Japão), aos quais se somou a Suíça. É esse organismo chave, que conta agora com onze membros, o encarregado de traçar e de executar as políticas de reforma do sistema financeiro.

Emanaram desse grupo as primeiras decisões e propostas para enfrentar a presente situação — e não se pode afirmar que sejam promissoras.

O Grupo dos Onze, no marco dos acordos gerais de empréstimos, decidiu elevar de 6,1 para 19 bilhões de dólares suas contribuições para o FMI.

Um detalhe importante é que esses empréstimos deverão ser concedidos com os altos juros vigentes no mercado, ao invés dos empréstimos ordinários do Fundo, que têm juros mais baixos (6,5% na atualidade). São precisamente as altas taxas de juros um dos fatores que colocaram os países do Terceiro Mundo ante a impossibilidade de saldarem seus compromissos.

Ao mesmo tempo, as onze potências colocaram em suas discussões o objetivo de ampliar as cotas do FMI (o comitê interino do Fundo reuniu-se em Washington a 10 e 11 de fevereiro, com tal finalidade).

Não havia unanimidade sobre o assunto. Os governos socialistas da França e da Suécia preconizam a duplicação das cotas do FMI para dotar de maiores recursos a instituição, e Paris propôs que as grandes potências formulassem uma política destinada a impulsionar uma rápida recuperação econômica mundial.

Os Estados Unidos se opõem a essas medidas, considerando-as "intervencionistas" e contrárias à sua política econômica, de cunho ultraliberal. Segundo se soube, ter-se-ia chegado a um aumento de 47%, e as cotas aumentariam de 76,2 para 90 bilhões de dólares. Para compreender a relação entre essas quantias é preciso levar em conta, por um lado, que, segundo as estimativas da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), o FMI fornecerá cerca de 10 bilhões de dólares anuais a título de créditos durante os próximos anos. Por outro lado, é preciso considerar que a dívida conjunta do Terceiro Mundo dos países não produtores de petróleo havia subido, no fim de 1982, a 626 bilhões de dólares e o déficit em conta corrente desses países foi de uns 70 bilhões de dólares em 1981 e atingiu um montante similar o ano passado. Neste início de 1983, os preços das matérias-primas exportadas pelos países subdesenvolvidos sofreram uma queda pronunciada, sendo esta a causa principal dos déficits.

Portanto, os analistas do Terceiro Mundo estimam que para que os países do Sul possam inverter o curso deflacionário atual e retomar o ritmo de crescimento anterior à crise, seriam necessários 100 bilhões de dólares anuais entre 1983 e 1985, a título de assistência oficial ao desenvolvimento, fluxos de capitais privados e empréstimos.

Existe, pois, uma enorme diferença entre o que se

pensa conceder e o que se exige para sair da crise. As corporações bancárias do sistema transnacional calculam que as quantias cedidas pelos governos são extremamente insuficientes, e que eles deveriam arriscar mais para mudar a situação.

Essa opinião é também difundida entre círculos capitalistas ocidentais que não compartilham da metodologia ultraliberal. Estes assinalam que se prosseguir a situação de recessão geral, os países do Terceiro Mundo (exportadores de petróleo ou não) continuarão comprimindo suas importações de manufaturas e equipamentos provenientes da área capitalista industrializada e, portanto, a crise será mais prolongada e mais difícil de superar.

Uma das conclusões que se pode extrair desses episódios é que — ao contrário do que aconteceu com a depressão de 1929 — as grandes potências não estão encarando a crise com as idéias e a decisão exigidas pela gravidade do momento. Independentemente de qualquer juízo político, naquela ocasião o presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt, inspirado nas teorias do famoso economista britânico John Maynard Keynes, levou à prática um eficaz programa anti-recessivo.

Mas as recessões do pós-guerra se apresentam com caráter cíclico. A atual é a pior dentre elas, e não se conseguiu instrumentar remédios apropriados. A realidade é que os efeitos mais graves se fazem sentir no Terceiro Mundo. Seus representantes não conseguem unir-se para pôr em prática instrumentos de recuperação econômica geral. E as grandes potências confirmam que só concederão empréstimos de emergência para que os grandes devedores do Terceiro Mundo paguem suas obrigações (embora asfixiados). O resto dos países do Terceiro Mundo deverá submergir na miséria, pagando os maiores custos por uma crise pela qual não é responsável. Se os fatos avançarem nessa direção, ter-se-á perdido a grande oportunidade para reorganizar o sistema financeiro que deve vigorar até o começo do século 21.

Palestina

Uma cultura milenar ameaçada

Sob os auspícios da Unesco e da Alecso foi constituída uma associação internacional para a preservação do patrimônio cultural palestino, cujo presidente é o ex-Prêmio Nobel da Paz Sean McBride

Beatriz Bissio

Em março de 1982 surgiu no seio da Unesco uma iniciativa — promovida por eminentes representantes da cultura universal — destinada a constituir uma Associação para a Salvaguarda e Preservação do Patrimônio Cultural Palestino. Meses mais tarde, a invasão do Líbano, as destruições e os massacres de civis evidenciavam em toda sua trágica dimensão o quão acertada havia sido essa medida: os dirigentes israelenses confirmavam mais uma vez sua determinação de erradicar qualquer vestígio da identidade cultural do povo palestino.

“A cultura é a expressão de um povo e parte essencial de sua luta pela existência nacional”, assinala um documento editado pela Associação. “Sal-

vaguardar a herança do passado (vilas, lugares históricos, monumentos, obras de arte, literatura e folclore) permite que esse povo continue ligado a suas raízes e serve também de estímulo para o pensamento criativo e as realizações artísticas atuais. Esta Associação — continua o documento — pretende ir mais além: começar a catalogar o patrimônio ameaçado pelos objetivos sionistas que visam eliminar a herança cultural palestina. Esta Associação ajudará também a manter um contato vivo entre o povo palestino e as realizações mais importantes de sua cultura, tanto aquelas do passado como aquelas que sirvam de exemplo às aspirações contemporâneas do povo palestino e que visem conservar seu patrimônio e seu legado histórico”.

Alguns meses depois, de 18 a 22 de dezembro de 1982, reunia-se em Túnis, sob os auspícios da Unesco e da Alecso (Associação para a Educação



Uma visão da mesa que presidiu os trabalhos: ao centro Arafat, Mme. Bourguiba e McBride

عام الاول للجمعية العالمية للحفاظ على التراث الثقافي الفلسطيني
GENERALE DE L'ASSOCIATION INTERNATIONALE POUR LA SAUVE
VISE EN VALEUR DU PATRIMOINE CULTUREL PALESTINIEN
CONFERENCE OF INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE SAFEG
ICEMENT OF THE PALESTINIAN CULTURAL HERITAGE



Omar Massalha, secretário-geral da associação



Mme. Bourguiba e Yasser Arafat: a solidariedade tunisiana

e a Cultura da Liga Árabe, chamada a Unesco dos países árabes) a Assembléia-Geral constitutiva da Associação. Foram aprovados nessa cidade os estatutos e eleito o Comitê Executivo da Associação, que será a máxima autoridade durante os recessos da Assembléia-Geral. Foi confirmado na Presidência o irlandês Sean McBride, ex-Prêmio Nobel da Paz, com uma longa trajetória na ONU — ex-Secretário-Geral Assistente e Alto Comissário para a Namíbia (1973-1977), que já vinha exercendo a presidência da associação interinamente desde março de 1982. Jornalista, preso em 1918, 1922 e 1930 por causa de sua luta em favor da independência da Irlanda, membro fundador da Anistia Internacional, secretário-geral da Comissão Internacional de Juristas (1963-1970), presidente do Comitê Internacional pela Paz e presidente da Comissão Internacional que estudou os Problemas da Comunicação (chamada por isso de “Comissão McBride”), Sean McBride também é presidente da Comissão Internacional de Investigação sobre as violações de Israel à Lei Internacional.

A Assembléia-Geral elegeu, também, três vice-presidentes. Para representar a América Latina, foi escolhido o chileno Juan Somavía diretor do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (Ilet) e membro do Conselho Editorial de **cadernos do terceiro mundo**. Como membro do Comitê Executivo, representando a América Latina, foi eleito nosso diretor, Neiva Moreira. Foi confirmado na função de secretário geral da Associação o representante palestino na Unesco, Omar Massalha.

A Associação pretende formar comitês regionais e nacionais e receber novas adesões entre os representantes da comunidade científica, técnica e cultural internacional, assim como abrir suas portas a

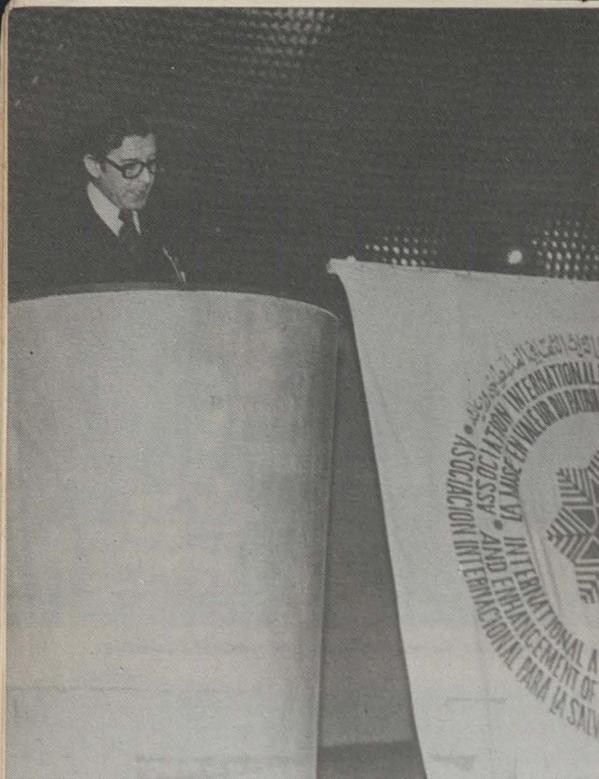


O apoio dos intelectuais de todos os continentes

instituições e novos membros honorários.

Os testemunhos e as intervenções perante a Assembléia-Geral de Túnis demonstraram a força da solidariedade e o interesse despertado pela Associação.

Entre as numerosas personalidades presentes na capital da Tunísia cabe assinalar: Jean Paul Ichter, diretor da Casa da Cultura da França; Nadjm Oudine Bammate, do Afeganistão, ex-diretor de Cultura da Unesco; Mrs. Cettina Darmania Brincat, membro do Parlamento de Malta; Roberto Mesa, diretor-adjunto da Universidade de Madri; Pedro Martínez, presidente da Universidade Independente, também de Madri; o poeta francês Jacques Finet; Ramsey Clark, ex-procurador geral da Justiça dos Estados Unidos; Marta Arjouna, diretora do Patrimônio Cultural de Cuba; Roger Garaudy, es-



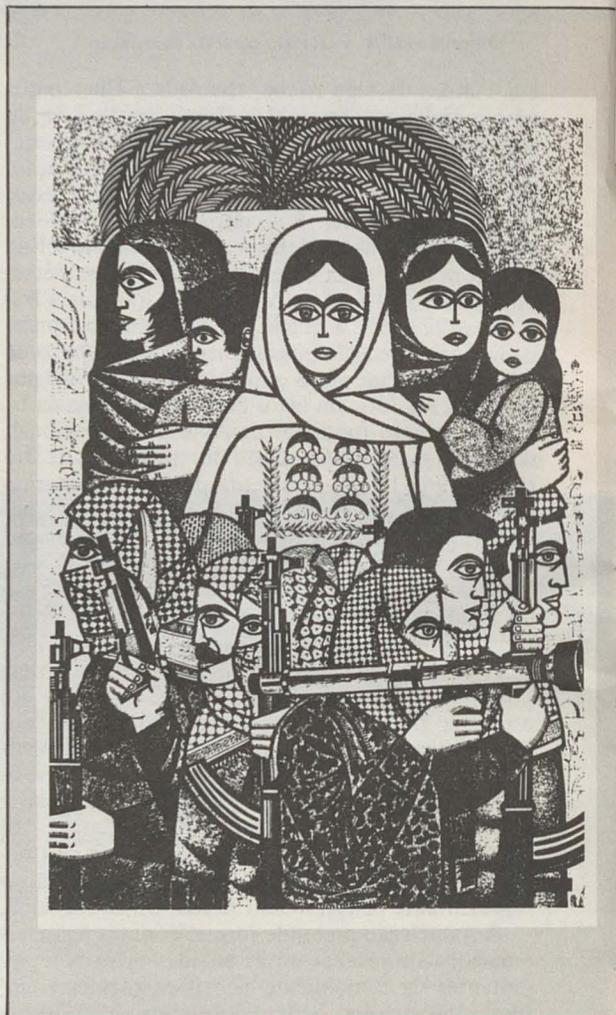
Rafael Roncagliolo, do Peru, fala na plenária

critor francês; Mme. Vera Penia, membro da Fundação Internacional Lelio Basso, da Itália; Trostein Rittun, diretor da Casa dos Artistas, da Noruega; Danilo Aguirre, da Nicarágua, secretário-geral da Federação Latino-Americana de Jornalistas; Rafael Roncagliolo, do Peru, diretor do Centro de Pesquisas sobre as transnacionais da comunicação; Martín Al Magro Bash, diretor do Museu Nacional da Espanha; Edward L. Palmer, presidente do "Black Press Institute", dos Estados Unidos; Ernie Ross, membro do Parlamento britânico; Kaul T.N., da Índia, membro do Conselho Executivo da Unesco; dr. Jan Bergman, professor da Universidade de Upsala, Suécia; Dieter Schinzel, membro do Parlamento da República Federal da Alemanha; M. Marien M. E., arqueólogo belga; príncipe Mohamed Ben Faiçal, da Arábia Saudita; professor Nassir Aruri (palestino), catedrático nos Estados Unidos; o poeta palestino Mahmoud Darwish; dr. Kamal Naji, do Conselho Cultural do Egito; o embaixador sudanês Bachir El-Bakri; Henda! Khazaal, conselheiro cultural dos Emirados Árabes; o dr. Abd'el Kader Hassan Ali, diretor do Centro de Arqueologia do Iraque; dr. Hanna Nassir, diretor da Universidade de Bir Zeit (palestino); M. Daf Allah Al Hajj, do Sudão, presidente do Conselho Superior para Assuntos Religiosos; Abdel Hadi El Tazi, presidente do Centro de Pesquisas do Marrocos; Affif Bahnasi, diretor do Museu Nacional da Síria, entre outros.

As comissões

Depois do trabalho em plenário, onde foram feitas diversas intervenções, a Assembléia-Geral nomeou duas comissões para aprofundar os trabalhos. A primeira, para tratar de um plano de ação de salvaguarda do patrimônio cultural palestino, que inclui um plano global, inventários e catálogos sobre obras e peças, avaliação das destruições, descrição das ameaças que pesam sobre esse patrimônio, além de medidas concretas para ajudar a preservar e a divulgar internacionalmente os objetivos da Associação, assim como a proteger os artistas e autores.

A Comissão II, presidida pelo professor T.N. Kaul, da Índia, estudou os aspectos administrativos e financeiros da Associação, analisando o papel que caberá aos países árabes, às nações islâmicas, ao Movimento de Países Não-Alinhados, à OLP, à Unesco, à Alecco e a outras fundações. Foram estabelecidos programas de estudos e pesquisas a médio e longo prazo.



Mohamed Mzali: "assumir o desafio"

O primeiro-ministro tunisiano falou em nome do presidente Bourguiba

□ (...) Quem no mundo (se pelo menos em nosso mundo a Justiça ainda consegue impor-se à força!), quem dentre nós pode ficar insensível ao destino de um povo ameaçado em suas próprias raízes? A ação metódica e determinada que o ameaça dia a dia, sem descanso e sem perdão, não tenciona apenas a expulsá-lo das últimas terras da Palestina que ele possui ou torná-lo minoritário nesses locais, quando tiverem falhado todos os incitamentos ao exílio. A política do ocupante, além da terra usurpada e do mapa de toda uma região remodelada, procura também — e principalmente — apagar definitivamente a Palestina e fazer desaparecer da memória dos homens até mesmo seu nome. Dessa forma, nessa ponta de Palestina que lhes sobra, apesar de tudo, a oeste do Jordão, os palestinos são — na visão dos ocupantes — habitantes da "Judéia" e da "Samaria". Assim, Naplusa não é mais Naplusa e a maioria das cidades e das aldeias mudaram de nome na esperança de mudarem de cidadãos. Há mais coisas, porém.

Seria dizer pouco e mal, falar apenas de colônias de assentamento e de uma simples política de colonização. O ocupante reivindica a propriedade da terra como um direito soberano e tudo — mesmo o pior — é justificado em função desse dogma. Dessa forma, o colono que usurpa a terra é apresentado como um proprietário "eminente e perpétuo" e a sua instalação como um exercício legítimo do "direito à volta". Nessa lógica, realmente diabólica, os palestinos acabariam aparecendo, por sua vez, aos olhos de uma história mistificada, como ocupantes e usurpadores!...

(...) Cabe, nessas condições, a uma "associação

de salvaguarda" como a nossa, assumir o desafio. É necessário atuar rapidamente e com método! A juventude palestina espera de seus irmãos mais velhos — e também da nação árabe assim como dos militantes pela Justiça no mundo todo —, ela espera que o essencial seja salvaguardado: ou seja, o Patrimônio Palestino.

Esse patrimônio é, primeiro, a terra que não pode ser abandonada a nenhum preço e em nenhuma circunstância. A batalha, metódica, sistemática, deve começar aí, na própria origem da história do povo palestino.

Nós devemos, vocês devem, vocês todos que estão aqui, refletir sobre a organização de uma "campanha internacional de explicação e desmistificação". No mundo inteiro, em toda parte onde a influência da propaganda sionista é exercida de forma perniciosamente eficaz, saibamos explicar e convencer. Saibamos ensinar a verdadeira história.

Depois da terra, o patrimônio é, evidentemente, tudo o que constitui a expressão da personalidade e, eu diria, do gênio do povo palestino.

Mas, cuidado: há, de um lado, essa tendência a querer limitar o patrimônio cultural ao passado e à herança histórica. Certamente, no passado estão nossas raízes e o fundamento de nossa identidade. Sem dúvida, também, em nossa experiência histórica estão nossas referências e o testemunho irrefutável de nossa especificidade. Mas num mundo em devir, o que é um passado que não tem futuro?

Por outro lado, há essa tendência a amputar o patrimônio cultural de sua dimensão "não-material". Não é necessário dizer que as manifestações mais expressivas que o passado nos legou são constituídas de vestígios monumentais, de sítios e paisagens. Mas pode uma cultura definir verdadeiramente um povo, se ela não compreende suas tradições orais, seus rituais e seus costumes, suas criações artesanais, seus signos e símbolos e, finalmente, o eco do ritmo da vida ancestral?

Dessa forma, em matéria de patrimônio cultural palestino, nós devemos tomar cuidado em que nunca a salvaguarda da herança do passado e a valorização do presente sejam separados da criação do futuro. Quer dizer, estabelecer uma junção viva entre a Palestina do passado (da qual o sionismo gostaria de apagar a lembrança) e a Palestina do futuro — que a comunidade internacional, cada vez mais numerosa, nos exige e que o povo palestino está construindo na dor.



Mohamed Mzali: recuperar a terra usurpada

A posição dos jornalistas latino-americanos

Danilo Aguirre, nicaraguense, atual secretário-geral da Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap), com sede no México, falou em Túnis em nome dos jornalistas democratas do continente.

Aguirre lembrou que, por ocasião da recente visita do ministro Ariel Sharon à América Central, vários jornais — dentre eles alguns de propriedade de famílias árabes — lançaram duros ataques contra o regime sionista de Israel e condenaram a presença de Sharon na América Latina. “Entretanto — acrescentou o secretário-geral da Felap — inexplicavelmente, esses mesmos jornais criticam violentamente a revolução popular sandinista da Nicarágua. É preciso, pois, localizar o inimigo comum, do qual nós todos unidos devemos cortar os tentáculos”.

Aguirre lembrou a estreita relação entre os palestinos e o povo nicaraguense e afirmou que a Felap dará todo seu apoio à Associação que foi



Ahmed Soubeid, da OLP do México, e Danilo Aguirre

formalmente constituída em Túnis. “A luta principal de nossa Associação deve ser recuperar, conservar e perpetuar o melhor patrimônio do povo palestino: o seu território”, afirmou.

McBride: “Um ato ilegal e indefensável”

“A consciência pública mundial agora tomou conhecimento de que o genocídio (no Líbano) podia ter sido evitado”, afirmou Sean McBride perante a Assembléia-Geral da Associação. “Eu não posso deixar de me perguntar se fizemos tudo o que era possível — inclusive no mundo ocidental — para evitar os acontecimentos sangrentos no Líbano e se temos as forças necessárias para enfrentar a corrida armamentista.

“Quando esta Associação foi fundada — acrescentou McBride — ficamos orgulhosos ao conhecer o trabalho do Centro de Pesquisas Palestinas de Beirute e comprovamos que estava-se trabalhando de maneira construtiva na recompilação de manuscritos, peças, obras de arte, todos eles elementos do legado histórico do povo palestino. Nunca poderíamos ter desconfiado naquele momento que todo esse arquivo inestimável, que todo esse trabalho, era um dos alvos das forças israelenses que invadiram o Líbano alguns meses depois. No fim de setembro de 1982, esse arquivo foi roubado ou destruído pelas forças israelenses. Isso constitui um ato ilegal e indefensável, e que só se explica pelo afã de destruir qualquer vestígio sobre a origem da cultura palestina. Espero que os senhores compartilhem da minha opinião de que isso ilustra não só o desejo de dis-



McBride abraça Khadoume, chanceler da OLP

persar os palestinos, como também de erradicar qualquer vestígio de sua cultura.

“E ainda mais — continuou McBride — quero chamar a atenção do mundo para um novo desafio: recentes acontecimentos no Líbano, no Lesoto, em Angola e em Moçambique, revelam que os refugiados se transformaram agora nos principais alvos dos regimes opressores de Israel e da África do Sul. Não há lei que justifique essas agressões: mulheres, anciãos e crianças refugiados sendo alvo da agressão.”

“Os livros não podem se defender”

Um trágico relato do saque ao Centro de Pesquisas Palestinas de Beirute. O fruto do trabalho de 80 pesquisadores durante 17 anos, carregado em caminhões e transportado para Israel

Ao longo dos seus 17 anos de existência, o Centro de Pesquisas Palestinas (*Palestinian Research Center*) — formalmente dependente da OLP — conquistou um enorme prestígio em todo o mundo árabe e em numerosos países europeus e do Terceiro Mundo pela sua tarefa no terreno da produção intelectual e da documentação, assim como pela sua importante biblioteca de mais de 25 mil volumes.

Inaugurado em 1965 — pouco depois da fundação da própria OLP — o Centro está destinado principalmente à pesquisa sobre a causa palestina e tudo o que lhe diz respeito, tanto com um enfoque político como social, econômico, cultural e até militar; dedicou-se também ao estudo do conflito árabe-israelense e suas consequências.

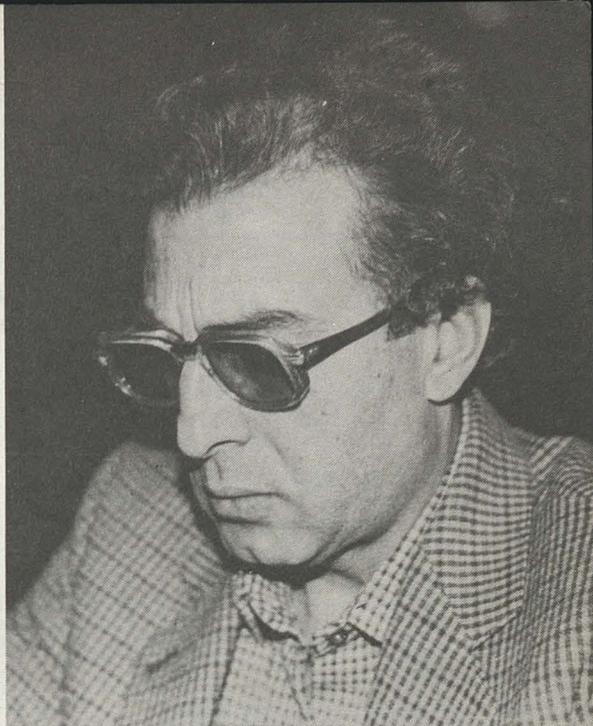
O governo libanês lhe concedera o status diplomático com as mesmas imunidades que às demais missões estrangeiras. O Centro continuou funcionando com esse caráter depois da retirada dos militares palestinos de Beirute Ocidental. Apesar de todas as garantias recebidas da administração Reagan, esse Centro foi saqueado em setembro de 1982 por tropas israelenses que demoraram quatro dias para completar o roubo de todos os materiais.

Faiçal Houram, escritor, artista plástico e encarregado da seção de estudos palestinos do Centro, e também diretor da revista “Assuntos Palestinos” (publicação mensal do Instituto), conversou longamente com cadernos do terceiro mundo, explicando os objetivos e as metas do Centro e dando seu testemunho das destruições e do saque sofrido por parte das tropas israelenses que ocuparam Beirute Ocidental.

Documentação e pesquisa

Todas as publicações do Centro são editadas em quatro línguas: árabe, hebreu, inglês e francês.

1983 - fevereiro — no. 52



Faiçal Houram: um depoimento dramático

“Uma seção era destinada aos documentos jornalísticos e outra às próprias publicações da OLP. Na seção de documentos de imprensa foram reunidos todos os artigos sobre o Oriente Médio dos principais jornais de todo mundo, editados nessas quatro línguas. Além do mais, nesses 17 anos foi criada uma biblioteca que com o passar do tempo transformou-se na mais importante de todo o mundo árabe. Tínhamos conseguido reunir 25 mil livros, dos quais uns 5 mil em hebreu. Isto é, tudo o que se publicou sobre o tema dentro de Israel.”

Havia outras seções, como por exemplo, a de pesquisa. Trabalhou-se particularmente na pesquisa de assuntos palestinos e assuntos árabes (nesse campo foram realizadas as pesquisas mais importantes do Mundo Árabe, já que se passou a tratar do conflito árabe-israelense a nível estratégico). Só de temas especificamente israelenses foram publicados 315 livros, praticamente tudo o que foi editado no Mundo Árabe sobre a sociedade israelense.

Na mira de Israel

“Desde que o Centro foi criado passou a constituir um objetivo na mira de Israel, empenhado em acabar com ele, em destruí-lo. Foi bombardeado com mísseis por agentes israelenses em quatro ocasiões. Também foram enviadas várias cartas-bombas ao diretor e a outros funcionários”, assinala Houram, que ainda parece sofrer o impacto da experiência vivida em Beirute.

“Durante a última guerra e antes que Israel en-

terceiro mundo - 17



trasse em Beirute, houve quatro tentativas sérias de destruir o Centro. A primeira foi com um automóvel carregado com 60 quilos de dinamite, estacionado próximo à nossa sede, em pleno bairro Hamra, no centro comercial de Beirute Ocidental. A segunda vez, também com um carro cheio de explosivos, e com cargas adicionais nas proximidades. Foi dado o alerta geral, os carros explodiram, mas só foi atingida a fachada do prédio.”

Houram explica que os trabalhos não pararam durante a invasão israelense por causa do caráter do Centro e pela dedicação de todos os pesquisadores a sua tarefa. “Pelo contrário — assinala — trabalhou-se noite e dia, com tanto ou mais esforço que em épocas normais”.

Nas negociações para o cessar-fogo, destinadas a romper o bloqueio de Beirute e assegurar a saída dos palestinos, foi estabelecido que o Instituto devia permanecer aberto. Esse foi um dos requisitos exigidos pela parte palestina para assinar o acordo. “Esse ponto era fundamental para nós, porque o Centro tem um valor enorme”.

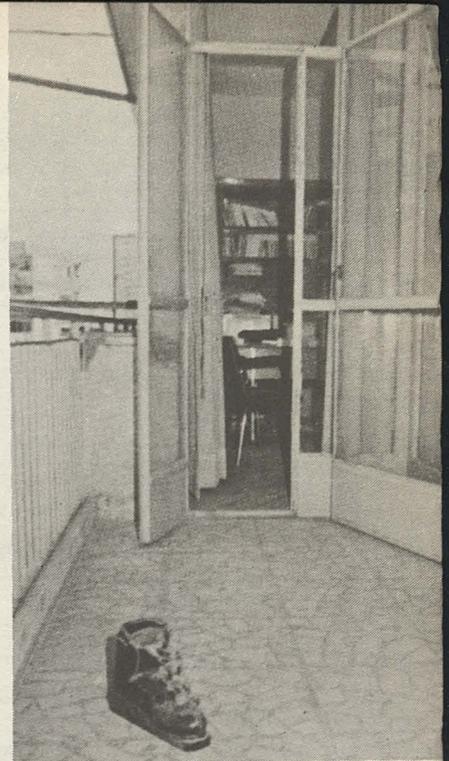
Assim, o Centro de Pesquisas Palestinas foi incluído nos acordos internacionais prévios à evacuação, como um lugar que devia ser preservado. E

mantinha suas imunidades diplomáticas. As mesmas garantias foram concedidas a todas as instituições civis palestinas em Beirute. “Depois da evacuação dos militares palestinos, nós continuamos trabalhando normalmente, a todo vapor, como no primeiro dia”, afirma Houram.

Com Sabra e Shatila

“Nós estávamos trabalhando num daqueles dias — relata o diretor de “Assuntos Palestinos” — e chegaram notícias confusas de que estava acontecendo alguma coisa (não se sabia exatamente o quê) nos campos de Sabra e Shatila. Depois desse alerta, começamos a tentar guardar o que fosse possível de nossos trabalhos. Desde que Israel entrou em Beirute Ocidental nós não estávamos autorizados a circular com nossos automóveis, tínhamos que andar a pé. Começamos a carregar na mão, clandestinamente, os documentos dos quais não tínhamos cópia. Só podíamos retirar, passando despercebidos, aqueles documentos insubstituíveis, originais. Mas o resto todo ficou lá: a biblioteca, o arquivo geral, o arquivo de imprensa. Tudo ficou lá”.

Durante a matança de Sabra e Shatila os israel-



Os soldados israelenses tomaram de assalto o Centro e jornalistas internacionais se aproximaram deles para tentar evitar o saque (página ao lado). Mas foi em vão: foi tudo carregado em quarenta caminhões ou destruído

lenses irromperam também no Centro.

“Invadiram de forma agressiva, tomando o Centro quase que de assalto. Enquanto eles entravam por uma rua, nós saíamos pela outra, deixando para trás todo o fruto de nosso trabalho durante quase duas décadas.”

Ao fugirem, os pesquisadores se refugiaram em casas próximas, a partir das quais alguns deles chegaram a presenciar o saque. Simultaneamente, trataram de entrar em contato telefônico com a embaixada da França e, “através de terceiros, também com a embaixada dos Estados Unidos.”

“Comunicamos o que estava ocorrendo, solicitando ajuda, dado que o Centro estava incluído nas garantias internacionais das quais os governos dos Estados Unidos, França e Itália foram intermediários. Com a única que não conseguimos nos comunicar foi com a embaixada da Itália, pois estava com os telefones cortados.”

Houran continua seu relato: “Eles entraram no Centro com suas próprias forças militares e com alguns membros do *Mossad* (o serviço secreto israelense). Caminhões militares de carga começaram a transportar absolutamente tudo o que encontravam no local”.

“Os vizinhos das casas onde nós estávamos escondidos iam nos transmitindo o que viam. Era terrível estar tão perto e não poder fazer nada... Estávamos presenciando a insanidade e o arbítrio, sem poder reagir. Houve alguns jornalistas estrangeiros que se aproximaram do local e começaram a discutir com os israelenses. Eles conheciam a importância do Centro, inclusive com relação a Israel.





Alguns documentos que não conseguiram carregar ficaram no chão, destruídos...

Segundo os próprios jornalistas contaram mais tarde, as respostas dos israelenses estavam carregadas de sarcasmo e até de ódio: 'Trata-se de um Centro de Documentação, por que é que vocês estão roubando todo o material?', perguntavam os jornalistas. A resposta era sempre do tipo 'os palestinos mentem, eles não têm cultura, nem sequer sabem ler. Nós estamos carregando tudo isto para Israel porque lá sim tem gente que sabe usar esse material'.

"Levaram tudo o que podia ser utilizado. Tudo. Desde borracha e lápis, até laboratórios de microfilme. De equipamentos eletrônicos a lâmpadas. De aparelhos telefônicos aos móveis mais novos,

aparelhos de ar condicionado, cadeiras e estantes. Enfim, os vizinhos falam de 40 caminhões militares grandes, que foram carregados de material, além de tudo o que foi destruído. Só deixaram papéis sem utilidade, espalhados pelo chão."

Trágico demais para expressar com palavras

"Quando eles partiram — prossegue Houram — chamamos os jornalistas estrangeiros para entrarem conosco, para que eles próprios comprovassem o estado em que as coisas haviam ficado. Há fotos que documentam como encontramos tudo quando entramos. Para nós, é trágico demais para expressar com palavras: o trabalho dos 80 pesquisadores, durante 17 anos de total abnegação, pisoteado e destruído por uma bota militar... Ao longo de nosso exílio palestino vivemos muitas situações trágicas, mas neste caso estávamos vendo como nosso direito à criação cultural havia sido esmagado... E o Centro estava muito distante da ação militar direta. Era uma expressão do trabalho cultural de gerações.

"Eu leio literatura israelense. Pode ser que essa literatura seja contra mim, mas tenho capacidade de encontrar valores culturais no trabalho do inimigo. Posso estar em desacordo, mas não o humilho. Não vejo nele um valor inferior. O que aconteceu com o saque e o roubo de nosso Centro foi a humilhação, por parte do exército israelense, do mais sagrado que a gente pode admirar, que é o valor humano. O valor cultural. Eu interpreto essa ação como a expressão máxima do racismo político."

Houram é enfático em sua condenação. "É como matar uma criança inocente: ela não pode se defender. Os livros também não podem".

E daqui por diante?

— Nosso povo adquiriu uma experiência importante. Embora se trate de um desafio, já tomamos

Saque da Biblioteca Nacional Libanesa

A Biblioteca Nacional Libanesa foi saqueada durante os primeiros dias da invasão de Beirute Ocidental. Aconteceu a mesma coisa com a biblioteca do Congresso Nacional libanês. Na Faculdade de Ciências da Universidade Libanesa, os roubos e os saques incluíram os laboratórios transportados também para Israel em caminhões militares.

O governo libanês criou uma Comissão Especial para tratar desse assunto. Mas as denúncias

chamam atualmente a atenção para o perigo que ameaça as relíquias arqueológicas de Tiro e Sidon. A opinião pública mundial deve ser alertada para este sério desafio de preservar os tesouros arqueológicos romanos dessas antigas cidades da costa libanesa. Não só pelas pilhagens, que já ocorreram por parte dos militares israelenses, mas porque — dada a precária situação em toda a zona — comerciantes inescrupulosos de obras de arte têm possibilidade concreta de roubo, sem que haja uma fiscalização.

uma decisão: recomeçar nosso trabalho, com a mesma dedicação e entusiasmo com que começamos há 17 anos.

De fato, os pesquisadores já começaram de novo suas tarefas. "Reconstruindo o Centro, ao mesmo tempo que nos lançamos às ruas, nós nos integramos à reconstrução geral".

Três semanas depois do saque saiu o primeiro número da revista mensal "Assuntos Palestinos" e, quando fizemos a entrevista, Houram nos informou que o segundo número já estava em circulação. "O terceiro estará circulando quando eu voltar a Beirute", disse.

Apesar de os israelenses terem destruído todos os originais que estavam preparados para serem editados, o Centro também está começando de novo a publicar livros. "Recomeçamos com nossas edições cotidianas. Estamos utilizando as bibliotecas — muito modestas — que existem em Beirute. Escritores palestinos, mesmo aqueles que antes não estavam integrados a nosso trabalho, agora se aproximaram e ofereceram ajuda e colaboração. Esses gestos foram muito animadores, assim como o dos cidadãos comuns, que vieram em seus carros para nos trazerem livros, seus livros pessoais, para reconstruirmos nossa biblioteca. Na realidade, a reconstrução não é fácil, porque se tratava de livros especializados, de uma biblioteca científica. Mas o que interessa é o estímulo, é gratificante e nos dá ânimo de seguir adiante".

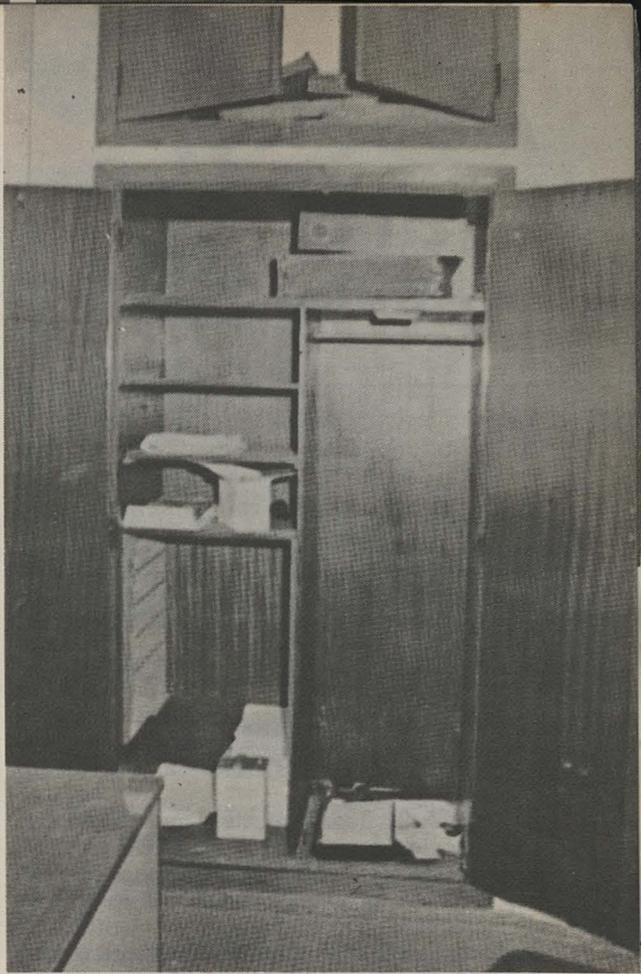
Houram conta que receberam mil livros de uma mulher palestina de Saida (Sidon), que entrou clandestinamente em Beirute, ela e seus livros. "Estamos muito satisfeitos com essas atitudes". Receberam também doações de suas próprias publicações atrasadas, que são enviadas anonimamente, para "ajudar a reconstruir o arquivo".

A grande operação

"A grande operação chama-se agora 'reconstruir o Centro em sua totalidade'. A infra-estrutura é fácil. O problema maior é a biblioteca, mas temos confiança no futuro. Nós, os pesquisadores, nos demos um prazo de um ano para a reconstrução. Durante esse ano, tudo terá retornado à normalidade, inclusive com modernizações: vamos conseguir."

O senhor confia realmente?

— Claro. Quando chegou às nossas mãos o primeiro número da revista "Assuntos Palestinos", os 80 pesquisadores do Centro começamos a dançar. E estando em Damasco, Arafat a recebeu e se congratulou consigo mesmo e com a direção da OLP, com a qual estava reunido, porque esse número era uma expressão da experiência de vida de nosso



Valiosos documentos históricos se perderam

povo. De sua capacidade de regenerar qualquer ferimento.

O exemplo também se deu em outros níveis. O acampamento de Al Helwi, próximo de Saida, foi totalmente destruído. Mas 20 mil palestinos estão morando novamente em cima dos escombros de suas próprias casas, no mesmo acampamento.

Em Sabra e Shatila os refugiados retornaram e há vida, as escolas estão funcionando, há lojas. As mulheres saem de tarde e ficam nas portas de suas casas. Voltamos a viver. Apesar da tragédia.

O senhor pensa refletir em sua obra essa tragédia vivida?

— O problema é esse. A tragédia é muito maior que a caneta, que um livro. Entretanto, há coisas que precisam um pouco mais de tempo para serem assimiladas, para se poder escrever. Na literatura, o homem precisa estar fora do círculo de ação para poder refleti-lo em sua obra. Mas, sem dúvida alguma, se continuarmos vivos, vamos botar no papel todas essas experiências: eu quero refletir essas vivências. Assim espero. ●

Assalto à arte e ao patrimônio

Uma coleção organizada em 30 anos de trabalho saqueada em cinco dias. Um acervo de 750 mil dólares, peças únicas da arte popular palestina, roubadas em Beirute ocupada

A Diretora da Seção Arte e Patrimônio do Departamento de Informação e Cultura da OLP, Tamam Shamut, conhecida pintora palestina, apresentou um relatório minucioso na Conferência de Tûnis sobre os saques sionistas de obras de arte e peças representativas da arte popular palestina, durante os meses da ocupação de Beirute.

Inicialmente, Tamam explicou que a Seção Arte e Patrimônio foi criada em 1965 no Departamento de Informação e Cultura da OLP, em Jerusalém. Em 1966, ela foi transferida para o Líbano. Com grande esforço conseguiram abrir um escritório em Beirute, no qual começaram a desenvolver uma série de atividades:

— *Uma seção de fotografias*, que chegou a reunir, ao longo dos anos, 27 mil fotos numeradas e catalogadas, sobre diferentes temas relacionados com a realidade do povo palestino. A coleção inclui fotos históricas, da luta de massas, de arqueologia e até aspectos da vida atual dos palestinos em plena década de 80. Todas as fotografias foram tiradas, reveladas e ampliadas como parte do trabalho dessa seção.

— *Uma seção de criação artística*, destinada a organizar bibliotecas artísticas informativas. A seção tem, inclusive, um arquivo de todos os *posters* ou cartazes que foram feitos ao longo dos anos sobre a Palestina, tanto a nível árabe como internacional. Trata-se de uma coleção absolutamente completa, com milhares de originais.

— *Um departamento de exposições*, encarregado de organizar exposições de artes plásticas e temas palestinos, tanto nos países árabes como a nível internacional. As obras exibidas são de artistas palestinos e de pintores e artistas solidários com a causa palestina. Esse departamento organizou uma coleção de desenhos de crianças palestinas no exílio, nos campos de refugiados e nos territórios ocu-



Tamam Shamut na conferência de Tûnis: um relatório completo da coleção roubada

pados (o trabalho serviu como estímulo para fomentar a criatividade dessas crianças).

Tamam explicou, através de seu relato na conferência, que uma coleção completa de vestidos e utensílios palestinos de grande valor histórico e material foi totalmente saqueada pelos militares israelenses.

Essa coleção já havia percorrido diversos países do mundo a partir de 1978. Nesse ano, no dia 5 de julho, foi exibida pela primeira vez no Museu Albert Gamon de Berlim, República Democrática Alemã (RDA). A exposição era integrada por mais de 682 obras de arte antigas cuja recompilação exigiu um grande esforço, e que incluía de peças arqueológicas até expressões do patrimônio cultural atual.

Naquela oportunidade, foi publicado um livro, em alemão, que fala da cultura palestina praticamente desde a origem do homem na região. Segundo estatísticas do próprio museu, a exposição foi visitada por mais de 100 mil pessoas.

Posteriormente, foi levada a vários museus de renome mundial: Museu de Arte Popular de Budapeste (Hungria), setembro de 1978; Museu de Artes Populares de Leipzig (RDA), novembro de 1978; Museu Nacional Popular de Varsóvia (Polônia), março de 1979; Museu Nacional de Belas Artes de Lisboa (Portugal), outubro de 1979; Museu de Artes Orientais de Moscou (URSS), novembro de 1979; Museu Nacional da Espanha (Madri) abril de 1980; Sala da Commonwealth de Londres, (Grã-Bretanha), maio de 1981; Palácio Islâ-

mico de Saragoza, (Espanha), junho de 1980; Museu Nacional de Belas Artes de Las Palmas (Ilhas Canárias), setembro de 1980; Helsinki, (Finlândia), fevereiro de 1981; Sala nº 1 do Palácio da Unesco (Paris), 1981; Belgrado (Iugoslávia), e Aeroporto Internacional de Frankfurt (Alemanha Federal), fevereiro de 1982.

Em abril de 1982, a exposição retornou a Beirute.

Um patrimônio incalculável

Tamam Shamut permanece em Beirute, tendo viajado a Túnis especialmente para levar seu testemunho à Conferência.

A coleção foi avaliada — em termos materiais — em 750 mil dólares. “Mas muitas peças não tinham seu valor calculado, porque eram originais e únicas”.

“Em primeiro lugar — explica Tamam — tínhamos 153 vestidos femininos, de caráter popular, cuja antiguidade oscilava entre os 200 e os 60 anos.”

A coleção começou a ser montada em 1954, por iniciativa individual de cidadãos palestinos e foi adquirindo posteriormente um caráter mais global, passando a receber o apoio do Departamento de Informação e Cultura da OLP e de outras instituições palestinas.

“Cada vestido — assinala Tamam Shamut — era acompanhado por um chapéu (enfeitado com moedas de prata originais, ou moedas de ouro), cinto e chinelos. Cada um deles pertencia a uma determinada região da Palestina, com seus bordados e detalhes característicos. Tínhamos vestidos para ocasiões especiais, como casamentos, festas de gala e funerais etc.

“Em segundo lugar, a coleção tinha 16 trajas masculinos completos, cuja antiguidade oscilava entre os 100 e os 25 anos; vestimentas típicas da faixa do litoral, da zona da montanha e do deserto do sul.

“Em terceiro lugar, tínhamos 250 peças únicas, como enfeites para vestidos de noiva, pequenas sacolas que as camponesas usam nas tarefas do campo, bolsas para fumo (de homem), lenços para danças de quadrilha, lenços para a cabeça, cosméticos, pentes especiais de prata ou marfim. Essas peças eram todas originais e únicas e, portanto, insubstituíveis.

“Um quarto conjunto de peças únicas era constituído por enfeites para camelos e para cavalos, usados em cerimônias especiais, ou nas corridas, todos eles bordados a mão. Eram 22 peças

“Isso era completado por três peças únicas de prata, para camelos, de 100 anos de antiguidade.

“A coleção incluía também 40 peças de palha (bandejas etc) de diferentes cores e decorações, usadas pelos camponeses; 500 peças de vidro de

1983 - fevereiro — no. 52



O trabalho de bordado das mulheres dos campos de refugiados assim como antigos vestidos palestinos desapareceram de Beirute





A violência israelense além dos massacres de refugiados, procurou acabar com todo vestígio da cultura milenar palestina

Hebron ('Como vocês sabem — explica Tamam — o vidro foi inventado na Palestina e as fábricas mais antigas de vidro de toda a zona estão localizadas em Hebron'); 400 peças de arte popular que os camponeses usavam para colocar em seus burros e nos animais para lavrarem a terra; 100 peças de porcelana, desenhadas com poesia árabe e frases do Corão, com mais de 100 anos de antiguidade; 67 peças de madeira de oliveira, com diferentes aspectos da vida palestina, também com mais de 100 anos de antiguidade; 82 peças de cobre (panelas, chaleiras, cafeteiras, bandejas); e talheres, em sua maioria de prata; 13 instrumentos musicais palestinos, todos muito antigos, como alaúdes, flautas e tambores, feitos à mão; uma série de trabalhos modernos — bordados à mão — dos refugiados palestinos, realizados sob a coordenação da Samed (a instituição palestina dedicada à produção), incluindo 59 tapetes; e, finalmente, moedas e selos antigos de mais de 100 anos de antiguidade.

“Tudo isso — conclui Tamam — foi saqueado e roubado pelos israelenses quando entraram em Beirute, violando as garantias dadas aos palestinos para a evacuação da cidade.”

Os fatos ocorreram a 15 de setembro de 1982, quando foram invadidos os escritórios da OLP onde estava guardada a coleção. “Demoraram cinco dias para carregarem absolutamente tudo o que acabamos de detalhar. E começaram justamente um dia antes dos massacres de Sabra e Shatila”. ●

“Que Deus o julgue...”

O bispo católico palestino Ibrahim Ayyad se define um patriota militante que atua no campo da divulgação e acusa os norte-americanos de serem hipócritas

D Ibrahim Ayyad nasceu em Belém, Palestina, onde moram ainda seus irmãos e seus sobrinhos. Quando criança, entrou para a escola grega (pertencente à Igreja Católica grega) e depois para o Seminário Latino de Jerusalém. Lá, diplomou-se em teologia, filosofia e direito canônico, dogmático e moral. Em 1937, foi ordenado sacerdote e posteriormente ingressou na Escola de Direito Civil de Jerusalém. A Palestina estava naquela época sob mandato britânico e a escola era uma dependência da Faculdade de Direito de Londres. Cinco anos depois, ele se formou em direito civil.

Foi conselheiro do patriarca latino de Jerusalém para Assuntos Cíveis e Legais e presidente do Tribunal Eclesiástico Latino de Jerusalém.

Atualmente, Ayyad é membro do Conselho Nacional Palestino (Parlamento), e um militante da OLP. Ele foi um dos articuladores da visita de Yasser Arafat ao papa João Paulo 2º, no Vaticano. Em Túnis, Ibrahim Ayyad desempenhou um papel ativo, entrevistando-se com numerosas delegações. Transcrevemos a seguir as declarações mais significativas aos enviados especiais de “cadernos do terceiro mundo”:

Não é muito comum vermos um bispo tão ativo e militante. Gostáramos de saber como chegou a assumir essas posições...

— É um dever de todo palestino, de todo patriota, defender sua pátria e seu povo. É algo natural.

Como o senhor vê o momento atual, na qualidade de bispo e de patriota palestino?

— A situação é complexa. Internacionalmente, nossa causa é bem vista. O mundo está do nosso lado. Mas os israelenses não entendem nem querem ouvir a voz da razão, nem as exortações da comunidade internacional, nem a voz do Direito e da Justiça.

As Nações Unidas já adotaram uma série de medidas em favor de nossos direitos nacionais. Entre-



Ibrahim Ayyad, um bispo patriota e militante

tanto, os israelenses nunca as levaram em conta. Israel está indo por um caminho que viola abertamente o Direito Internacional.

Sabe-se que o senhor foi um dos artífices da aproximação entre o Vaticano e a OLP, que culminou com a visita de Yasser Arafat ao papa João Paulo 2º. Como encara essa entrevista?

— Sem dúvida, ela contribuiu para esclarecer diante do mundo a justiça da causa palestina. Depois da visita de Arafat ao papa, eu fui convidado por muitas instituições católicas para falar sobre a Palestina. Estive várias vezes na Itália, na França, na Alemanha. Falei também sobre nossa causa na América Latina e nos Estados Unidos. A opinião pública católica começou a mudar.

Como é sua relação com os cristãos de outros países do Oriente Médio?

— É boa, com exceção de alguns maronitas.

Por quê?

Porque são aliados de Israel. Eles não defendem os direitos nem os interesses árabes, mas os de Israel. Durante a guerra civil de 1975/76, eu salvei a vida de muitos maronitas. Mais isso já não é levado em conta.

O senhor pretende manter sua residência no Líbano?

A solidariedade dos judeus

□ O professor Mário Schemberg, destacado físico nuclear brasileiro, foi um dos participantes da Conferência de Túnis, e a partir de sua condição de judeu fez uma acirrada defesa do patrimônio cultural palestino.

Sua posição – de apoio à luta palestina – ainda é minoritária dentro da comunidade judaica. O senhor acha que agora, com os excessos e os desmandos do governo Begin, as coisas podem mudar?



Mário Schemberg, ao centro: assumir a defesa dos palestinos

– Depois do massacre nos campos de Sabra e Shatila, muitas pessoas, inclusive dentro de Israel, começam a contestar a política do primeiro-ministro Begin. Entretanto, hoje em dia, uma grande parte da população de Israel é formada por judeus que foram expulsos dos países árabes depois da guerra dos Seis Dias. É gente muito atrasada e estão ressentidos. Ao tomarem essa represália contra o regime de Israel, os países árabes estavam, no fundo, favorecendo essas posições “ultras” como as do atual primeiro-ministro e seu ministro da Defesa, que passaram a contar com um importante contingente migratório que deu uma nova sustentação à sua política agressiva.

Na realidade, tudo isso teve uma vítima: o povo palestino, que está recebendo um tratamento repulsivo, inumano, por parte de Israel, em sua tentativa de expulsá-lo de sua própria terra. Estou em desacordo total com o projeto Begin (agravado depois da invasão do Líbano) e por isso procurei, de diversas maneiras, assumir uma posição contra ele.

Esse é o motivo de nossa presença em uma Conferência – promovida pela Unesco e outras instituições de prestígio – na qual historiadores, arqueólogos, estudiosos do mundo inteiro, reúnem-se para discutir medidas práticas visando evitar a destruição da cultura milenar do povo palestino.

– Sim, eu vou continuar a luta no Líbano. Principalmente, trabalhando em informação. Sou membro do Conselho Nacional Palestino (Parlamento) e fui encarregado pela OLP de realizar missões especiais na Europa Ocidental e na América, principalmente a nível de divulgação. Minha tarefa é fundamentalmente informativa. Mas continuarei morando no Líbano, onde desempenho também minhas tarefas religiosas.

E suas relações com a hierarquia católica?

– São boas, não tive maiores problemas...

O senhor não pode ser acusado de bispo guerrilheiro...

– Não, mas sou um militante no campo da informação.

O senhor acha que depois do alto custo da invasão israelense no Líbano, a paz no Oriente Médio está mais próxima?

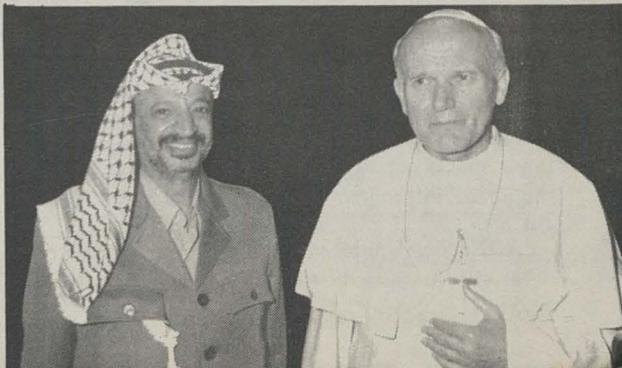
– Espero que sim. Mas depende dos dirigentes norte-americanos que são uns hipócritas. Eles po-

dem fazer muito pela paz no Oriente Médio. Mas não fazem nada... Estão sujeitos a interesses complexos. A causa do lobby sionista é a causa dos interesses eleitorais mesquinhos da administração norte-americana. Eles se dizem católicos... Alexander Haig, por exemplo, se diz católico, mas é um criminoso.

Daqueles que vão para o inferno...

– Cabe a Deus julgar.

Yasser Arafat e o papa João Paulo 2º no Vaticano



As raízes históricas do sionismo

Se fossem vivos hoje, nem o rei David, nem Salomão, nem Saul seriam considerados judeus no Estado de Israel

Roger Garaudy *

Defender a cultura palestina não significa tomar partido a favor de uma comunidade contra outra comunidade, mas trabalhar pela vitória da civilização do Universo, contra a negação e o desprezo do outro, contra o racismo que tem caracterizado todas as formas de colonialismo.

Na terra que é hoje a Palestina, na encruzilhada de três continentes, no centro vital do "Crescente Fértil", se juntaram, para se confrontar várias vezes, as mais antigas civilizações do mundo: a da Mesopotâmia e a do Egito.

A da Mesopotâmia, que criou para o homem a epopéia de Gilgamesh, cujo herói ousa responder ao deus Shamash, que o acusava de querer tentar o impossível: "Se não querias que eu me arriscasse a esta aventura, por que puseste em meu coração o desejo inquieto?"

A do Egito, que contribuiu com o "Livro dos Mortos" e o primeiro monoteísmo, o de Akhneton. Ambas as civilizações inauguravam as primeiras interrogações da história sobre o sentido da vida e o sentido da morte.

Desde o terceiro milênio (a.C.) floresceram em Canaã as primeiras grandes civilizações urbanas, semelhantes à de Mohenjo-Daro, a leste da Índia, ou à Creta e à dos povos do mar Mediterrâneo. Os nômades que afluem no fim do terceiro milênio, vindos da Transjordânia, da Mesopotâmia e da Arábia, tomam dessa alta civilização sua língua, sua cultura e seus cultos religiosos. Essa terra foi, pois, o lugar onde se deu o primeiro diálogo entre as culturas. Então, nessa terra, onde todas as grandes civilizações deixaram seus vestígios, eclodiu a centelha: ela se tornou, como disse Yasser Arafat, a "terra das mensagens divinas".



Ali onde já se haviam reunido as sabedorias da Índia e da Grécia, apareceram as revelações que iluminam a razão: a fé de Abraão, a de Moisés, a de Jesus e a de Maomé.

Constitui um empobrecimento irrisório da cultura e do homem o não reter, desses cinco mil anos de história, senão os episódios em que os hebreus tiveram um papel: a emigração, entre tantas outras, de Abraão; o reino, entre tantos outros, de David; as insurreições, entre tantas outras, dos macabeus ou de Bar Kochba. Trata-se de mais de dois mil anos de história antes de Salomão e mais de dois mil anos de história depois dele. A meu ver, uma das nossas primeiras tarefas é esta desmistificação da história, pois a falsificação da história se tornou a ideologia fundadora do sionismo político. Essa falsificação está centralizada no tema da promessa feita a Abraão, segundo a Bíblia, da terra de Canaã. É esse o mito fundador do sionismo.

Os exegetas puderam constatar, por um lado, que não existia, salvo na própria Bíblia, nenhum texto ou nenhum vestígio arqueológico que permitisse confrontar ou controlar os textos bíblicos. Os historiadores puderam demonstrar que entre os povos do Oriente Médio, principalmente os hititas, encontram-se as mesmas promessas de uma terra e de uma descendência.

É, portanto, através de uma interpretação tribal da Bíblia que se quer pretender impor a todos os povos as consequências de uma promessa feita à nossa tribo sem levar em conta as promessas feitas às tribos vizinhas.

De acordo com os próprios textos bíblicos, a promessa da terra de Canaã se apresenta sob três formas:

- 1) A promessa, feita a nômades em migrações

* Historiador e pensador francês de renome internacional



Jerusalém ocupada: o sectarismo dos sionistas levou-os a falsificar a história

periódicas, de uma terra onde eles pudessem levar uma vida sedentária.

2) A justificação, a seguir, das diversas conquistas territoriais do rei David.

3) O anúncio, feito pelos profetas, principalmente por Isaías, de um reino de Deus, de uma justiça suprema, ao qual seriam convidados “todos os clãs da terra”, isto é, toda a humanidade.

Só em consequência de uma profunda falsificação da história é que os próprios israelenses, num rompimento radical com o judaísmo, puderam adotar teses do sionismo político, que não é produto do judaísmo — é fruto do nacionalismo e do colonialismo ocidental do século 19.

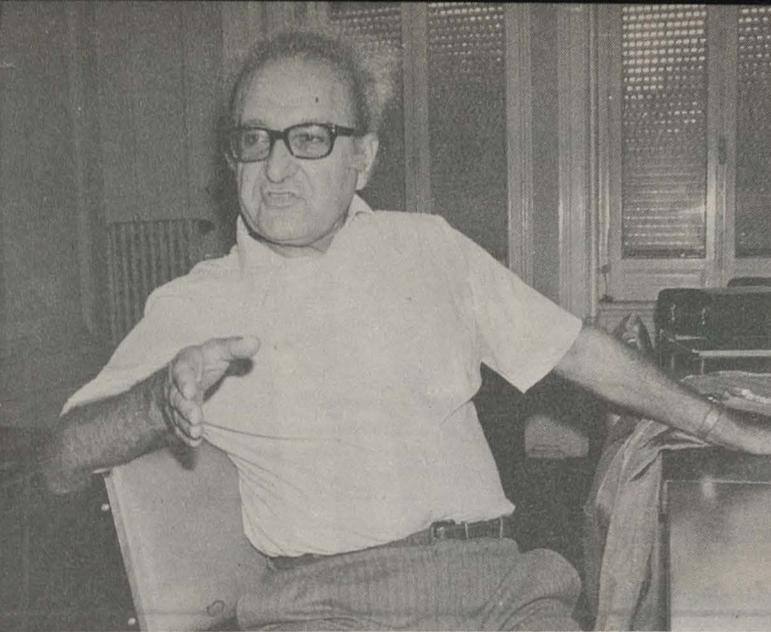
Com a criação do chamado Estado de Israel, o sionismo se tornou tão sectário que, de acordo com as atuais leis fundamentais desse Estado, nem Saul, nem o rei David, nem Salomão poderiam beneficiar-se da “lei de retorno”. Nenhum dentre eles seria considerado hoje em dia um judeu: Saul, porque sua mãe era cananéia; David, porque sua avó, Ruth, era moabita; e Salomão porque erguia templos para os deuses de suas concubinas politeístas.

Os palestinos não invocaram jamais esses direitos considerados “históricos” sobre uma terra onde eles, no entanto, vivem há cinco mil anos.



A chegada dos árabes à Palestina, no século 7, não é um fenômeno racial, como se uma raça ou uma etnia tivessem varrido ou expulsado uma outra.

Os árabes chegaram no século 7 em pequeno número. Não exterminaram nem expulsaram ninguém. Trouxeram a fé religiosa, uma língua — portanto, uma cultura —, e se misturaram com a população que haviam convertido. Isto é, a presença



Roger Garaudy afirma que o Estado judeu se inscreve na tradição colonialista e racista da divisão, do exclusivismo, da negação e do desprezo do outro: eis a essência do sionismo

árabe na Palestina não é um fato racial ou étnico, mas um fenômeno cultural.

Um dos vestígios que expressa a rica mensagem humana e divina dos árabes é a Mesquita da Rocha evocada pelo primeiro-ministro tunisiano Mzali. Sua arquitetura é uma jóia da arte bizantina, e seus mosaicos um testemunho do esplendor da arte síria. A fé que ela evoca é a fé fundamental de Abraão, da qual Moisés, Jesus e Maomé foram profetas e mensageiros.

Essa unidade fraternal na fé de Abraão só foi rompida duas vezes: primeiro pelas Cruzadas, que foram um sionismo cristão, e depois pelo sionismo político, que é uma cruzada judaica.

É preciso recordar que quando os cruzados, chamados cristãos, invadiram Jerusalém, massacraram ou expulsaram os muçulmanos e os judeus; enquanto o chefe muçulmano Slah Eddine (Saldin), ao conquistar Jerusalém dos cruzados, ouviu os conselhos de seu médico e amigo Maimônides, o maior filósofo judeu de todos os tempos, e reabriu o acesso de Jerusalém aos judeus e aos cristãos.

O que distingue o Estado sionista de Israel é que ele se inscreve na tradição colonialista e racista da divisão, do exclusivismo, da negação e do desprezo do outro. Como todos os colonialistas, sua preocupação constante é negar e destruir a cultura autóctone.

Esse é o motivo pelo qual a causa palestina tem hoje em dia uma significação universal. Salvar seu patrimônio cultural e suas possibilidades de um novo florescimento, é defender, contra o colonialismo e o racismo, a civilização universal, a unidade da tradição abramica, judia, cristã e muçulmana, e preservar a esperança, a esperança de criar, com todos, um futuro de face humana e divina. ●



“Um Hamlet sem Hamlet”

O ex-procurador-geral da Justiça dos Estados Unidos, Ramsey Clark, compara a situação palestina ao genocídio contra os índios americanos e afirma que para alcançar a paz no Oriente Médio, os principais protagonistas — os palestinos — não podem ficar ausentes das discussões

Uma das figuras mais destacadas da conferência de Túnis foi o ex-procurador-geral da Justiça dos Estados Unidos, Ramsey Clark. No Plenário, Clark fez uma intervenção veemente e significativa. Comparou a situação atual do povo palestino com o genocídio do qual foram vítimas as culturas indígenas do continente americano. afirmou ainda que, assim como no caso palestino, o massacre contra os índios americanos teve um objetivo mais amplo que a própria destruição física desses povos: liquidar sua cultura. E lembrou o testemunho de um jovem índio maia, que diante da repressão da qual seu povo foi vítima, afirmou: “Querem destruir a cultura maia porque enquanto ela existir não poderão nos dominar”.

“Observamos através do mundo toda tentativa de destruição de culturas, com propósitos de dominação”, afirmou Clark. “Essa é — declarou — a história do colonialismo e do imperialismo”.

O ex-procurador também foi muito enfático ao criticar a corrida armamentista, a qual “assistimos passivamente, vendo pela televisão toda uma tecnologia voltada para conseguir instrumentos mais sofisticados, com maior capacidade de destruição.”

“Hoje em dia nosso desafio é reconhecer que uma cultura é uma coisa viva e que para resgatar a cultura palestina temos de salvar primeiro o povo palestino”, afirmou Clark. “Nosso esforço para salvar a cultura palestina nos leva necessariamente à procura de um território para esse povo. Isso é possível e nossa obrigação é ajudar a transformar esse sonho em realidade”.

Conversando com cadernos do terceiro mundo, Ramsey Clark lembrou que sua luta dentro dos Estados Unidos começou vinculada aos movimentos de defesa dos Direitos Humanos. “Eu militei em movimentos pacifistas durante a guerra do Vietnã — quando nosso país tinha assumido uma posição errada — e em movimentos de defesa dos direitos



Ramsey Clark: a sobrevivência palestina está ameaçada

civis. Atualmente, estou muito preocupado com a situação dos Direitos Humanos no mundo”, assinalou.

Clark disse que está se dedicando principalmente à defesa das liberdades públicas nos casos do Chile, da África do Sul e do Paquistão, (“muito particularmente durante o processo contra Ali Bhutto”), tanto visitando diretamente esses países como “através de minha atuação nas Cortes dos Estados Unidos.”

Como foi que nasceu seu compromisso com a causa palestina?

— A questão palestina é crucial para a Humanidade. A sobrevivência do povo palestino está hoje ameaçada pelos interesses políticos e econômicos das potências ocidentais e particularmente pelos Estados Unidos, em sua ambição de dominar o resto do mundo. Eu procuro ajudar a preservar nosso país e nossa sociedade da destruição, ao mesmo tempo que tento ajudar outros povos a conquistarem sua independência e autodeterminação. É esse sentimento me aproximou do problema palestino.

O senhor acha que a guerra do Vietnã, que marcou tão profundamente a sociedade norte-americana, foi uma experiência frutífera por ter questionado essa aspiração de domínio dos Estados Unidos?

— Acho que a guerra do Vietnã funcionou em dois sentidos. Para uns, foi uma lição no sentido a que você se refere: antiintervencionismo. Mas existem outras pessoas — e acho que o presidente Rea-



gan está entre elas — que depois da derrota do Vietnã sentem uma tremenda fraqueza. Porque os Estados Unidos perderam a guerra e foram mandados de volta para casa. Essa corrente acusa os que, segundo eles, não souberam perseverar.

Então, trata-se agora de ganhar uma guerra a qualquer custo. Precisamos demonstrar que temos capacidade de vencer. Essa atitude é muito perigosa, principalmente para a América Central.

Poderiam tentar conseguir uma vitória que é aparentemente mais acessível...

— Sim, e seria o caso de provocar uma situação que justificasse uma intervenção. Há algo de *machismo* em tudo isso. Essa é a razão pela qual eu acho que o papel de todos os demais países é tão importante neste momento. O destino do mundo não pode ser entregue às duas superpotências, porque então nos sentiremos afortunados se conseguirmos sobreviver.

Acho que no continente americano, o papel de nações como o México, Venezuela e Brasil — especialmente o Brasil, que possui a maior população do hemisfério depois dos Estados Unidos — é fundamental para exigir a autodeterminação da região, de todos e de cada um dos países da área.

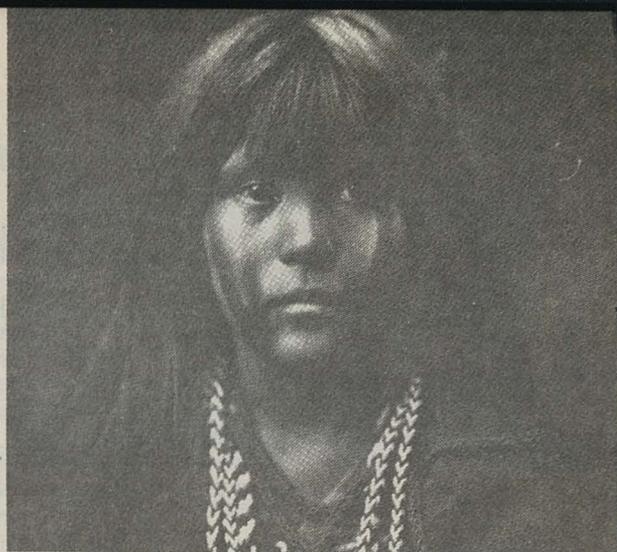
E em relação ao Oriente Médio, como encara as soluções tentadas até agora para o problema palestino: Campo David e as iniciativas atuais?

— Eu acredito na autodeterminação dos povos, porque de outra forma eles nunca estarão satisfeitos. Benito Juárez disse que o respeito pelo direito dos demais assegura a paz. Se o direito dos palestinos no Oriente Médio for respeitado, haverá paz.

Da mesma forma que na América Central, se os direitos dos povos salvadorenho e nicaraguense forem respeitados, haverá paz.

Vejamos o que aconteceu com a tentativa de paz em Campo David. A solução estava viciada desde o início, porque excluía as principais personagens da obra. É como Hamlet sem Hamlet.

Se quisermos fazer um acordo de paz no



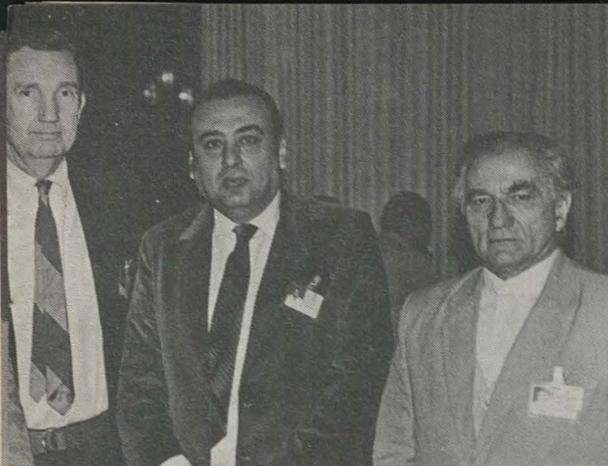
Para Clark, o acordo de Campo David (acima esq.) é um "Hamlet sem Hamlet". Ele compara o genocídio dos índios americanos (acima dir.) ao dos palestinos. Clark milita nos movimentos pacifistas e de defesa dos direitos humanos nos Estados Unidos

Oriente Médio, não podemos deixar de falar com os palestinos. Porque é sua luta — uma luta justa — a que provoca grande parte da inquietação dessa zona.

Eles deveriam ter sido chamados desde o início. Eles existem. Como Cuba também existe e teria que ser chamada para as conferências sobre o Caribe.

Apesar dos desejos do governo norte-americano...

— Os povos dominados não querem continuar dominados. Eu acho que o que o Oriente Médio necessita é a mesma coisa que a América Central precisa: fórmulas no plano político e econômico que garantam os direitos dos povos. Um pouco na mesma linha do pensamento de José Martí. A América Central foi uma federação entre 1823 e



Ramsey Clark com o nicaraguense Danilo Aguirre e o nosso diretor, Neiva Moreira, em Túnis

1838. Esse exemplo histórico pode ser uma fonte de inspiração. Por que não pode haver uma federação no Oriente Médio? Poderíamos chegar a acordos de cooperação regional visando uma utilização melhor e mais racional dos recursos fluviais, minerais, agrícolas; petrolíferos. As potencialidades da área seriam exploradas de maneira conjunta e em benefício de todos os povos da área. E cada indivíduo, cada povo, sentiria que está participando na decisão dos destinos dessa área. Não teríamos mais porque suportar o pesadelo sangrento que é o Oriente Médio hoje em dia. O Caribe e a América Central também chegariam a ser zonas de paz. Temos que acabar com todos esses sofrimentos.

David ou Golias?

Aparentemente, a opinião pública norte-americana estaria mudando sua forma de pensar em relação a Israel, principalmente a partir da invasão do Líbano. Essa apreciação é correta?

— Acho que, de 1948 a 1982, a opinião pública norte-americana tem sido muito mal informada sobre o apoio indiscriminado dos Estados Unidos ao Estado de Israel.

Existem vários motivos para isso. Um deles é que os norte-americanos aprendem na escola desde pequenos que a terra onde nasceu Jesus pertence ao povo de Israel. Outro, é que a Segunda Guerra Mundial e o holocausto judeu criaram uma consciência de culpa em relação a esse povo. E o terceiro, porque os norte-americanos — influenciados pelos meios de comunicação — ainda acham que Israel é um país pequeno, fraco, dedicado à paz e a fazer florescer o deserto, cercado de nações árabes poderosas e hostis.

Mais isso seria no passado...

— Bem, pode-se dizer que até a invasão do Líbano, que por ter sido tão sangrenta, tão violenta, começou a gerar uma certa consciência crítica.

32 - terceiro mundo

Mas não é verdade que os norte-americanos entendam que os palestinos são um povo deslocado de sua pátria. Os norte-americanos acreditam ainda que Israel foi fundado sobre uma terra deserta, uma terra sem dono, sem população.

Então eles ainda consideram que palestino é sinônimo de terrorista?

— Claro, os palestinos para eles são todos terroristas. Essa visão simplista ainda permanece e não acho que haja uma verdadeira preocupação em mudá-la. Entretanto, Begin e Sharon são vistos como violentos e arbitrários.

A lei é sempre violada

Um grupo de cidadãos nicaraguenses, alguns deles mutilados de guerra, moveu um processo de acusação contra a administração Reagan por causa de suas agressões à Nicarágua. Trata-se de um mecanismo previsto na Constituição dos Estados Unidos, através de um Escritório de Vigilância da Constituição. (As agressões clandestinas estão proibidas pela Constituição nos Estados Unidos). O senhor, como ex-procurador-geral da Justiça, acha que esse tipo de ação judiciária surte algum efeito?

— A administração Reagan não é a primeira a cometer esse tipo de agressões. Eu participei na administração Kennedy e na administração Johnson. Conheço o problema por dentro.

Atualmente, a administração Reagan viola a Constituição dos Estados Unidos em suas operações encobertas contra a Nicarágua. É uma contradição que um país que se diz democrático possa agredir um outro através de campanha de desestabilização econômica e política, subvertendo a ordem interna de um país vizinho. Isso é ilegal.

Contudo, a possibilidade prática de usar mecanismos legais para deter essa campanha é muito remota.

Nosso povo dispõe de mecanismos legais para enfrentar essas violações à Constituição, mas nunca foi suficientemente esclarecido a respeito nem participou da política do país para poder utilizar esses mecanismos.

Ninguém tentou usá-los?

— Durante a guerra do Vietnã, eu tentei. Trabalhei pessoalmente nisso. E continuo trabalhando. Atualmente, estou procurando usar instrumentos que a lei coloca em nossas mãos, para frear a corrida nuclear.

Mas o senhor demonstra um ceticismo que parece indicar que não confia muito nesse caminho que a lei oferece...

— Sei, por experiência, que a Lei é sempre violada. ●

no. 52 — fevereiro — 1983

Arafat: "queremos a Paz na Palestina"

□ O presidente da OLP, Yasser Arafat, abriu a Conferência de Túnis com um discurso emocionado. "Os sionistas e os racistas — disse ele — procuram, na base da força, da lei do mais forte, matar o idealismo dos povos. Mas os povos que têm tradição de luta se recusam a se submeter a esta lei. Meu povo tem o compromisso de lutar para conseguir um lugar ao sol para seus filhos, para com eles viver em liberdade, como os outros povos independentes, que vivem em paz nas suas terras. Nós queremos a paz na Palestina".

Mais adiante Arafat afirmou: "Os sionistas conseguiram expulsar da sua terra, das terras dos seus pais e avós, mais de 60% dos filhos do meu povo. Não só nos roubam a terra como também a água e até a vida das nossas crianças. Na última guerra, o Líbano serviu de cobaia para os mais modernos armamentos — fornecidos pelos norte-americanos — que apesar de mundialmente proibidos foram usados contra o povo libanês e contra as nossas famílias e crianças. Nós, palestinos, junto com os nossos aliados libaneses, tivemos mais de 70 mil mártires, feridos e desaparecidos e mais de 15 mil prisioneiros que estão reclusos em campos em condições terríveis".

"E o massacre de Sabra e Shatila — prosseguiu Yasser Arafat — foi perpetrado em Beirute quando os seus heróis, os que lutaram para defender a cidade, entregaram a sua custódia às forças conjuntas libanesas, norte-americanas, francesas e italianas. Esse massacre, que foi cometido contra nossas crianças, mulheres e velhos, indefesos, foi o mais bárbaro crime das últimas guerras. E nós acreditávamos que Philip Habib honraria o seu compromisso! A quebra desse compromisso — sentenciou o presidente da OLP — ficará para sempre como uma mancha na honra militar".

Referindo-se aos roubos de obras de arte palestinas, assinalou Arafat: "Esses crimes completam a violação de nossas tradições. Os sionistas usurpam o nosso patrimônio cultural e profanam os nossos lugares sagrados. Nós, palestinos, sabemos o valor do nosso patrimônio cultural, que é o que nos dá a alegria de viver. É a nossa vida e por isso nos dói muito assistir à usurpação dessas tradições."

"O nosso patrimônio cultural — afirmou Arafat — sempre foi um ponto de referência para as civilizações do mundo inteiro. Na Palestina nasceram três religiões: a judaica, a cristã e a muçulmana. Essas religiões, juntas, influenciaram as demais e delas resultou a civilização humana. Nós,

palestinos que vivemos nessa terra sagrada da Palestina, terra de civilização, das mensagens divinas, (não há nenhum profeta ou mensageiro de Deus que não tenha nascido ou passado por lá), nós, palestinos, sabemos que esses profetas e civilizações deixaram 'algum sinal', alguma semente, que lá está até hoje. Isso se foi constituindo em nosso patrimônio cultural, hoje ameaçado".

"Mas para nós, palestinos — que fazemos parte inseparável do mundo árabe — é uma questão de honra defender esse patrimônio cultural, e o faremos com a ajuda de intelectuais de todos os continentes, que aqui vieram se solidarizar conosco."



Arafat é abraçado por dois compatriotas palestinos: lutar pela pátria

Declaração final

“Construir um futuro de face humana”

Declaração final da primeira conferência da Associação Internacional para a Salvaguarda e Preservação do Patrimônio Cultural Palestino

Livros queimados, obras de arte destroçadas, manuscritos preciosos pilhados ou destruídos. Era o dia 15 de setembro de 1982, em Beirute ensanguentada pela invasão israelense, no mesmo momento em que, no México, por ocasião da Conferência Mundial da Unesco, todas as delegações, exceto as de Israel e Estados Unidos, afirmavam a identidade cultural do povo palestino e proclamavam a necessidade de preservar seu patrimônio cultural, tal como o de todos os povos.



Os foguetes que iluminavam, à noite, os massacres de Sabra e Shatila, revelaram a milhões de homens e mulheres do mundo aquilo que os dirigentes israelenses queriam apagar da história: a existência do povo palestino, de sua cultura e a tragédia de sua destruição.

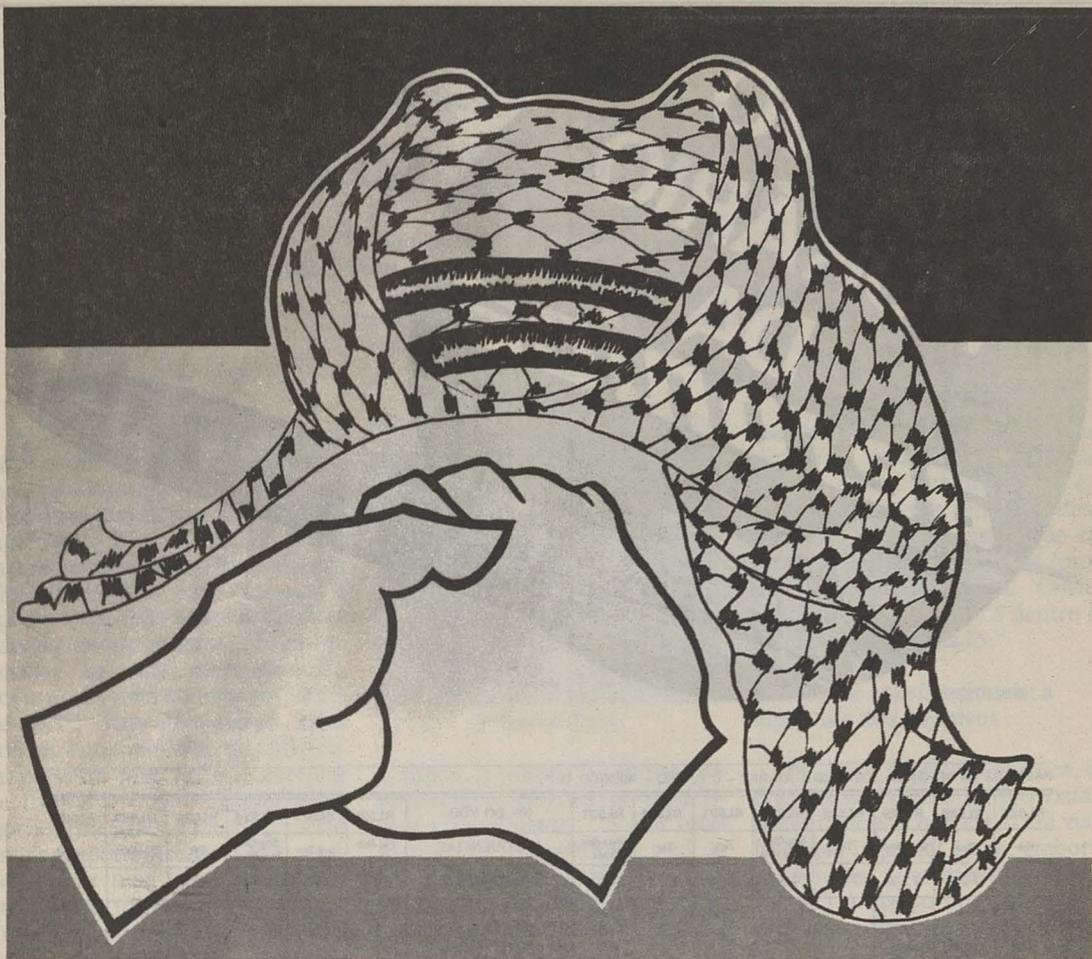
A Mesquita da Rocha, em Jerusalém, é expressão de uma simbiose cultural, ao reunir os estilos bizantino e oriental. Nessa cidade santa, Abraão ofereceu seu sacrifício, Jesus lançou sua mensagem e Maomé incorporou seu deus.

A cultura cinco vezes milenar da Palestina, como depois as grandes cidades cananéias, nasceu da fecundação recíproca do Oriente e do Ocidente, da Índia à Grécia, da fusão, no “Crescente Fértil”, das mais antigas civilizações, da Mesopotâmia e do Egito. No ponto de encontro de suas sabedorias, de suas indagações sobre o sentido da vida e da morte surgiu uma centelha: a da Revelação.

A lógica implacável do sionismo israelense, gerado não pela grande religião do judaísmo, mas pelo nacionalismo do século 19, exige tomar conta da terra, expulsar o povo que lá vivia e destruir-lhe a cultura.

O aniquilamento cultural prolonga o massacre: a Mesquita de El Aksa profanada, toda a cidade de *El Qods* (Jerusalém) exposta aos especuladores imobiliários, os poetas palestinos, os professores, os artistas, os pesquisadores presos, perseguidos ou condenados ao exílio. Todo um povo, sua história e sua alma viva, clamam por nós.

A responsabilidade de salvá-los cabe a cada um de nós. Tal é a conclusão a que chegou a primeira conferência da Associação Internacional pela Salvaguarda e Preservação do Patrimônio Cultural Palestino, que lança um apelo à comunidade internacional:



- Judeus, que não querem ver sua fé ou sua grande tradição intelectual universalista maculada aos olhos do mundo para ocultar a qualquer preço o militarismo dos dirigentes israelenses e seus crimes.

- Cristãos da Igreja de Roma, a quem o Papa João Paulo 2º apelou para reconhecerem o direito do povo palestino a ter sua pátria.

- Conselho Ecumênico das Igrejas, que trava uma luta ardente contra o *apartheid* e todas as formas de discriminação racial.

- Muçulmanos, para os quais El-Qods-Jerusalém constitui uma referência espiritual essencial e a quem a Organização da Conferência Islâmica chamou à solidariedade ativa com o povo palestino.

- ONU, cujas resoluções sobre a Palestina trouxeram a voz da paz.

- Unesco, que a 15 de dezembro de 1981 decidiu inscrever Jerusalém na lista do Patrimônio

Mundial em perigo.

- Alecsso, que tomou a iniciativa de criar nossa Associação para salvaguardar o patrimônio cultural palestino.

- Cruz Vermelha Internacional e outras organizações humanitárias, que acudiram em socorro das vítimas da repressão israelense e cuja ajuda não se estende somente aos corpos que sofrem mas ao espírito que se mata, juntamente com os homens e as obras que eles criam.

- Jornalistas, cujo testemunho fiel sobre os massacres despertou a consciência do mundo.

- Humanistas, cuja fé no homem se indigna com a violação dos direitos desse homem e de sua cultura, e que vêm no expansionismo de Israel, que goza há longo tempo do apoio incondicional dos Estados Unidos, na encruzilhada de três continentes, uma ameaça à paz do mundo.

Preservemos, na Palestina, a esperança de ali construir, em paz, um futuro de face humana. ●

NOVO HORÁRIO DA AERONICA



PASEO DE LA REFORMA, 322-B. COL. JUAREZ - C. P. 6600 - MÉXICO, D. F.

RL527	RL529	RL529	RL525	RL525	RL521	RL521	RL521	Nº DO VOO	RL520	RL520	RL524	RL524	RL528	RL526
Sab	Qua	Qui-Dom	Ter	Seg-Qui Sex-Dom	Sex	Ter	Qua-Sab Dom	FREQUÊNCIAS	Ter-Sab Dom	Seg-Sex	Seg-Qui Sex-Dom	Ter	Qui-Dom	Qua-Sab
7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 0	EQUIPAMENTO	7 2 0	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7
					18:00	10:30	14:20	■ MIAMI LL	13:20	18:00			15:45	13:00
14:00	14:00	18:45			↓	↓	↓	■ MEXICO LL	↑	↑			↑	↑
15:50	↓	↓						LL SAN SALVADOR ■						11:10
16:20	16:00	18:45			19:20	10:50	14:40	■ SAN SALVADOR LL	09:00	13:40			13:45	10:00
17:00								LL MANAGUA ■						
			11:30	08:20				■ MANAGUA LL			13:10	18:40		
			12:10	09:00				LL SAN JOSE ■			12:30	16:00		
			12:40	09:30				■ SAN JOSE LL			12:00	16:30		
			↓	↓				LL PANAMA ■			12:00	15:30		
			14:40	11:30										

A partir de 15 de junho de 1982

TELEFONES:
Reservas e passagens - 511-3617 e 511-3290
Aeroporto e cargas - 784-0476 e 762-4708



A única
que lhe permite
33 quilos
de bagagem

AERONICA

PRESTATIVA, ALEGRE E ECONÔMICA

A igreja contra o "apartheid"

Num panfleto clandestino, o bispo Desmond Tutu denuncia a segregação racial com fatos e números, analisando as suas consequências para a população negra

Maria Carlota Melo

A redação de cadernos do terceiro mundo teve acesso a um panfleto que circula clandestinamente na África do Sul, assinado pelo bispo Desmond Tutu, secretário-geral do Conselho das Igrejas daquele país, no qual é posta a nu toda a desumanidade do regime do *apartheid* e denunciadas as suas consequências, dentro de uma abordagem cristã e social. Este documento, além de ser extremamente elucidativo, representa uma atitude corajosa e frontal contra o regime segregacionista de Pretória, tanto mais importante quando é subscrito por uma voz autorizada e respeitada interna e externamente e também por exprimir a opinião das entidades religiosas acerca do *apartheid*.

Damos a seguir um resumo desse documento, transcrevendo na íntegra algumas das suas passagens mais expressivas.

O panfleto começa por abordar a necessidade de justiça na sociedade, que os cristãos por princípio são obrigados a defender, acentuando a existência de regimes políticos que por basearem as suas estruturas na defesa dos privilégios das minorias à custa da maioria têm de ser rejeitados. Isso acontece com o regime da África do Sul, cujas estruturas políticas, económicas e sociais, baseadas na exploração e na opressão da população negra, são falsamente justificadas com argumentos cristãos. Denuncia-se



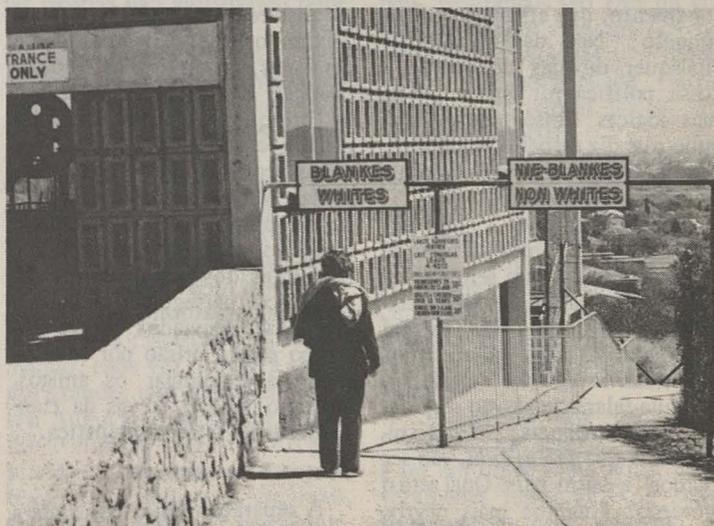
Desmond Tutu

o medo, a miséria e a separação impostos a milhões de sul-africanos, concluindo: "É por estas razões que o *apartheid* tem de ser considerado herético... pois exige que nós rejeitemos e separemos uns dos outros, permite

que os ricos sejam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, exclui dos 'muros da cidade', à custa das armas de destruição e morte, aqueles que cá fora gritam para que esses 'muros' sejam derrubados. Cristo está fora dos muros. Lá dentro é onde Ele é crucificado."

Alterações constitucionais: a hipocrisia dos objetivos

Passando à questão política, o documento analisa as propostas constitucionais que estão em vias de serem impostas e que, embora proponham (por questões de interesse) o acesso dos mestiços e asiáticos a uma estrutura centra-



"Branços" e "Não Brancos": a heresia da separação



“Movemo-nos nas trevas da clandestinidade. Isto não é Justiça”

lizada de governo, retiram na realidade o poder ao Parlamento para concentrá-lo nas mãos do presidente do Executivo. Estas alterações visam fundamentalmente excluir os negros das estruturas de decisão e retirar-lhes não só a capacidade de votar, como a cidadania sul-africana, passando a ser estrangeiros no seu próprio país. Esse fato já tinha sido aliás denunciado em 1978, pelo dr. Connie Mulder, então ministro *bantu* da Administração e Desenvolvimento, que afirmara no Parlamento: “Não devem subsistir quaisquer dúvidas de que se a nossa política for levada até às suas lógicas consequências, naquilo que diz respeito aos negros, não haverá qualquer negro com a cidadania sul-africana”.

Entre outubro de 1976 e dezembro de 1981, oito milhões de sul-africanos ficaram sem sua cidadania. Deixaram de existir sul-africanos de etnia *xhosa*, *tswana* ou *venda*; 737 mil sul-africanos das etnias *ka ngwane* e *ingwavuma*, que falam *suazi*, vão ser “dados” à Suazilândia; 96 mil sul-africanos que falam *zulu*, vão ser “dados” a outro país. Qual será o próximo? Quantos mais negros estarão para ser expulsos?

Paralelamente a este processo de fragmentação dos povos negros, aumenta de forma acelerada a militarização, com o recrutamento de todos os homens brancos, extensivo aos mestiços e asiáticos logo que tenham obtido a capacidade de votar. Tal militarização tem em vista reforçar as forças armadas a fim de fazerem aplicar as mudanças radicais previstas para a Constituição. É o documento acrescenta: “Os estudantes estão sendo encorajados a se alistarem na polícia, outros deixam o país para aprender a combater. Damos às nossas crianças, como presentes de Natal, brinquedos de guerra que espalham e enaltecem o ódio aos outros com os canos das espingardas. Muitos jovens têm morrido na prisão, muitos homens e mulheres têm sido torturados. Dirigentes dos trabalhadores são açoitados, perseguidos e presos, jovens são enviados por longo tempo para a prisão por se recusarem a denunciar os amigos. Movemo-nos nas trevas da clandestinidade. Isto não é justiça.”

Guetos e desemprego

A separação física continua a processar-se mediante a aplica-

ção do programa de reinstalação e de sucessivos desalojamentos, de acordo com os termos da Lei das Áreas dos Grupos. Até setembro de 1981, 2.013 famílias brancas, 73.392 mestiças e 34.135 indianas, isto é, cerca de um milhão de pessoas, foram desalojadas e reinstaladas, nos termos da Lei. Entre 1960 e 1980, 1.250 mil negros foram expulsos das áreas rurais “brancas” e 750 mil das áreas urbanas “brancas” e enviados para as reservas. Muitos outros foram deslocados de uma região para outra “no interesse da pureza étnica”. As 60 mil pessoas que vivem no corredor entre o Transkei e o Ciskei encontram-se à espera de serem deslocadas. Os povos negros de Mathopstad, Oriefontein, Nge-ma, Daggakraak, Vryheid, Paulpietersburg, Dundee, Glencoe, Ladysmith e Chesterville, estão também para ser deslocados. Quantos faltarão ainda?

Do total da população negra sul-africana 54% vivem agora concentrados nas reservas, em comparação com os 40% que aí habitavam em 1960. Ali é impossível viver em harmonia com o ambiente: a terra é deserta de pastagens, árvores e seres vivos; o solo é arrastado em cada tempestade de verão, o trabalho de criação de Deus é violado pela luta dos homens em sobreviver na aridez dos desertos. Ali moram apenas homens, mulheres e crianças esfomeados, apenas existem bacias brilhando ao sol, baldes transbordando de dejetos, fedor e moscas, doença e miséria. Uma vez dentro das reservas, as pessoas são apanhadas numa ratoeira. Não lhes é permitido sair à procura de emprego, e somente podem ser recrutadas através dos Gabinetes de Trabalho. Todavia, o recrutamento está sendo diminuído drasticamente, e reduzidas as requisições. No Transkei, por exemplo, entre 1978 e 1980, o recrutamento baixou de 425 mil para 345 mil. Neste último ano, a taxa de desemprego no Trans-



Com as novas medidas que o Parlamento prepara, prevê-se que a repressão fique mais violenta

kei era de 16% (145 mil pessoas, 40 mil das quais entre 16 e 22 anos). No Ciskei, o desemprego atinge 25%. Nas áreas de reinstalação de Sada, Dimbaza Kammaskraal e Glenmore é de 29, 35, 36 e 38%, respectivamente.

Uma das recentes "alterações" consiste na concentração do privilégio de ter um trabalho urbano. Os patrões são aconselhados a empregar população urbana e a legislação concede vantagens àqueles que seguem esse princípio... Hotéis internacionais, teatros e restaurantes, a que poucos têm acesso, aumentam a exclusão dos restantes.

Repressão e penalidades

Esta exclusão vai ser completada através da nova medida de controle a ser tornada lei na próxima sessão do Parlamento. O Movimento de Ordenação e Colocação de Pessoas Negras estabelece que ninguém sem autorização pode circular em qualquer área urbana entre as 10 da noite e as 5 da manhã e, a menos que tenham sido previamente autorizadas, todas as pessoas negras

são consideradas "não autorizadas". Qualquer pessoa que dê trabalho a um negro "ilegal" pode ser multada em cinco *rands* ou 12 meses de prisão. Qualquer negro encontrado numa área urbana, dentro ou fora de casa, entre as 10 horas da noite e as 5 da manhã, pode ser multado em 500 *rands* ou enviado para a prisão durante 6 meses. Quem alojar pessoas não autorizadas pode ser também preso por 6 meses ou multado em 500 *rands*, além de um adicional de 20 *rands* por cada dia em que prossiga o delito.

Em consequência destas medidas ergue-se um muro em torno das cidades e vilas da África do Sul, fora do qual ficam os pobres e os necessitados. A terra é utilizada para dar lucros e proporcionar trocas com o exterior em vez de produzir alimentos. Os agricultores estão se transformando, cada vez mais, em servos dos grandes latifundiários ausentes. Aumenta a superfície dos sítios e diminui o número dos proprietários, por isso os que não têm terra estão, cada vez mais, em pior situação. O desenvolvimento econômico se assenta na

importação de tecnologia ocidental e no investimento em maquinaria à custa dos homens. A intensiva economia capitalista sul-africana está neste momento provocando uma queda anual de 100 mil empregos.

Em 1924, os brancos eram 21% da população total e auferiam 75% do rendimento nacional. Menos de meio século depois, os brancos são 18% da população total e auferem 72% do rendimento nacional. Do rendimento da propriedade (terra, edifícios, máquinas), 98,1% pertencem a brancos.

O panfleto clandestino do Conselho das Igrejas — um tablóide de formato A-4 com letra em corpo pequeno — depois da profusa enumeração de dados e fatos que aqui resumimos, conclui com uma mensagem de esperança cristã não sem antes prever que a repressão será intensificada.

"É possível que nós, os do Conselho das Igrejas, venhamos a ser em breve silenciados ou severamente reprimidos na nossa preocupação pela aplicação de justiça."

Lula: "mexemos com a cabeça de milhões de brasileiros"

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) está pronto a conversar sempre com Brizola, por quem tem muito respeito, mas se preocupa com o diálogo com a direção do PTB

Paulo Cannabrava Filho

Conhecidos os resultados eleitorais no Rio de Janeiro, o governador eleito e presidente nacional do Partido Democrático Trabalhista, Leonel Brizola, exortou os demais partidos populares a se unirem numa grande e única frente de esquerda capaz de conduzir a luta democrática do povo brasileiro.

O apelo se sustenta na constatação de que o resultado eleitoral evidencia uma forte tendência a se consolidar, no espectro político do país: duas grandes frentes situadas do centro para a direita, ficando à esquerda um

conglomerado de pequenos partidos sem grandes chances eleitorais. Isso garantiria a alternância no poder entre conservadores e liberais, sem maiores riscos de vitória de uma proposta alternativa ao modelo político-econômico.

Segundo o raciocínio do governador Brizola, se o PDS e o PMDB constituem duas frentes fiéis ao sistema, é necessário constituir uma terceira frente, que não represente apenas uma oposição política e sim uma alternativa ao modelo de desenvolvimento.

Nesse sentido, o governador Brizola exortou todas as correntes de esquerda do país, particularmente os trabalhistas e socialistas, para começarem a discutir, a nível nacional, a possibilidade de criar um grande partido que enseje a construção do socialismo no Brasil.

O chamado à unidade e o início de conversações com outras correntes partidárias tiveram uma ampla repercussão nas bases populares de oposição.

Os entendimentos foram iniciados com setores do PTB, cujas bases mostraram que consideram necessária a união de todos os trabalhistas. Isso apesar de alguns dirigentes desse partido continuarem fiéis ao atual regime.

Em seguida, houve o encontro entre Brizola e o dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio da Silva (Lula), em meados de janeiro, em São Paulo e que foi considerado por ambos como altamente positivo e ponto de partida para futuros entendimentos. "Saímos do encontro muito mais próximos uns dos outros do que quando o iniciamos", disse Brizola a respeito.

Uma semana antes desse encontro, o representante de cadernos em São Paulo, Paulo Cannabrava Filho, entrevistou Lula



O presidente do PT com nosso representante, em São Paulo

com o objetivo de conhecer a estratégia pós-eleitoral do Partido dos Trabalhadores.

Depois de uma campanha eleitoral intensa, em que a Nação viveu uma expectativa muito grande, você acha que o resultado das urnas oferece, realmente, uma perspectiva de mudança para o povo brasileiro?

— Não. Eu não acredito que as eleições tragam mudanças substanciais, principalmente para os setores mais oprimidos da população. Isso porque a maioria das pessoas eleitas ainda não tem compromissos com os oprimidos, com a classe trabalhadora, seja do campo ou da cidade. Se a gente encarar o processo eleitoral brasileiro de 1982, percebe-se que, com exceção de Brizola no Rio de Janeiro, não se pode dizer que os governadores eleitos sejam mesmo de oposição. A nível da Câmara de deputados, a gente percebe que os liberais ou conservadores tiveram uma ampla vantagem sobre a esquerda. Isso significa aquilo que dizíamos antes das eleições: o quadro político-econômico e social brasileiro só vai mudar no dia em que os mais variados setores sociais do país participarem ativamente da vida política sem se deixarem levar pelas propostas que pairam no ar fundamentadas apenas no nacionalismo.

Eu ousou afirmar que a situação da classe trabalhadora continuará praticamente a mesma. O que poderá haver é um pouquinho mais de paternalismo aqui, um pouquinho mais de paternalismo ali, porém, sem que se criem condições objetivas para a classe trabalhadora participar como fator determinante no processo de decisão do estado e do país. Não obstante, é verdade que as eleições significaram um passo importante no processo político. Isso na medida em que houve uma manifestação através das urnas, que fortaleceu os partidos de oposição. Mas, temos

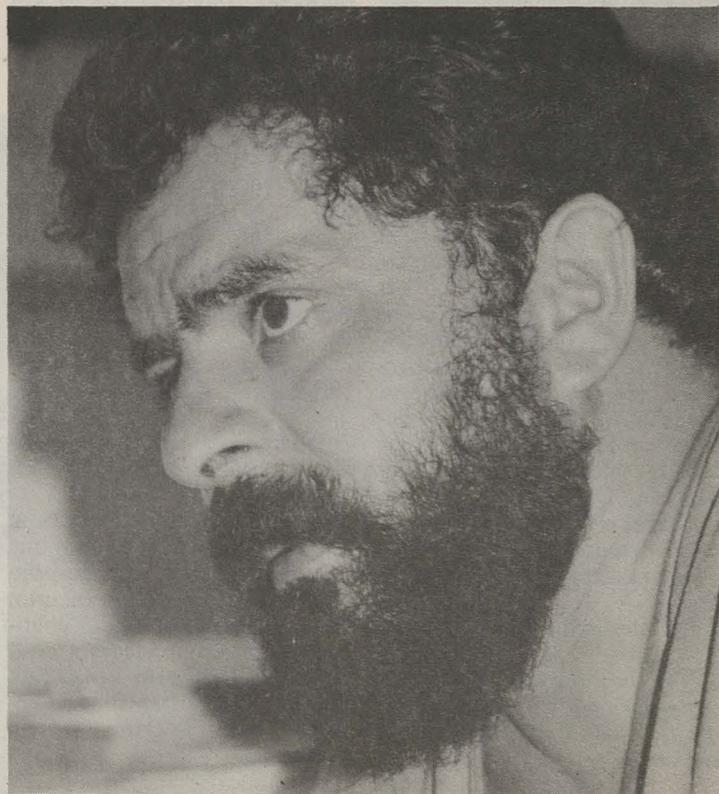
clareza de que não será apenas com uma eleição que nosso povo irá eleger a grande maioria de representantes comprometidos com a luta do movimento sindical e do movimento popular.

Como avalia o resultado eleitoral obtido pelo PT?

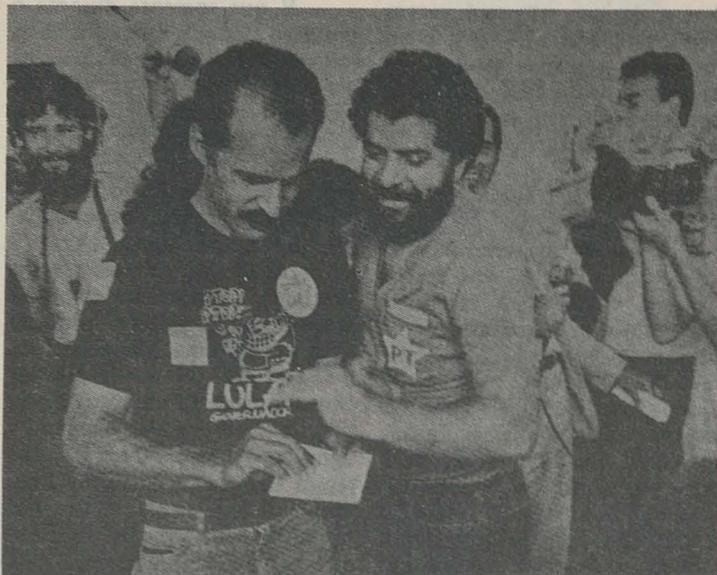
— Eu acho que, em números absolutos, o Partido dos Trabalhadores obteve um resultado aquém do que esperávamos. Nós estávamos preparados, pelo menos internamente, para obter aquilo que a Lei exigia anteriormente, que era o mínimo de três por cento em cada estado, com cinco por cento a nível nacional. No entanto, em números reais, o Partido dos Trabalhadores ficou a desejar nesse processo eleitoral.

A que você atribui esse resultado?

— É que somente durante o processo eleitoral tomamos consciência das dificuldades que há para se participar de eleições num país onde o poder econômico é determinante. Por outro lado, o que foi importante para o Partido dos Trabalhadores é que, através das poucas oportunidades que tivemos, junto aos meios de comunicação de massa e nos comícios, conseguimos colocar a proposta do Partido tal como ela é, sem nenhuma censura. E temos certeza de que mexemos com a cabeça de milhões de brasileiros. Embora isso não tenha significado votos para o PT, nós temos certeza de que ele é hoje uma realidade, que a classe trabalhadora sabe que ele existe e está convencida de que as eleições foram apenas um passo na nossa organização. A construção do PT será realizada nos 365 dias



“Cometeremos um grave erro se ficarmos esperando que os próprios responsáveis pela crise encontrem soluções para ela”



“O PT ficou a desejar nas eleições, mas fez sua proposta sem censura”

do ano, na luta junto aos vários setores da sociedade.

Apesar desses resultados eleitorais, o PT está presente no Congresso Nacional. Qual vai ser a atuação da sua bancada?

— Embora a bancada do PT seja numericamente pequena, eu acredito que poderá se sobressair na medida em que é preciso “comprar umas brigas” muito sérias no Congresso Nacional, coisa que os políticos viciados e profissionais jamais fariam. A primeira, é a de reestabelecer as prerrogativas para o próprio Congresso Nacional. A segunda, é a de devolver ao Parlamento o poder de legislar sobre as medidas econômicas. Quando isso for conquistado, o Congresso será muito mais representativo da sociedade brasileira do que é hoje.

Ação interpartidária

Que possibilidade vocês vêem de que se realize uma política de coalizão das oposições a nível nacional?

— Nós temos discutido, nos níveis de bancada e de direção executiva, e achamos que é ple-

namente possível haver unidade (havendo condições, claro) em torno de projetos comuns que venham a beneficiar a maioria da população brasileira. No entanto, somos contra qualquer medida que descaracterize a identidade dos partidos políticos existentes. Defendemos a idéia, urgente, de que os partidos eleitos com um discurso de oposição devem se unir. Esse tipo de unidade, feito de acordo com cada situação política criada e em cima de lutas concretas, é o mais viável e o mais sensato para a ação interpartidária.

E em São Paulo, a posição do PT seria diferente daquela definida a nível nacional?

— A posição é a mesma aqui em São Paulo. Já definimos que não participaremos do governo Montoro. O partido, no entanto, estará aberto para discutir politicamente as composições a nível do poder legislativo e não fará uma oposição sistemática ao governo Montoro. O que pretendemos fazer é apresentar à opinião pública as propostas do PT para a Educação, Saúde, Esporte, Alimentação etc. Assim o

povo poderá compará-las com as propostas dos outros partidos.

Anteriormente, analisando os resultados eleitorais no Rio de Janeiro, você se referiu ao Brizola como uma exceção. Qual será a posição do PT no Rio?

— É a mesma posição que a nível nacional. Nós não faremos uma oposição sistemática a Brizola. A nossa proposta é também a de não participar do governo e de apresentar planos para cada área específica da administração. Vendo o que eles estão fazendo e o que nós temos como proposta, o povo será o próprio juiz.

O Fundo e a crise

A crise econômica se agrava e o Brasil foi ao Fundo, literalmente, não é? Para enfrentar a crise, o governo federal diz que precisa da colaboração de todos e propõe uma economia de guerra. Como você vê as perspectivas para o Brasil frente a essa crise e qual a posição do PT diante do chamado à colaboração por parte do governo?

— Não é novidade o governo dizer que precisa da colaboração do povo. Todos eles, na época das “vacas gordas” dão um chute na classe trabalhadora e na época das “vacas magras” pedem a compreensão e a cooperação dos trabalhadores. Não seria de esperar que fosse diferente no governo do Figueiredo. Principalmente num momento em que se abrem as portas do Brasil para o FMI e em que se viola a soberania nacional.

Embora as autoridades não queiram reconhecer, eu acho que a soberania nacional deixa de existir quando os representantes do FMI obtêm informações que nenhum brasileiro pode obter, a não ser os ministros da área econômica e, quem sabe, nem todos. Pois nem o Congresso Nacional nem os governadores dos estados, nem o movimento sindical e o próprio empresariado na-

cional têm conhecimento da verdadeira situação por que passa o Brasil. O que é lamentável é que se tente consertar as coisas quando elas já não têm mais conserto.

O fato concreto é que não deveríamos brigar simplesmente porque o Brasil se entregou ao FMI. A nossa briga deveria ter começado muitos anos antes para evitar que a dívida externa chegasse onde chegou, para evitar os estragos que a má administração do regime autoritário fez neste país. Nós acreditamos que o FMI ainda possa ser combatido na medida em que sua política de austeridade acabará por impor à classe trabalhadora medidas restritivas, não só de suas conquistas salariais como também de condições de trabalho. Cabe, portanto, aos políticos deste país e ao movimento sindical mobilizar todas as forças, primeiro, para que o povo conheça o que é o FMI, suas implicações dentro do país; segundo, para

que o povo evite que a ingerência do FMI na política econômica brasileira signifique a deterioração da já má qualidade de vida do nosso povo. Cometeremos um erro grave se ficarmos apenas esperando que os responsáveis por essa crise encontrem soluções que, sem dúvida, não serão as do povo. Eu acho que todos nós temos que assumir a responsabilidade para não permitir que governos incompetentes entreguem a nossa pátria por causa de interesses de grupos econômicos.

Qual a resposta que você dará ao apelo de Brizola visando à união dos trabalhistas e dos socialistas?

— Nós vamos conversar. Converso com o Brizola sempre que ele quiser e ele sabe disso. Eu tenho muito respeito pelo Brizola. Agora, o que me preocupa é esse “papo” com a Ivete Vargas. Com esse tipo de gente como o Mendonça Falcão não se pode pensar nem em aliança. Eu penso se não

estaria havendo uma precipitação nessa idéia de fusão. Acredito numa coisa que para mim está se iniciando e isso norteia a minha ação. Eu acredito que, ao invés de querer utilizar a classe trabalhadora, é preciso dar consciência a essa classe para que ela possa determinar o seu próprio caminho. Nós pretendemos organizar o povo nos bairros e nas fábricas, fundamentalmente, através dos núcleos do Partido. Nossos núcleos são de militantes, quer dizer, vão fazer com que a gente tenha uma atuação política, uma participação. Nós vamos levar adiante esse trabalho. Nossa prática é que é diferente. ●



“É preciso dar consciência à classe trabalhadora para que ela encontre o seu próprio caminho”

A técnica da "terra arrasada"

O governo militar do general Ríos Montt aplica nas regiões camponesas as técnicas genocidas utilizadas pelos Estados Unidos no Vietnã: povoados inteiros foram destruídos e logo engolidos pela selva, enquanto seus habitantes procuram refúgio no México

Roberto Bardini

“A vida é dura aqui na montanha. Estamos muito pobres, não temos alimentos, nem roupa, nem cobertores, nem sapatos para as crianças. Para conseguir um pouco de milho é preciso andar quatro horas para ir e outras tantas para voltar. Quando tem feijão, comemos feijão. E se não, sal puro. Salzinho puro com água.”

Assim fala Julio García, que mora há um ano num acampamento de camponeses em plena montanha guatemalteca, e é ex-habitante do que era — porque foi totalmente arrasado pelo exército da Guatemala — o povoado El Arbolito, hoje engolido pela floresta em El Petén, próximo da fronteira com Belize. García, como numerosas fa-



Para Ríos Montt, todos os camponeses são guerrilheiros

mílias que se encontram nas montanhas, sofreu as consequências da política de *terra arrasada* aplicada pelos norte-americanos no Vietnã e instrumentada atualmente na Guatemala pelas forças armadas do general Êfraín Ríos Montt.

As pessoas se aproximam lentamente, com uma mistura de curiosidade e desconfiança em relação ao jornalista. Pouco a pouco, rompe-se a barreira e depois todos querem falar: têm a intuição de que seu testemunho é importante.

Pedro Gómez, por exemplo, está a cargo de 44 dentre os 113 *patojos* (crianças) que há no acampamento: “O impaludismo e a disenteria estão acabando com eles; a maioria morre de subnutrição”, relata a *cadernos do terceiro mundo*. De manhã cedo, Gómez organiza exercícios físicos, jogos e cantos entre os pequenos habitantes do acampamento. “Também me esforço em ensinar-lhes a ler e escrever, mas não temos livros, nem cadernos, nem lápis”, lamenta-se.

“Passamos fome e estamos sempre doentes”, diz Rosalinda, uma menina de nove anos de idade, vencendo a timidez diante do gravador.

Só a montanha nos dá segurança

Depois de percorrer o lugar, de comprovar as condições de vida e coletar testemunhos, *cadernos do terceiro mundo* entrevista “Juan”, um dos responsáveis pelo acampamento, e ele explica:

“A gente veio para cá por causa da perseguição do exército. Estão atrás de nós simplesmente porque somos pobres, porque conseguimos entender que a vida de injustiça da maioria dos guatemaltecos não é obra do destino, mas se deve à exploração dos ricos. E quando a gente reclama começam a nos perseguir. E se não reclamamos é a mesma coisa. Então temos que



A foto é do Vietnã, anos atrás, mas poderia ser de qualquer uma das centenas de aldeias guatemaltecas destruídas pelo exército

procurar segurança... e só a montanha nos dá segurança.”

Como é que o exército se comporta quando chega nas aldeias?

— Na matança mais recente, nas aldeias Los Montesinos, entraram com tanques a uma hora da madrugada. Incendiaram casas, massacraram a população dormindo, degolaram crianças. No dia seguinte obrigaram os poucos sobreviventes a enterrarem os mortos. Trouxeram máquinas para cavar fossas e lá enfiaram os cadáveres. Foi por isso que esse lugar ficou vazio. Depois acusaram os guerrilheiros de terem cometido o massacre.

No caso de vocês, como foi que chegaram a este lugar?

— Soubemos que o exército vinha em nossa direção e fugimos na hora certa. Só de raiva, eles queimaram o vilarejo, destruíram as plantações de feijão e mataram nossos escassos animais. Existem povoados que desapareceram do mapa e foram engolidos pela floresta.

E qual é a causa dessa perseguição?

— O problema é que o general Ríos Montt acha que todos os camponeses são guerrilheiros. Por isso é que nós agora resolvemos lutar, por isso é que não vamos nos entregar como gado que vai para o matadouro.

“Para merecer é preciso sofrer”

E o que é que vocês pensam fazer agora? Vão ficar na montanha ou irão para outro lugar?

— Nos refugiamos na floresta e acho que será só por uns tempos. Não há outra coisa a fazer senão passar à clandestinidade com nossas famílias e integrarmos à luta. Eu acho que precisamos organizar-nos para contribuir com nosso grão de areia e chegar à derrubada definitiva deste sistema. O tempo e o sacrifício que tudo isso exige não têm importância. Enquanto não atingirmos isso, os ricos continuarão sendo ricos e nós os pobres, continuaremos sendo pobres. Chegamos à floresta não só para fugir mas para procurar outras formas de luta. Dizem que “para merecer é preciso sofrer”: é por isso que nós achamos que todos os sofrimentos por que estamos passando servirão para

que a Guatemala seja algum dia um país livre.

Rosalinda, a *patoja* de nove anos, se aproxima e pergunta se no lugar onde o jornalista mora as crianças têm sapatos e vão ao colégio.

Hoje, todo mundo anda correndo

Nicolás Balam, agricultor de 21 anos de idade, pertence à etnia *cakchiquel* e viveu a vida toda na região de San Miguel, em Chimaltenango, no planalto guatemalteco. No momento em que o entrevistamos ele estava — segundo nos declarou — há dez meses correndo permanentemente e morando em covas.

Junto com os outros 300 habitantes do lugar, Balam tinha ouvido falar que haviam sido cometidos massacres em certas zonas. Mas por causa do isolamento da região e da falta de comunicação, as notícias eram contraditórias: alguns diziam que os autores dos massacres pertenciam ao exército e outros que eram guerrilheiros. Na quarta-feira 17 de março de 1982, às 8 horas da manhã, os habitantes da comarca de San Miguel esclareceram

qualquer tipo de dúvida. Naquele dia, 50 *kaibiles* (corpo especial de contra-insurreição) se plantaram nos morros que cercam a localidade e a metralharam durante duas horas seguidas, gritando: "Onde estão os comunistas? Que saiam se forem machos!"

No dia seguinte, destruíram as plantações de milho e de feijão, mataram os animais que não conseguiram carregar e queimaram as choupanas. Nicolás Balam, que nunca havia presenciado atos de violência, observava tudo a partir de seu refúgio: "Degolavam os cadáveres e esfaqueavam os corpos; o sangue

corria formando riachos no meio do milharal", ele conta.

Escaparam da matança 20 famílias. Conseguiram apanhar umas poucas coisas e começaram a caminhar. Acampavam em covas e na margem dos rios, sem paradeiro fixo, mudando constantemente de lugar. E, apesar das dificuldades, da falta de víveres e medicamentos, da desnutrição e da mortalidade infantil, começaram a se organizar: formaram comissões, elegeram autoridades e criaram grupos de auto-defesa.

Depois de três mil dias de êxodo por florestas e monta-

nas, Nicolás Balam chegou ao México para dar seu testemunho: "A política de 'feijão e fuzis' do general Ríos Montt foi um fracasso. Nós não queremos morar em aldeias estratégicas que são reservas indígenas para serem visitadas por turistas. Hoje, nenhum grupo mora em sua comunidade de origem: todo mundo anda correndo".

300 massacres coletivos

Fontes vinculadas à Comissão de Direitos Humanos da Guatemala explicaram a **cadernos do terceiro mundo** que só entre abril e junho do ano passado foram assassinados mais de 8 mil pessoas pelo exército, pela polícia e por organismos de segurança. "Nesse período, foram perpetrados mais de 300 massacres. Cidades inteiras foram arrasadas. Mais de 8 mil pessoas foram assassinadas, indiscriminadamente, entre homens, mulheres, crianças e anciãos. Centenas de corpos estavam em tal estado de mutilação que em muitas ocasiões não foi possível reconhecê-los, sendo enterrados em valas comuns. O pior de tudo foi que as matanças coletivas de camponeses indígenas, as torturas, desaparecimentos, sequestros e assassinatos a sangue frio, foram cometidos pelas forças de segurança governamentais contra pessoas que não tinham compromissos com atividades de oposição ao regime".

Os refugiados no México

O fenômeno da emigração da Guatemala para o México não é uma novidade. Historicamente, ele se deu por causa da proximidade geográfica, da facilidade de penetração dos camponeses guatemaltecos e da necessidade mútua durante o período da colheita de café. No estado de Chiapas, no sudeste mexicano, houve décadas de "livre passagem" para os diaristas prove-



"Todo esse sofrimento servirá para fazer da Guatemala um país livre"

nientes da Guatemala, que representavam mão-de-obra barata e eram explorados por fazendeiros de origem alemã na região de Soconusco.

Até cinco anos atrás não havia praticamente nenhum controle de imigração na fronteira para os trabalhadores braçais que chegavam à procura de trabalho. Existia um acordo tácito entre os camponeses e as autoridades de imigração. Segundo versões colhidas por cadernos do terceiro mundo, quando se tratou de impedir a entrada desses trabalhadores registraram-se quedas pronunciadas na colheita do café. Por esse motivo, houve épocas em que havia entre 50 e 60 mil camponeses guatemaltecos no lado mexicano.

Com o aguçamento da crise econômica e a política de extermínio maciço praticada pelo governo do general Efraín Ríos Montt, as cifras anteriores aumentaram. Atualmente, existem em Chiapas 36 campos de refugiados localizados a um quilômetro da fronteira. Em agosto de 1982, havia 12 mil refugiados instalados provisoriamente em 16 comarcas. Deles, 2.400 eram mulheres — 102 viúvas — 7.200 crianças e 4.800 adultos. Na atualidade, essa cifra é superior a 20 mil pessoas.

Solidariedade camponesa

Os jornais de Chiapas realizam campanhas contra os refugiados centro-americanos — sobretudo guatemaltecos e salvadoreños — acusando-os sistematicamente de tudo o que acontece na zona. Os camponeses mexicanos da região, ao contrário, atuam solidariamente, o que se explica porque eles compartilham de um tronco étnico comum, problemas similares de marginalização e, em certas ocasiões, relações de parentesco que remontam a muitos anos.

No dia 22 de julho de 1980, por acordo presidencial, foi cria-



“Hoje, nenhum grupo mora em sua comunidade de origem: todos andam correndo”

da a Comissão Mexicana de Ajuda a Refugiados. A finalidade desse organismo é estudar as necessidades objetivando encontrar meios de proteção para os refugiados estrangeiros no país, com a colaboração de organizações nacionais ou internacionais que perseguem objetivos similares.

“Apesar do México não integrar a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto de Re-

fugiados de 1951, o governo ofereceu garantias que vão mais além das recomendadas pela Convenção”, asseguram porta-vozes da Comissão Mexicana de Ajuda a Refugiados. Enquanto isso, no país vizinho, a técnica de terra arrasada aplicada pelo “sacristão massacrador” — como é normalmente chamado o general Efraín Ríos Montt — continua cada vez mais dramática. ●

A participação popular na luta insurrecional

Marta Harnecker

O Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP) é reconhecido hoje como a organização armada que melhor trabalho de massas desenvolve na Guatemala e aquela que apresenta uma das mais fortes estruturas político-militares.

Para o EGP não há guerra popular, e portanto não há triunfo sobre o inimigo, se o povo não se incorpora de forma empenhada e maciça na guerra.

“Não foi fácil realizar um trabalho de massas nesse sentido — afirmou-nos Rolando Morán, comandante-em-chefe do Exército Guerrilheiro dos Pobres —, foi necessário vencer os métodos tradicionais de trabalho e procurar novas formas para organizar as massas. E o interessante foi que, em vez de debilitar, esse trabalho, pelo contrário, veio fortalecer a ação militar.”

Rolando Morán, além da história político-militar do EGP, analisa as principais opções estratégicas defendidas por aquela organização revolucionária.

Parece não haver contestação



A topografia da montanha favorece a luta guerrilheira

ao fato da Guatemala constituir uma realidade heterogênea. Assim sendo, até que ponto essa realidade repercute no desenvolvimento da guerra popular?

— Consideramos que em função da complexidade do nosso país — complexidade geográfica, econômica e social — existem na Guatemala três planos estratégicos que é preciso se levar em consideração: um, que é a montanha, se caracteriza por uma estrutura econômica mais atrasada, fortemente influenciada ainda por relações de produção pré-capitalistas, por uma intensa densidade demográfica, e pela presença de grupos de minoria nacional, que nós chamamos minorias étnicas nacionais. A montanha caracteriza-se ainda, evidentemente, por uma topografia que favorece a luta guerrilheira e por uma fraca presença do poder central.

Isto permite, na nossa opinião, um maior crescimento militar, a implantação de forças militares e o aparecimento e desenvolvimento de um exército popular regular. Facilita formas de orga-

nização clandestina permanentes, com muito mais bases e, inclusive, a implantação e o desenvolvimento do poder local revolucionário.

Este é o primeiro plano.

Outro, é a planície, caracterizada por grandes extensões de terra, e ainda pelo sopé da cordilheira, geralmente banhadas por numerosos rios, e atravessadas por uma complexa rede de estradas. Estas terras têm sido exploradas com base na agroexportação, e, aí, as relações capitalistas de produção atingiram um alto grau de desenvolvimento. A presença do poder central é muito mais significativa, assim como é evidente a presença imediata do inimigo. A base social predominante nessa região é o proletariado agrícola, e por isso é muito difícil desenvolver nessa zona uma força militar permanente e regular, já que esses trabalhadores rurais e as suas famílias dependem de um salário para subsistir, o que torna muito difícil eles se desligarem dos seus centros de trabalho. Pelo contrário, o pequeno produtor minifundiário, desse ponto de vista, goza de muito maior flexibilidade e pode tornar-se fonte de abastecimento de um exército, não só com produtos de consumo, mas também de força viva.

Isto determina que se deva implantar para esta zona uma outra forma de organização, tanto política como militar. Uma forma de organização política mais desenvolvida, porque se pode contar com elementos de origem proletária, que poderão ter uma ação destacada nas organizações de massas.

Mas de um ponto de vista militar, apenas se podem estruturar guerrilhas móveis, limitadas, e daí que a tática militar nesse terreno tenha que ser diferente.

Este seria o segundo plano estratégico.

E o terceiro plano estratégico são os centros urbanos industriais, ou semi-industriais, rodea-

dos pelos cinturões de produção camponesa, onde predominam os setores da classe operária, das classes médias e setores marginais. Trata-se do centro nervoso do regime, onde se concentram os seus aparelhos de repressão, o seu aparelho administrativo, a sua burocracia, os seus aparelhos militares, as suas estruturas econômicas. Aí, a tática da organização tem de ser muito diferente. De um ponto de vista militar o trabalho torna-se mais complexo. É impossível concentrar grandes contingentes armados, sobretudo numa primeira fase da guerra, e, se isso ocorrer, será sob formas insurrecionais e paramilitares.

A estratégia da guerra popular revolucionária no nosso país tem, portanto, que saber conjugar estes três planos estratégicos.

Novos métodos

O Exército Guerrilheiro dos Pobres surgiu após uma série de experiências guerrilheiras fracasadas. E você próprio, Rolando Morán, participou de algumas delas. Qual é a concepção de luta armada que a sua organização defende depois de todas essas experiências?

— Nossa concepção baseia-se no seguinte: a participação das massas numa guerra como a da Guatemala não é, nem deve ser, uma participação passiva.

Através de uma análise das experiências passadas, como o primeiro esforço guerrilheiro na *Sierra de las Minas*, pensamos que não podemos encarrar as massas, tanto urbanas como camponesas, tão somente como a base de apoio da guerrilha, e sim pensamos que elas devem incorporar-se à guerra. A guerra revolucionária não é para nós apenas a via da revolução, como sempre se disse, mas sim a estratégia global da luta revolucionária pela tomada do poder. Pensamos que nesta guerra, ainda que os destacamentos militares te-



As massas urbanas têm sua própria forma de luta e se incorporam à guerra

nham um papel decisivo e fundamental, eles terão de ser complementados com a ampla organização política das massas.

E, em sua opinião, que papel deverão desempenhar as massas populares nessa guerra?

— Por um lado, um papel militar. As massas formam e enri-

quecem os destacamentos guerrilheiros, as massas organizam-se e constituem os grandes destacamentos paramilitares, elas organizam-se e dão corpo também aos grandes destacamentos de autodefesa do povo. Todas essas são formas através das quais as massas participam na guerra. Mas a sua participação não acaba aí,

elas contribuem também decisivamente para a economia de guerra: produzem para o exército popular, produzem igualmente para a manutenção dos organismos políticos clandestinos que não poderiam sobreviver sem esse apoio.

E, por último, participam politicamente na guerra introduzindo todos os instrumentos de luta que lhe são característicos, partindo das suas lutas reivindicativas, mas introduzindo o conteúdo político da luta pelo poder.

Essa é uma tarefa das organizações de massas revolucionárias que não limitam a sua função orgânica às lutas económicas ou reivindicativas. São organizações de massas que não colocam como passo inicial um contrato coletivo com as autoridades no plano legal, e sim prosseguem as lutas reivindicativas a partir de um plano clandestino ou semi-clandestino. Não se trata de uma invenção nossa. É a aplicação de novos métodos diante de condições de repressão particularmente ferozes.

Os novos métodos respondem às necessidades indispensáveis. A direção de todas as nossas organizações de massas é uma direção secreta. As massas chegam a empreender insurreições parciais, que nós não encaramos unilateralmente como um fenómeno militar, mas sim como formas paramilitares da luta de massas.

As massas não participam como exército regular. A participação político-militar das massas, apesar de estarem armadas ou parcialmente armadas, não exclui as formas características da luta de massas: greves, protestos, manifestações, como tem ocorrido.

Por último, as massas participam ideologicamente na guerra popular revolucionária, para que ela não se transforme numa simples revolta, mas sim na luta organizada pela tomada do poder.

No começo sentíamos, de

alguma forma, que o nosso trabalho de massas não estava se realizando segundo os nossos postulados iniciais. Não encontramos forma de conseguir isso. Inicialmente procurávamos aplicar a tática clássica: a penetração nas fábricas, a criação de células; e, no entanto, não atingíamos os resultados que almejavamos. Foi então, e depois de analisar e estudar várias experiências, que procuramos introduzir novas fórmulas. Constatamos que as massas de um país como a Guatemala — um país subdesenvolvido e assolado pela repressão — tem estratos determinados tanto para níveis de organização, como de radicalização ou consciência. No caso de uma situação de guerra popular revolucionária, os elementos da vanguarda político-militar, muitas vezes, não saem diretamente das organizações amplas de massas. E as massas organizadas em torno dos seus sindicatos e associações profissionais abertas, legais, encontram-se expostas à mais brutal repressão do regime.

Tinha-se que fazer algo. Percebemos que quando se fala de massas há que preparar um trabalho político e organizativo em três níveis fundamentais: um é o da massa não organizada. A massa não é apenas a que está organizada em sindicatos, cooperativas etc. Há uma massa não organizada cujo nível de consciência é menos desenvolvido e que se apresenta mais indiferente diante de certos fenómenos de carácter político e social. Essa massa constitui a grande maioria do povo.

Pensamos que a maioria dos que, nos nossos países, integram os sindicatos e as associações profissionais é gente não politizada e apenas um setor é mobilizável. Por exemplo, dos 800 membros de um sindicato, chega-se a mobilizar uns 400, e destes apenas uns 100 poderão constituir aquilo que poderíamos chamar de setor avançado.

Quando se quer desenvolver aos seus mais altos níveis a guerra popular, nós pensamos que tem de haver um trabalho especial junto a esse setor avançado da população, e que é esse setor que deve integrar as chamadas organizações revolucionárias de massas, já que a esse setor avançado se pode impor um certo grau de disciplina, pois ele o compreende e o assimila. Ele está pronto a aceitar certas formas de organização que em nada se parecem com as normas livres pelas quais se regulam associações gremiais, sindicatos e cooperativas etc. Esse setor avançado está disposto a enfrentar a repressão de maneira direta, através da autodefesa, das lutas etc.

Por outro lado, esse setor não se integra automaticamente na vanguarda. Assim se explica que na Guatemala existia o CUC, a Ferg (Frente Estudantil Revolucionária Robin García), os cristãos revolucionários, a Coordenadora de Colonos e os Núcleos de Operários Revolucionários que nos seus comunicados defendem a derrubada do governo e a tomada do poder, e a quem o inimigo, no entanto, não consegue golpear. Por que? Porque pertencem à massa e porque integram uma organização comparimentada, clandestina.

No caso do setor operário, a situação apresenta matizes especiais já que a organização revolucionária dos operários tem de estar, de uma maneira ou outra, ligada aos seus centros de trabalho e às suas organizações de carácter profissional ou reivindicativo. No entanto, a organização revolucionária de massas é clandestina, com estruturas adequadas para a sua função e sem relações orgânicas com as direções legais.

A organização revolucionária dos operários que participa na "Frente Popular 31 de Janeiro" são os chamados "Núcleos de Operários Revolucionários Felipe Antonio García Rac", que



Os grupos não-armados de camponeses também se organizam, criando condições para a sua autodefesa

aglutina no seu seio operários de diferentes ramos da produção agrícola e industrial, da capital e de outras regiões do país, que pertencem a mais de 30 sindicatos.

Uma nova concepção do trabalho de massas

Por ser clandestina não se afasta da massa?

— É uma organização que trabalha com métodos clandestinos, mas isso não a impede de estar estreitamente ligada às massas. A sua implantação é tão profunda que os ativistas operários podem fazer o seu trabalho de agitação, organização e formação nos seus centros de trabalho e em organizações abertas, com a segurança da sua clandestinidade não ser delatada. Não se trata já de um trabalho individual e isolado de agitação e organização revolucionária clandestina no seio das massas, mas do trabalho de todo um setor da massa que leva a cabo uma atividade de organização e orientação política, claramente revolucionária.

Esta é uma nova concepção

do trabalho de massas. Já não se trata de ter um grupo organizado num sindicato para que ganhe as eleições e controle a direção do sindicato; e que se considera que, quando o conseguir, esse sindicato ficará sob a nossa influência. Nós não estamos fundamentalmente interessados na direção, o que nos interessa principalmente são as bases, e, entre elas, os setores mais avançados.

Quando nós afirmamos que temos um sindicato é porque as bases são nossas, não apenas porque a direção o seja.

Mas esse trabalho de massas não terá debilitado o trabalho militar a que vocês se haviam proposto?

— Não, de maneira nenhuma. Pelo contrário, enriqueceu-o. Com o desenvolvimento do trabalho de massas não só ampliamos e enriquecemos o número de combatentes e quadros para as forças militares, como a conjugação do trabalho das organizações de massas permitiu a realização de tarefas de guerra que não cabem propriamente às forças militares regulares. Estas,

aperfeiçoaram-se na sua função e passaram a cumprir melhor o seu papel de combatentes permanentes.

O mesmo ocorreu com os indígenas, cuja incorporação na revolução é neste momento definitiva. Há dezenas de milhares de indígenas da nossa zona que defendem as posições do EGP, e estão plenamente conscientes do que são essas posições. O CUC, por exemplo, organização camponesa próxima do EGP, é uma organização muito querida pelos camponeses indígenas.

O CUC se assenta em esquemas prévios de organização. Por exemplo, um grupo inicial do CUC forma-se numa determinada aldeia; cria-se então um comité secreto que desenvolve trabalho de propaganda até conseguir captar a maioria dessa aldeia e integrá-la no trabalho de massas do CUC. Isto só é concebível num país como a Guatemala, onde o grau de repressão, de aguçamento da luta de classes polarizou tanto as forças em luta que esta situação acaba por influenciar a disposição das pessoas em aceitar essa solução, já que a encaram

como a única para a sua própria defesa, para continuar a luta e conseguir a vitória.

Na Frente Guerrilheira "Luís Turcios Lima", implantada na costa sul do país, temos já algumas forças guerrilheiras regulares. Mas além da geografia, os guerrilheiros podem contar com as aldeias da região onde funcionam organismos de massas revolucionárias. Há assembléias locais do CUC que permitem o surgimento das forças guerrilheiras. Há milhares de pessoas organizadas em assembléias do CUC e em outras organizações revolucionárias nessa frente.

Essas organizações de massas estão armadas?

— Não estão todas armadas, mas contam com os seus grupos de autodefesa, que, esses sim, estão armados. Em relação ao EGP, contamos com as guerrilhas locais, que são equivalentes às milícias, as guerrilhas regionais, e, por último, o exército regular.

Autodefesa: enfrentar a repressão

Em que consiste a autodefesa?

— A autodefesa são os organismos que as massas constituem para defender as suas atividades e as ações que lhe são próprias, em condições em que já não se podem amparar em qualquer espécie de legalidade. São instrumentos de proteção diante de um inimigo feroz. Pelas suas próprias características, os órgãos de autodefesa são também o germe e a ponte entre as massas, as forças guerrilheiras e as forças regulares da Revolução. Muitas vezes é assim que as massas começam a tomar consciência da sua participação na guerra.

A defesa cabe aos organismos de autodefesa que são, por sua vez, fruto de uma seleção político-militar e uma fonte para abastecer as fileiras das nossas forças guerrilheiras e das forças regulares revolucionárias.

Como funciona e opera a autodefesa?

— Em algumas aldeias os grupos de autodefesa são organizados pelos comitês clandestinos locais do EGP. Esses grupos são constituídos pelos simpatizantes mais próximos da organização, previamente escolhidos pela sua decisão e pela sua afinidade com a nossa linha. Eles têm por função velar pela segurança da aldeia, dos comitês clandestinos locais, dos seus dirigentes e das mulheres dos guerrilheiros que partiram.

Segundo as condições, montam sistemas de vigilância, de alarme e, em alguns casos, cada vez em maior número, de defesa armada, que incluem emboscadas e armadilhas. Os sistemas de vigilância incluem controle de estradas e do movimento do inimigo, controle dos reacionários e possíveis agentes do adversário. Os sistemas de alarme são constituídos por uma grande diversidade de meios improvisados e criados por esses próprios companheiros, para avisar quando o inimigo se aproxima ou quando se detecta qualquer incursão armada.

A propaganda armada

Qual é a estratégia militar de vocês? Que etapas se colocam? Como encaram o desenvolvimento da guerra no futuro?

— A nossa concepção do desenvolvimento da guerra popular centraliza-se no seguinte: além da fase de implantação, há que desenvolver uma etapa de propaganda armada. Propaganda armada não como estratégia, mas como uma das fases necessárias para levar a guerra a níveis mais elevados e no sentido da sua generalização no país.

A propaganda armada permite-nos explicar às massas exploradas e oprimidas a razão de ser desta guerra e os objetivos a que ela se propõe. Nas condições de repressão em que se vive na Gua-

temala é muito difícil fazer agitação e propaganda revolucionária sem nos apoiarmos na força das armas. Com a propaganda armada procuramos reativar a luta, a guerra.

Passa-se então a uma nova fase: a da generalização da guerra de guerrilhas em todo o país, que procura dispersar e desgastar o inimigo, possibilitando a acumulação de forças por nosso lado.

Intervenção norte-americana

E as ações armadas são realizadas por destacamentos especiais?

— Sim, só através de destacamentos especiais. As massas começam já a participar na generalização da guerra irregular. A generalização da guerra de guerrilhas apresenta muitos matizes: desde a ativação de unidades que travam os combates, que realizam emboscadas, até atentados e golpes de mão. São operações secundárias e acessórias, mas que a nível generalizado criam de facto um sério problema político e militar ao regime. Mas se permanecemos nessas etapas — e estamos conscientes disso — não conseguiremos derrotar o inimigo.

Fazendo um pequeno parêntese. Nós sempre pensamos — como afirmei há pouco — que o desenvolvimento da nossa guerra e o seu triunfo têm que passar por distintas fases que podem encurtar-se ou prolongar-se mas que são praticamente obrigatórias. Desde 67 que encaramos a possibilidade de intervenção militar dos Estados Unidos (que financiavam e sustentam as forças armadas locais que nos combatem) no nosso país. Afirmávamos que isso deveria ser encarado como uma fase estratégica da nossa luta.

É uma intervenção que pode manifestar-se através da participação de assessores, quadros técnicos, do fornecimento de ar-



mas, munições, do controle das comunicações, da direção das operações etc.

A outra etapa que nos deparamos após a generalização da guerra de guerrilhas, é aquela onde se fomenta nos territórios libertados o poder local, a construção das raízes do novo Estado, embora que ainda em áreas periféricas.



“Há dezenas de milhares de indígenas da nossa zona que defendem as posições do EGP”

Já existem áreas libertadas?

— Não, não as podemos considerar áreas libertadas até que obtenhamos o efetivo e completo controle político, militar e econômico dessas zonas.

Enquanto tivermos apenas um desses setores sob controle, ou apenas dois dos três, sem atingir o terceiro, não podemos afirmar que se trata de *áreas libertadas*.

Como chamam então às zonas em que existem destacamentos guerrilheiros e uma população simpatizante ou militante da causa do EGP?

— São *zonas em disputa*. Disputamos o terreno e as massas ao inimigo. Há zonas guerrilheiras que, no entanto, ainda não atin-

giram esse desenvolvimento, mas onde existe uma luta contínua com unidades permanentes ou regulares, ou atividades guerrilheiras propriamente ditas e atividades paramilitares que nós chamamos de *zonas guerrilheiras*.

Essa etapa de desenvolvimento das zonas libertadas ou em disputa de terreno e de massas ao inimigo — e é importante esclarecer isso — implica, em termos militares, a luta, o combate regular contra as forças inimigas. Já não se trata apenas de emboscadas, ações de fustigamento, causar baixas ao inimigo, não se trata de ações de desgaste, mas sim, através de manobras e jogos de posições, a procura da derrota militar do regime. Em outras pa-

lavras, significa a destruição das suas forças e efetivos, das suas estruturas militares.

Ainda não entramos nessa fase?...

— Já começamos a entrar...

E essa fase culminará com a insurreição?

— E com a tomada do poder.

Definem então a guerra como uma guerra prolongada?

— Sim. Mas fico sempre apreensivo quando se utiliza essa expressão...

Por estar associada ao esquema chinês...

— Sim, e porque se especulou muito e no final de contas os ter-

mos acabam por ficar gastos e muitas vezes se dá a eles interpretações que não são corretas.

A unidade: um processo com o seu próprio ritmo

Em sua opinião, quais os aspectos que mais ajudaram à gestação do processo unitário das diferentes organizações político-militares na Guatemala e quais os principais obstáculos encontrados?

— O mais importante, na minha opinião, é considerar a unidade, não digamos harmônica, mas um processo com as menores divergências possíveis. Mais além da necessidade objetiva que as condições da luta e da guerra impõem, é um elemento fundamental evitar que as divergências que de fato existem se polarizem.

Todas as tentativas de levar a cabo essa unidade na década passada e em princípios da atual no

nosso país, acabaram por ser desastrosas e, em algumas ocasiões, levaram a resultados verdadeiramente trágicos. Em certo momento, chegou-se quase ao ponto de desencadear uma guerra fratricida entre organizações.

Atualmente, para que se chegue a uma unidade realmente efetiva a nível de direção, tem que se procurar uma grande flexibilidade, uma grande compreensão, uma grande disponibilidade em sacrificar uma série de coisas que, muitas vezes, se tornaram questões de índole pessoal.

Eu me encontro entre os otimistas em relação a essa unidade e ao seu futuro.

Que conseqüências este novo posicionamento poderá vir a ter?

— Em primeiro lugar um acentramento de todo o processo de guerra. Em segundo lugar, um fortalecimento de todas as orga-

nizações no seu conjunto e de cada uma em particular, tanto do ponto de vista político como militar. E uma terceira consequência, que é resultado das duas anteriores: irá acelerar o surgimento e a construção de uma vanguarda muito mais completa, homogênea, e objetiva, que irá responder muito melhor às necessidades e às realidades do nosso povo.

Como se iniciou esse percurso no sentido da unidade?

— Os primeiros passos foram dados através do intercâmbio de informação, com o fim dos ataques mútuos, a coordenação do trabalho a nível de massas, os acordos concretos em projetos limitados, ou através da ajuda material. Enfim chegou-se à organização de ações militares coordenadas para se passar posteriormente a acordos de caráter tático e estratégico. ●

CHASQUI

REVISTA LATINOAMERICANA DE COMUNICACION

- POR UMA NOVA ORDEM INFORMATIVA
- NOVAS CORRENTES TEÓRICAS DA COMUNICAÇÃO
- COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA
- INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E PEDAGÓGICAS
- DEMOCRATIZAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIVOS

Dirija-se a CHASQUI, apartado 584, Quito, Equador





O 3º Mundo está ligado na Codecri!



África Arde — Carlos Comitini
ref. 02-T — 360 pág. — Cr\$ 1.100,00



Na Sibéria, El Salvador, Nicarágua e Outros Mundos — Sebastião Nery
ref. 148 — Cr\$ 800,00

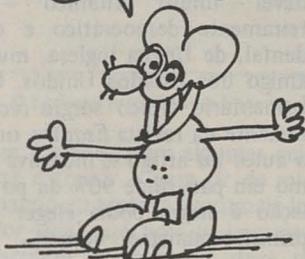


Rodésia, a Última Colônia — Carlos Castilho
ref. 06-T — 124 pág. — Cr\$ 600,00



Amílcar Cabral/A Arma da Teoria — Carlos Comitini (coord.)
ref. 04-T — 96 pág. — Cr\$ 480,00

CINCO LIVROS IMPERDÍVEIS!



O Caminhar da Igreja com os Oprimidos — Leonardo Boff
ref. 05-T — 254 pág. — Cr\$ 1.100,00

COMPRE OS CINCO LIVROS E TENHA UM DESCONTO ESPECIAL DE Cr\$ 1.000,00!!!

NÃO MANDE DINHEIRO AGORA ENVIE HOJE MESMO

CERTIFICADO DE RESERVA

EDITORA CODECRI LTDA.

Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
22.071 — Rio de Janeiro — RJ
Serviço de Reembolso Postal



SIM, quero receber o quanto antes o(s) exemplar(ês) assi nalado(s).

Pedindo todos os cinco livros, terei um desconto de Cr\$ 1.000,00 no preço total.

02-T	04-T
05-T	06-T
148	

NOME _____

ENDEREÇO _____

CEP _____ CIDADE _____ Est. _____

ASSINATURA _____

Um paraíso com graves problemas

A visão estereotipada do norte-americano médio tem pouco a ver com a conturbada situação social da ilha

Ralph Davis

"We've been trodding on the wine-press much too long,
Rebel, rebel.
We've been taken for granted much too long,
Rebel, rebel". (*)

"Babylon System", de Bob Marley

Qualquer residente dos Estados Unidos que leia religiosamente os melhores jornais ao seu alcance — digamos, que leia o *Washington Post* e o *New York Times* diariamente — e assista a pelo menos um noticiário de televisão por dia, provavelmente

não tem idéia alguma do que seja a Jamaica; ou, se a tiver, há de ser uma idéia muito estranha. Artigos sobre a Jamaica são poucos e raros e, quando surgem, dão a impressão de que se trata de um país muito plácido e agradável — muito "britânico" — inteiramente democrático e ocidental, de língua inglesa, muito amigo dos Estados Unidos. Um comentário típico surgiu recentemente na revista *Esquire*, onde o autor do artigo se indagava como um país onde 90% da população é negra podia eleger um primeiro-ministro branco. "Os

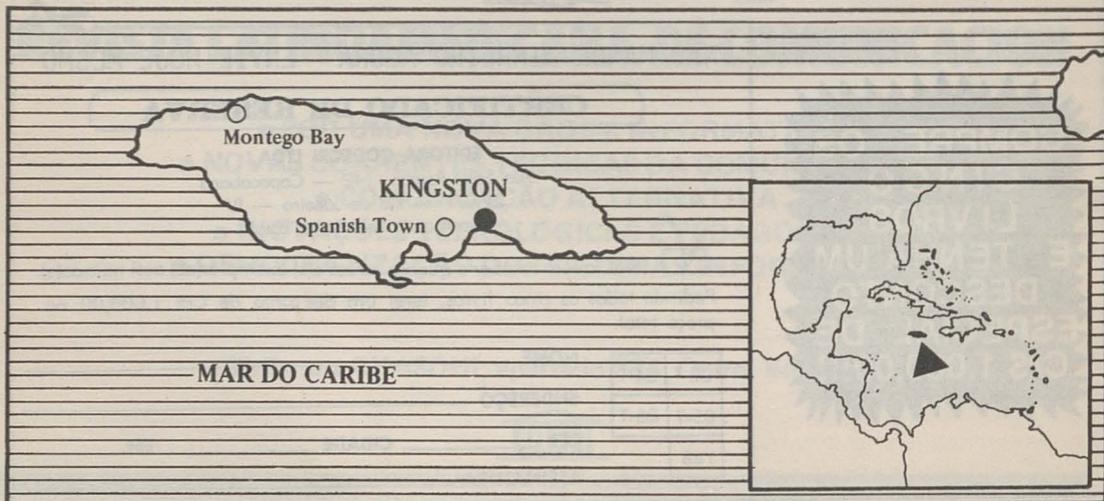
jamaicanos são muito tolerantes", dizia, entusiasmado, o articulista.

Com efeito, para a maioria dos norte-americanos, a principal fonte de informações sobre a Jamaica são os anúncios das agências de turismo. Praias orladas de palmeiras, céu azul e ensolarado, água verde e cristalina do Caribe e um povo exuberante e feliz, exibindo um sorriso perpétuo e de dentes perfeitos e falando um inglês cadenciado e musical.

"Jamaica — no problem"?

Esse slogan usado em camisetas na Jamaica, não poderia estar mais longe da realidade. É verdade que a Jamaica é uma terra de excepcional beleza natural, com centenas de quilômetros de litoral espetacular, montanhas de mais de 2 mil metros de altura, magníficas florestas tropicais e rios de águas claras. Habita essa terra um povo impetuoso, ativo, inteligente e notavelmente forte. Mas é também uma terra de uma pobreza terrível, onde a violência (oficial e não oficial) campeia

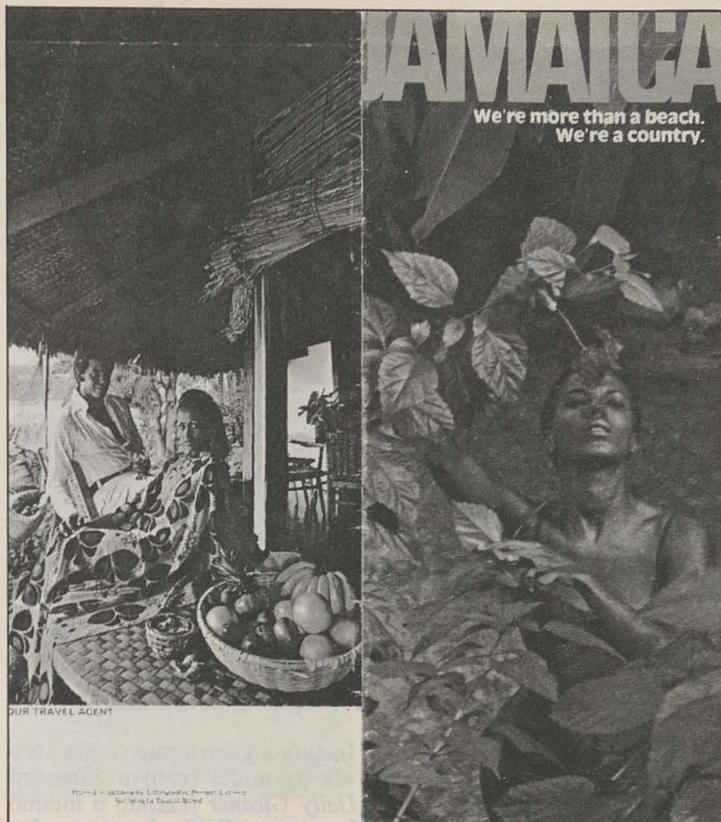
(*) "Por muito tempo temos pisoteado — as uvas — nas suas prensas de vinho verde/ rebele-se, rebele-se/ muito tempo eles têm considerado a — nossa submissão — como algo óbvio/ rebele-se, rebele-se"



solta; uma terra de fome e analfabetismo (50% em 1975); uma terra de frustração e desespero, e de profundos conflitos raciais. A cor local britânica, descrita de forma tão comovedora pela mídia norte-americana, é um verniz superficial a encobrir uma cultura africana rica e fértil. O turista que visitar uma feira numa tarde quente de julho, em meio a negros retintos que compram e vendem alimentos e artigos de artesanato, falando uma língua que lhe parecerá incompreensível, logo perderá a ilusão de estar num paraíso britânico. O mesmo sucederá se ele visitar o interior usando os "ônibus" da terra — velhos calhambeques que se arrastam, gemendo, de uma ponta a outra do país. Ou quando conversar com um *rastafari*¹ numa cabana da floresta; visitar uma aldeia de pescadores, onde homens e mulheres vão para o mar, antes do sol nascer, em canoas feitas de troncos de árvore escavados ou parar à porta da oficina de um entalhador de madeira, que pratica um antigo artesanato africano. Cada uma dessas experiências é suficiente para deitar por terra o mito que a maioria dos turistas traz.

O próprio idioma choca e surpreende o turista que, como eu, esperava ouvir inglês. Não se trata apenas de inglês acentuado pelo ritmo colorido do Caribe: são como outra língua inteiramente diferente, e é incompreensível. Na verdade, é uma mistura do inglês falado pelas classes proletárias da Inglaterra com as línguas nigeriano-congolesas da África Ocidental. Embora a maioria dos jamaicanos saiba um pouco de inglês, falam *patois* entre si; e alguns, como os rastafarianos, simplesmente recusam-se a falar inglês. E é difícil aprender *patois*, língua que não é ensinada em livros nem em escolas. Por sorte, tive mentores jamaicanos

1) Seguidores de um movimento religioso-cultural que reivindica a volta às raízes africanas.



O turismo projeta uma imagem da ilha que não corresponde à realidade

que me ensinaram algumas palavras e frases — para rir de mim quando eu tentava pronunciá-las. (Por sinal, até hoje os linguistas discutem se o *patois* deve ser considerado dialeto do inglês ou idioma à parte.)

Alguns norte-americanos talvez estejam informados de que, durante algum tempo, a Jamaica teve um primeiro-ministro que via Fidel Castro com bons olhos (imaginem!), mas que o atual primeiro-ministro, Sr. Seaga, é "amigo" dos Estados Unidos (o que, naturalmente, é um grande alívio). A maioria desses norte-americanos provavelmente não saberia dizer o que é socialismo, mas só a palavra os deixa nervosos. Tampouco saberiam dizer por que o governo do outro ministro era considerado "socialista". Mas, se gostava de

Castro, é porque não prestava; e se esse tal de Seaga gosta de nós, é porque é bom.

A desestabilização de Manley

O que foi dito acima talvez pareça um arremedo injusto da atitude norte-americana; no entanto, a política adotada pelos Estados Unidos em relação àquele outro primeiro-ministro (Michael Manley) não parece ter-se fundamentado em considerações mais racionais. Manley fez algumas coisas que as companhias norte-americanas não gostam: adquiriu parte do capital das companhias de bauxita, exigiu que elas deixassem um quinhão maior de seus lucros na Jamaica, e tentou organizar uma Cpeb — espécie de cartel de países exportadores de bauxita — da qual a



Manley com Fidel: amizade mal vista pelos norte-americanos

Jamaica seria a Arábia Saudita. Mas tudo isto era troco miúdo em comparação com o seu pecado mortal: Manley mantinha relações de cordial amizade com Fidel Castro. E mais: elogiava Castro como o baluarte da luta contra o imperialismo no hemisfério ocidental. Além disso, cometeu outros crimes menos grosseiros, tais como apoiar o governo do MPLA em Angola e o movimento socialista de Granada. Mas foram os nefandos elogios a Fidel Castro que lhe valeram a cólera, primeiro, de Henry Kissinger e, depois, de Zbigniew Brzezinski.

Muito poucos norte-americanos sabem que, por duas vezes, os Estados Unidos lançaram-se numa intensa campanha de desestabilização contra Manley, em 1976 e 1980, com a finalidade de livrar-se dele. Essa campanha teve por modelo o "bem-sucedido" ataque contra o governo de Salvador Allende, no Chile, que terminou com o golpe sangrento de 11 de setembro de 1973.

Incluía a guerra psicológica através da mídia (com o *Kingston Daily Gleaner* fazendo o mesmo papel que *El Mercurio* tinha feito no Chile²); o corte de linhas de crédito internacional para o governo Manley, o que causou grave desequilíbrio econômico; e o estímulo a comerciantes e à *intelligentsia* no sentido de abandonarem o país e se recusarem a vender mercadorias de primeira necessidade, tais como alimentos. Aparentemente, incluiu também o fornecimento de armas a grupos terroristas de direita, a exemplo do que tinha sido feito com o grupo "Patria y Libertad", no Chile. Cerca de 700 pessoas foram assassinadas durante a campanha eleitoral de 1980, a maioria delas seguidores de Manley e do seu Partido Popular Nacional. Houve até uma conspiração para desfechar um golpe militar, que foi descoberta e frustrada em junho de 1980.

Como no caso da operação

2) Ver "cadernos do terceiro mundo"; nº 45

contra Allende, esta outra foi um sucesso que encheu de orgulho os Estados Unidos e a CIA. Autoridades do Departamento de Estado do governo Carter viram nela "nossa primeira vitória, depois de muito tempo, no campo da política externa". O novo primeiro-ministro, Seaga, não perde oportunidade de expressar sua preocupação com os interesses norte-americanos. Os Estados Unidos, por sua vez, fizeram dele a peça fundamental do seu planejamento estratégico para o Caribe.

Uma vitória dos EUA?

Já se perguntou muitas vezes se os Estados Unidos atingirão seus objetivos de longo prazo, através da veemente oposição às mudanças sociais em países do Terceiro Mundo e do apoio a políticos da direita ou generais de exército que funcionam como meros instrumentos servís da política norte-americana. Estaremos realmente garantindo nosso futuro suprimento de minerais estratégicos da África do Sul, por exemplo, cerrando fileiras ao lado do atual regime? Manley é apenas um de uma longa lista de dirigentes, democraticamente eleitos, que foram derrubados pelos Estados Unidos, quase sempre em benefício de algum tirano: Mohamed Mossadegh, do Irã, que em 1953 foi sucedido pelo xá Reza Pahlevi de recente e malsinada memória; Jacobo Arbenz, da Guatemala, derrubado em 1954; Juan Bosch, da República Dominicana, destituído em 1963; João Goulart, do Brasil, em 1964; Salvador Allende, em 1973. O atual governo militar da Turquia tem todos os sinais de um regime apoiado pela CIA.

Através dessa política de oposição intransigente a governos progressistas, e apoio cego aos reacionários, mesmo os mais repressivos, os Estados Unidos causaram o seu próprio desastre no

Sudeste Asiático, em Cuba e no Irã, e estão agora fazendo o mesmo na América Central e no sul da África.

Terá a derrubada de Manley na Jamaica sido uma dessas vitórias a curto prazo que se transformam em desastre a longo prazo para os Estados Unidos? Levará o povo jamaicano a procurar soluções mais radicais para seus problemas? Será o resultado final, não o "socialismo democrático" de Manley, mas um governo militante de esquerda, mais semelhante ao de Cuba ou da Nicarágua, que assumirá o poder através de uma revolta sangrenta?

São perguntas difíceis de responder, para quem não é profeta; podemos apenas examinar as condições presentes e passadas e projetá-las para o futuro. Qualquer projeção que fizermos será, naturalmente, especulativa, passível de ser desmentida pelos eventos subsequentes. Contudo, é importante levar em conta a possibilidade de uma revolução na Jamaica, pelo seguinte motivo: a Nicarágua deixou apavoradas as autoridades norte-americanas. Tanto El Salvador como a Guatemala correm um risco real de "cair". O papel que Reagan confiou à Jamaica deixa clara a importância que a administração norte-americana lhe atribui.

Se continuar a atual tendência militarista, tropas norte-americanas poderão ser enviadas "ao sul da fronteira". Os interesses comerciais norte-americanos simplesmente não têm outra escolha senão esmagar as revoluções, usando quaisquer meios a seu alcance. E, se houver uma revolução na Jamaica, é bem possível que os soldados americanos terminem indo para aquela ilha paradisíaca.

Panela de pressão

Por vários motivos não se pode descartar a hipótese de que haja uma revolução na Jamaica.

A ilha é montanhosa, a vege-



Edward Seaga, o atual primeiro-ministro, (ao lado), é simpático à administração dos EUA, apesar da crescente oposição popular a essa aliança

tação é abundante e há gente por toda parte — ambiente ideal para a guerrilha. Além do mais, a população negra possui uma forte tradição histórica de luta, muitas vezes violenta — como o provam as inúmeras rebeliões de escravos — e tem consciência e orgulho dessa tradição. E sente forte identificação com a luta armada pela libertação nacional que ocorreu e continua a ocorrer na África. Por outro lado, a miséria é comum na Jamaica, lado a lado com a extrema riqueza concentrada em poucas mãos — as "21 famílias" que controlam a economia jamaicana, das quais poucos negros fazem parte. (Por sinal, "21 famílias" não é figura de retórica. São elas: Abrahams, Ashenheim, Brandon, Brown, D'Costa, Desnoes, Fletcher, Geddes, Graham, Hart, Hendrickson, Henriques, Issa, Judah, Lai, Lake, Matalon, Mahfood, Nunes, Rousseau e Stone. Todas des-

cem de sírios, libaneses, brancos locais, judeus e chineses. Um relato detalhado de como essas famílias controlam a economia pode ser encontrado em "Breve Introdução à Concentração de Poder na Economia Jamaicana e Notas Sobre Sua Origem", por Stanley Reid, em "Essays on Power and Change in Jamaica", editado por Carl Stone e Aggrey Brown e publicado em 1977 pela Jamaica Publishing House.)

O desemprego anda por volta dos 25%, mas é muito mais elevado entre os jovens.

No exterior, os jamaicanos estão dando para os seus compatriotas um exemplo de luta e rebeldia, promovendo distúrbios na Inglaterra.

A Jamaica é uma panela de pressão, e a pressão não pára de aumentar. Porém uma revolução exige organização e um líder. Existe algum líder na Jamaica? Se existe, agirá quando for preciso? Não sei.

Mas quem estiver procurando um país "sem problemas", por favor, não vá à Jamaica. ●

Não-Alinhamento, uma alternativa histórica às esferas de influência

Os países latino-americanos encontram no Movimento dos Países Não-Alinhados um foro e um ponto de apoio fundamental na sua busca de um desenvolvimento autônomo e libertador

Vishnu Priya e Abdul Nafey*

A identificação da América Latina com os princípios fundamentais do não-alinhamento teve sua origem sob impulsos e condições um tanto diferentes dos que prevaleceram nos países afro-asiáticos recém-libertados. Surgiu como parte de um movimento histórico mais amplo de descolonização, de luta contra o neocolonialismo e contra modernas tentativas de subjugação econômica. O não-alinhamento nunca foi uma reação à Guerra Fria, e sim uma alternativa histórica ao jogo do poder e à política de construção de esferas exclusivas de influência. Em 1955, na época em que 29 países afro-asiáticos se reuniam em Bandung (Indonésia) para estabelecer os novos rumos de sua política externa, a América Latina movimentava-se também no sentido de recuperar sua soberania — política e, principalmente, econômica —, a fim de fugir a um processo que

a transformara, durante mais de 150 anos, em dependente dos Estados Unidos e de várias potências européias. A década de 1950 foi fértil em exemplos dessa nova corrente de pensamento, dos quais o mais destacado foi o conceito de “justicialismo” enunciado por Juan Perón, na Argentina.

A determinação latino-americana de decidir os destinos do seu próprio mundo — o que sempre fora uma força latente na

história da região — começou a tomar maior impulso durante as décadas de 50 e 60. Entre os fatores responsáveis por dar um sentido prático a essa determinação, deve-se citar, entre outros, o “efeito demonstrativo” da ruptura de Cuba com os Estados Unidos.

Além disso, certas mudanças estruturais, decorrentes da troca de ênfase do domínio estrangeiro, que se transferiu do setor agrícola para o setor industrial após a Segunda Guerra Mundial, haviam gerado novas forças sociais, especialmente a classe média e a classe operária. A adoção de uma política “terceiro-mundista” coincidiu com a luta interna das forças progressistas contra interesses oligárquicos estabelecidos em países da América Latina, intimamente vinculados a um capital estrangeiro que via no isolamento da região uma garantia da segurança de seus interesses e da manutenção do estado de dependência. A adesão ao Movimento Não-Alinhado era considerada necessária à execução do processo interno de reformas de base que os países latino-americanos buscavam, e à solução dos problemas internacionais.

O fracasso da “Aliança para o



A 6ª Conferência de Cúpula dos Não-Alinhados, em Havana

* Vishnu Priya é pesquisadora de assuntos latino-americanos da Universidade Jawaharlal Nehru, de Nova Délhi. Sua principal área de interesse e estudo é o Movimento Não-Alinhado no hemisfério ocidental. Abdul Nafey é pesquisador-visitante do Centro de Estudos Internacionais, do Colegio de México.



Omar Torrijos, do Panamá (esquerda) e Humberto Ortega, da Nicarágua (centro), convidados especiais à 6ª Conferência

Progresso” promovida e financiada pelos Estados Unidos, foi outro fator que contribuiu para uma maior afinidade da América Latina com o Terceiro Mundo. Em seus aspectos positivos, a “Aliança para o Progresso” estimulou uma “conscientização” na direção do desenvolvimento e demonstrou a possibilidade de solucionar problemas econômicos locais através de esforços multilaterais; o seu lado negativo foi impor prescrições arbitrárias, ditadas pelos Estados Unidos, para o desenvolvimento da região e tendentes a favorecer o setor privado e o alinhamento regional com Washington na Guerra Fria.

Os trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina, das Nações Unidas, na área de desenvolvimento econômico e cooperação regional, imprimiram maior força ao movimento latino-americano na direção da independência e da autonomia.

Muitos outros fatores, sem dúvida, contribuíram para isto; e, em fins da década de 60, era evidente que todos ha-

viam convergido para uma ideologia de independência em relação à Doutrina Monroe e ao antigo primado de interesses norte-americanos na região. Aparentemente, a história da Doutrina Monroe foi uma história de exploração, domínio e intervenção, tendentes a transformar os países latino-americanos em dependências dos Estados Unidos. Por outro lado, o não-alinhamento era a estrutura política dos que acreditavam em liberdade, paz, desenvolvimento e independência na esfera internacional. Os latino-americanos passaram a sentir que, através do não-alinhamento, poderiam libertar-se da influência alienante da Doutrina Monroe e, assim, reverter todo o processo histórico de domínio norte-americano.

Não obstante, durante esse período, a política dos Estados Unidos em relação à América Latina continuou a reger-se pelas considerações da Guerra Fria. A OEA (Organização dos Estados Americanos), ao invés de tornar-se uma aliança interamericana para o desenvolvimento social,

econômico e político da região, continuou a ser basicamente uma aliança anticomunista, sob cujos termos os Estados Unidos recorriam, sempre que o desejavam, à intervenção unilateral, como sucedeu na República Dominicana em 1965.

Em 1973, quando Henry Kissinger, então secretário de Estado norte-americano, propôs um “novo diálogo”, a atitude dos países latino-americanos havia passado por alterações profundas e fundamentais. Essa mudança se viu refletida no discurso do presidente mexicano, Luis Echeverría Alvarez, em nome de todos os países latino-americanos. Disse Echeverría: “A América Latina é parte integrante do Terceiro Mundo. Sua luta coincide e é paralela à de outras nações contra o colonialismo, contra as modernas tentativas de subjugação e contra a injustiça nos negócios internacionais”.

A crescente participação latino-americana não só acrescentou uma nova dimensão geográfica ao Movimento, mas contribuiu para engrandecer, em muito,

suas dimensões econômicas. A contribuição latino-americana é especialmente importante nas áreas dos direitos soberanos dos Estados sobre seus recursos naturais, da exigência de melhor remuneração por suas matérias-primas, da necessidade de regular as atividades do capital estrangeiro e das transnacionais, e da criação de um sistema de segurança econômica coletiva. Um exame das deliberações adotadas pelo Movimento sugere que os países latino-americanos ajudaram este último a aperfeiçoar sua visão dessas questões. Além disso, dadas as suas antigas reivindicações e longa experiência nessa área, os países latino-americanos contribuíram para que o Movimento apoiasse a questão da ampliação das águas territoriais e outras questões relativas ao direito do mar. Na reunião do órgão coordenador dos países não-alinhados, em Cabul (Afeganistão)

em 1973, o Peru adotou a posição não-alinhada referente à questão do "direito marítimo", e sua "Resolução do Mar" foi endossada por mais de 80% dos países que compareceram à reunião de Cúpula de Argel em 1973.

Em suma, o não-alinhamento tornou-se o símbolo das aspirações nacionalistas e independentes do povo latino-americano. Vem-se constituindo, cada vez mais, num fundamento político para todos aqueles que desejam abandonar sua posição de dependência na economia mundial e lutam pela eliminação da interferência de forças externas, especialmente do capital norte-americano. Por seu turno, o Movimento Não-Alinhado sempre se manifestou a favor de todas as questões específicas e gerais pertinentes à América Latina, onde e quando essas questões surgiam. Em 1981, por exemplo, durante

a conferência de ministros de Relações Exteriores em Nova Déli, foi aprovada uma moção que manifestava preocupação com a crescente tensão na América Central e censurava claramente quaisquer tentativas de intervenção militar em El Salvador. O exemplo mais recente foi o apoio estendido pelos países não-alinhados à Argentina, em seus direitos históricos e legítimos sobre as ilhas Malvinas. A crise das Malvinas trouxe à baila a questão da eficácia do sistema interamericano no tocante à América Latina. E sem dúvida contribuiu para aumentar o interesse da região pelo Movimento Não-Alinhado, como o prova a grande expectativa reinante na América Latina em relação à próxima conferência de cúpula em Nova Déli, e o desejo, expresso por vários países, de passarem de meros observadores a membros efetivos do Movimento. ●

ASSINE

BARRICADA
INTERNACIONAL



Assinatura semestral:	
América Central	US\$ 4.80
EUA, América do Sul, Caribe e México	US\$ 6.00
Nicarágua	C\$ 36.00
Europa e Canadá	US\$ 9.60
Outros países	US\$ 12.00

Órgão de difusão para o exterior da Frente Sandinista de Libertação Nacional — FSLN

Nome: _____
 Endereço: _____ CEP: _____
 Bairro: _____ Cidade: _____
 Estado: _____ País: _____

Vale Postal
 Cheque nº _____ em nome do Diário Barricada
 Endereço: **BARRICADA Internacional**
 Apdo. No. 576 Manágua
 Nicarágua
 Telex: 1705 BARR Telf: 748-85

**Seja lembrado
o ano inteiro!**

PROMOÇÃO ESPECIAL

cadernos do

**terceiro
mundo**

uma alternativa na informação

LEITOR!

*Você é indispensável no processo de divulgação
da nossa revista.*

*Mostre os CADERNOS a seus amigos!
Assine! Divulgue! Participe!*

Dê uma assinatura de presente

*Envie-nos preenchidos os 4 cupons do verso
Junte a eles cheque nominal ou vale postal
no valor correspondente a 3 assinaturas
A quarta assinatura é nosso presente para você*

**V. presenteia seus amigos
Nós presentecemos você**



*Vendo uma assinatura
pro Zé Carlos, uma pro Ronaldo,
dô uma pra Lara e ganho
uma de presente!*

52

Desejo receber:

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 3.200,00

Remeto **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 – gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou **vale postal**, no valor acima referido

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

52

Desejo receber:

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 3.200,00

Remeto **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 -- gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou **vale postal**, no valor acima referido

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

52

Desejo receber:

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 3.200,00

Remeto **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 – gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou **vale postal**, no valor acima referido

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

52

Tenho direito a receber:

- Uma assinatura anual, como Promoção Especial, da revista **cadernos do terceiro mundo**, por ter conseguido mais três assinaturas, pelas quais remeto:

cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 – gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou

vale postal, no valor de Cr\$ 9.600,00

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

Caribe de língua inglesa: quatro séculos de dependência econômica

A monocultura e a necessidade de exportar para as metrópoles convertem os países da região em exemplos dramáticos do processo de exploração do Sul pelo Norte industrializado

Ash Narain Roy

A história das ex-colônias inglesas do Caribe é uma história de exploração e de jugo colonial e neocolonial, quase sempre por países situados fora da região. Durante toda a era colonial, a economia limitou-se ao cultivo do índigo¹, açúcar, cacau e outros produtos agrícolas de exportação; mineração de prata e ouro para a Coroa britânica; e a criação de gado nos campos despovoados. No início da década de 60, um surto crescente de nacionalismo trouxe a independência para alguns dos países do Caribe de língua inglesa, os quais esperavam que a independência política levasse ao rápido crescimento e desenvolvimento econômico. Infelizmente, porém, ao invés de buscarem novas modalidades de produção, esses países continuaram como produtores de mercadorias agrícolas, fato que os transformou em exemplos clássicos de economias de exportação e dependência neocolonial.

Frank McDonald divide a história da exploração do Caribe, a grosso modo, em três períodos principais: 1) 200 anos de colonização (1623-1834), durante os quais um grupo de mercadores sediados em Londres, uma aris-



Economia caribenha: apêndice das metrópoles

tocracia agrícola colonial e os escravos serviram à Inglaterra durante a revolução industrial; 2) 100 anos de governo real inglês nas colônias (1835-1940), quando as Índias Ocidentais foram submetidas às duras condições de mão-de-obra arrendada e do *laissez-faire*; e 3) o período contemporâneo, durante o qual a região conquistou a independência política, sem que houvesse qualquer mudança significativa na mescla de capital branco/mão-de-obra negra, que persiste até hoje em benefício exclusivo das economias desenvolvidas do Norte.

Neste artigo, procuramos fazer uma breve análise da dependência econômica dos países mais desenvolvidos do Caribe de língua inglesa, ou seja, Barbados, Guiana, Jamaica e Trindade-Tobago. O artigo começa com um levantamento geral do panorama econômico do Caribe para depois examinar os interesses econômicos dos Estados Unidos na região, especialmente os interesses estratégicos e comerciais. Segue-se uma análise da estrutura do comércio exterior do Caribe com os Estados Unidos.

Quase todas as economias do Caribe têm uma característica

1) Matéria-prima do anil

comum: seu comércio depende de uma ou outra metrópole. Aquilo que, no Terceiro Mundo, se chama de "modelo de dependência comercial" aplica-se também ao caso do Caribe de língua inglesa. Muitos dos *dependistas* latino-americanos, como Gunder Frank, Samir Amin, Susan Bodenheimer, Johan Galtung etc., bem como os proponentes da teoria de dependência do Caribe, como Lloyd Best, G. L. Beckford, Norman Girvan e outros, afirmam que as economias do Caribe desenvolveram-se como prolongamentos da economia metropolitana, e que o subdesenvolvimento do Caribe é resultado do fato de que o seu crescimento foi historicamente controlado ou condicionado pelas potências metropolitanas, para lucro exclusivo destas últimas. Consequentemente, a essas economias periféricas foram impostos os padrões da monocultura, que assegura um alto nível de vida para um punhado de privilegiados e condena à miséria a maioria da população. As economias do Caribe — como as de outras regiões do mundo subdesenvolvido — viram-se atreladas

às necessidades e aos interesses das metrópoles.

William G. Demas identificou cinco modalidades de dependência no Caribe. São elas:

1) *Dependência através de apropriação e controle estrangeiro.*

Durante séculos, a propriedade e o controle dos principais setores econômicos do Caribe estiveram em mãos estrangeiras. Atualmente, esse controle é exercido pelas transnacionais. O resultado foi a distorção do desenvolvimento.

2) *Dependência através de ajuda externa*

Quase todos os países do Caribe recebem ajuda externa do mundo capitalista ocidental, seja diretamente ou por intermédio de instituições financeiras internacionais. Uma vez que tal ajuda nunca é fornecida sem exigências, a dependência excessiva em relação à mesma resulta no comprometimento da autonomia e da capacidade de tomada de decisões internas.

3) *Dependência através do comércio*

Os países do Caribe dedicam-se a um tipo ou outro de monocultura tropical, exportando um ou dois produtos primários, cujos preços flutuam constantemente. Em virtude dos altos custos de produção, quase sempre há necessidade de tratamento preferencial nos mercados metropolitanos. Lado a lado com este processo, há uma considerável importação, não só de superfluos ou bens de capital, como também de alimentos. Trata-se de uma forma extrema de dependência, de graves e profundas implicações.

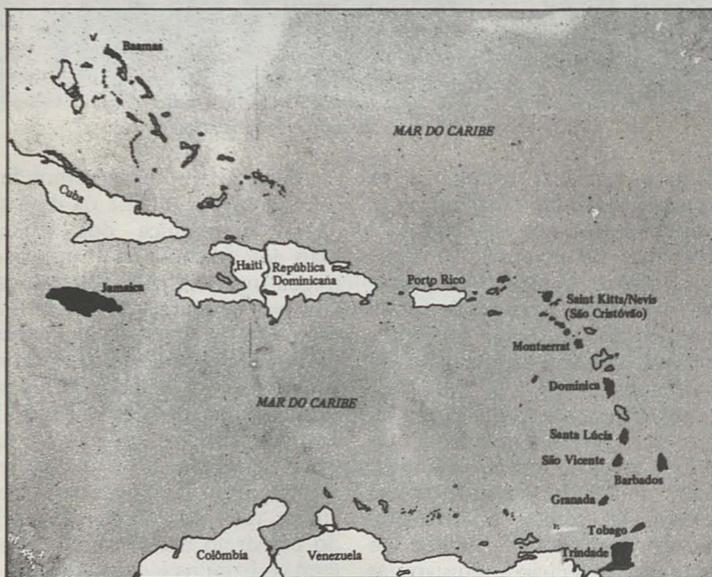
4) *Dependência através da necessidade de "know-how" e recursos humanos estrangeiros*

Quase todos os países do Caribe são extremamente dependentes da tecnologia dos países metropolitanos. Os países em desenvolvimento não possuem recursos para criar tecnologias próprias, e são forçados a importar tecnologia moderna, processo que exige pesado investimento de capital e que é um dos principais responsáveis pelo problema do desemprego.

5) *Dependência através de padrões importados de consumo e de produção*

Outra manifestação de dependência especialmente evidente no Caribe é a importação de padrões de consumo das sociedades desenvolvidas. Muitas causas contribuem para este fenômeno, das quais as mais importantes são o fácil acesso a crédito para o financiamento da importação de bens de consumo, a influência dos meios de comunicação, e a proximidade geográfica dos Estados Unidos.

A dependência em relação a padrões importados de consumo está intimamente associada à de-



Dois dos territórios do Caribe de fala inglesa são continentais (Guiana e Belize). Os outros são ilhas totalizando 272.790km²



pendência em relação a padrões importados de produção. Por exemplo, dada a preferência por uísque estrangeiro, Coca-Cola ou automóvel da General Motors, instalam-se fábricas no país para gerar esses produtos, tornando ainda mais vulnerável a economia local.

Interesses dos Estados Unidos no Caribe

Há cerca de 200 anos, os Estados Unidos vêm-se fazendo presentes no Caribe. Por questões de proximidade geográfica e tradição histórica, os Estados Unidos alegam ter interesses "legítimos" no Caribe, que vêem como uma espécie de "Mediterrâneo americano". Segundo o *Institute for the Study of Conflicts*, de Londres, os Estados Unidos consideram a região estrategicamente importante por quatro motivos: 1) como base hipotética, da qual uma potência inimiga pode lançar operações militares contra solo norte-americano; 2) como fonte de matérias-primas estratégicas (dois terços da bauxita consumida pelos Estados

Unidos vêm da Jamaica e da Guiana, enquanto duas das maiores refinarias de petróleo do mundo estão instaladas na região, as quais, em conjunto, processam um quarto de todo o petróleo cru africano e árabe destinado aos Estados Unidos); 3) como local de territórios coloniais e instalações militares norte-americanos; e 4) como via estratégica de navegação (através do Caribe e do Canal do Panamá, navios norte-americanos transportam mercadorias em granel, tais como cereais, petróleo bruto, derivados de petróleo, carvão etc., entre os principais centros de produção e de consumo do mundo).

Os Estados Unidos sempre consideraram o Caribe como vital à sua segurança e fonte de lucros para seus interesses comerciais. Os investimentos diretos dos Estados Unidos na região são estimados em 6,6 bilhões de dólares, ou seja, um terço do total aplicado em toda a América Latina. Não é de admirar, portanto, que, independentemente de diferenças de governo e de política, o principal objetivo norte-

americano no Caribe continue sendo o de proteger e promover seus investimentos privados.

Dependência comercial

Baseados no pressuposto de que os países pequenos e pobres não podem gerar a poupança necessária para financiar suas necessidades de capital, os governos da região convidaram companhias estrangeiras para se estabelecerem no Caribe em troca de favores estatais. É interessante observar que, durante o período no qual a maioria dos países do Caribe conquistou sua independência, os Estados Unidos experimentaram sua mais impressionante expansão econômica — o que, afinal, tinha sua razão de ser. A atitude radical e a política antiimperialista de Cuba preocuparam os governos norte-americanos, que logo cuidaram de investir fortemente na região a fim de impedir repetições da revolução cubana.

Como dissemos acima, a política norte-americana sempre se orientou no sentido de promover os investimentos privados dos

Estados Unidos na região, e convém fazer aqui um breve levantamento da extensão e estrutura desses investimentos no Caribe de língua inglesa.

Investimentos diretos dos Estados Unidos

Os investimentos diretos dos Estados Unidos vêm sendo utilizados como veículos e instrumentos do domínio externo sobre a estrutura produtora das sociedades do Caribe. O Quadro 1 mostra, em detalhes, os investimentos americanos no Caribe durante o período 1966-1976.

O total dos investimentos diretos dos Estados Unidos passou de 0,5 bilhão em 1966 para 1,3 bilhão de dólares em 1976. A Jamaica registrou um aumento constante de investimentos norte-americanos até 1972, e a Guiana manteve o mesmo nível de investimentos até 1976. Porém, nesses dois países, observa-se um considerável declínio, em virtude das estratégias socialistas de desenvolvimento adotadas durante a década de 70.

Note-se que, nesse mesmo período, o crescimento dos investimentos norte-americanos em

Trindade-Tobago foi desprezível, mas aumentou dramaticamente de 280 milhões de dólares em 1972 para 713 milhões de dólares em 1976. Este aumento se deveu à alta dos preços do petróleo em 1973 e à adoção, pelo governo local, de uma orientação capitalista de desenvolvimento.

Exportações para os Estados Unidos

Os teóricos da dependência afirmam, com razão, que, nas relações comerciais entre o centro e a periferia, esta última é induzida a um padrão de monocultura que leva à sua dependência, em relação ao centro, no tocante à importação de produtos manufaturados. Isto se deve ao fato de que o centro reserva para si mesmo os níveis mais altos do processamento de mercadorias, graças principalmente ao seu *know-how* técnico sofisticado. Assim, o centro mantém seu monopólio mediante tarifas discriminatórias, que são baixas para matérias-primas e mercadorias semi-processadas. Veremos abaixo o complexo das exportações dos países do Caribe:

Bauxita e alumínio

A importância das indústrias de bauxita e alumínio é realçada pelo fato de que elas são responsáveis por 64% do total das exportações da Jamaica. Em 1977, a Jamaica e a Guiana, em conjunto, exportaram 65% da bauxita usada pelos Estados Unidos (56% para a Jamaica e 9% para a Guiana). Uma vez que a bauxita do Caribe tem relações diretas com a produção norte-americana de alumínio, os lucros auferidos em divisas estrangeiras pelos produtores de bauxita do Caribe são também afetados pelas flutuações do preço dos produtos de alumínio norte-americano.

Petróleo

Como disse o conhecido estudioso do Caribe Gérard Pierre-Charles, "o petróleo desempenha um papel totalizador como *medula de uma dependência estrutural*, que se irradia no organismo social e transforma essas sociedades em apêndices da economia metropolitana" (grifo do original). Desde a crise de energia de 1973 e o embargo de petróleo árabe contra os Estados

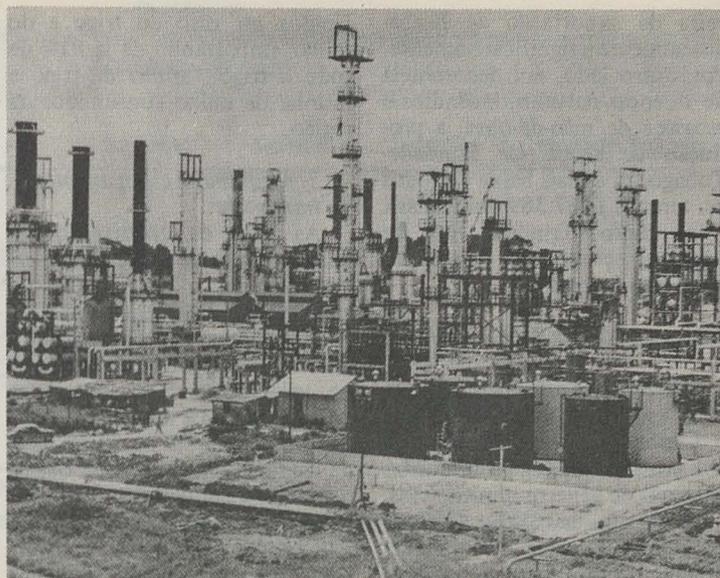
Quadro 1

Investimentos diretos dos EUA no Caribe, 1966-1976 (em milhões de dólares)				
Ano	Barbados	Guiana	Jamaica	Trindade-Tobago
1966	3	?	163	207
1967	3	?	204	217
1968	6	40	295	215
1969	6	40	392	185
1970	9	40	507	198
1971	12	35	618	262
1972	18	36	624	280
1973	20	—	618	433
1974	20	20	609	549
1975	19	22	654	656
1976	20	21	577	713

Fonte: Departamento de Comércio dos Estados Unidos, Birô de Análise Econômica.

Unidos, a região do Caribe vem assumindo importância desproporcional, graças principalmente à sua capacidade de produção e refinamento de petróleo. Segundo os dados disponíveis para o ano de 1978, Barbados e Trindade-Tobago produziram, por dia, 450 mil e 240 mil barris de petróleo, respectivamente. Por outro lado, Barbados, Jamaica e Trindade-Tobago refinaram, em 1977, três mil, 32 mil e 461 mil barris de petróleo cru por dia, respectivamente (dados da Cepal).

Trindade-Tobago exporta cerca de 60% de sua produção total de petróleo para os Estados Unidos. No período 1973-1977, o valor de suas exportações para os Estados Unidos quase quintuplicou (passando de 346 milhões para 1,601 bilhão de dólares). À parte este fato, pode-se observar uma notável mudança na composição dessas exportações. Em 1973, por exemplo, o óleo combustível era responsável por 63% do valor das exportações de Trindade para os Estados Unidos, ao passo que o petróleo cru representava somente 16%. Em 1977, a participação do petróleo cru nas exportações aumentou para 46%, enquanto a do óleo combustível caiu para 38%. Em 1980, o volume total do comércio bilateral entre os Estados Unidos e Trindade-Tobago atingiu cerca de 300 bilhões de dólares.



Refinaria da Texaco (norte-americana) em Point-à-Pierre, Trindade

Açúcar

O açúcar é um dos produtos agrícolas mais importantes do Caribe. Em 1975, as exportações de açúcar foram responsáveis por 53,7%, 49,7%, 19,9% e 4,3% do total das exportações de Barbados, Guiana, Jamaica e Trindade-Tobago, respectivamente. A participação do açúcar do Caribe nas importações totais dos Estados Unidos flutuou muito entre 1954 e 1972, atingindo um máximo de 21% em 1961. Embora a maior parte do açúcar do Caribe vá para os Estados Unidos, es-

te nunca foi muito dependente daquele. Em 1977, Jamaica, Guiana, Barbados e Trindade-Tobago, em conjunto, forneceram menos de 5% do açúcar importado pelos Estados Unidos do Caribe e da América Latina (veja Quadro 2).

Em 1980, a indústria açucareira de Barbados registrou o seu mais alto nível de produção desde 1971, quando foram produzidas 137 mil toneladas. O aumento sobre a produção de 1979 foi de 18,4%. No mercado internacional, os preços também haviam aumentado e, naturalmente, a re-

Quadro 2

Importações Americanas de Açúcar do Caribe, 1977 (f.a.s.)*

País	Milhões de Dólares	% do Total
Barbados	8,2	1,4
Guiana	3,1	0,5
Jamaica	6,4	1,1
Trindade-Tobago	9,4	1,6
Ilhas de Sotavento e Barlavento	3,6	0,6

* f.a.s. = modalidade de preço para a mercadoria posta ao lado do navio.

Fonte: Departamento de Comércio dos Estados Unidos (U. S. General Imports, Schedule A Commodity by Country, FT 135, Washington, D. C. Government Printing Office, dezembro de 1977)

ceita de exportação de Barbados aumentou significativamente. Por outro lado, em decorrência de doenças naturais, incêndios e escassez de mão-de-obra, a produção de açúcar de Trindade-Tobago foi a mais baixa de todos os tempos (167.389 toneladas). Com efeito, Trindade teve de importar açúcar a fim de atender a procura interna.

Importações dos Estados Unidos

1) Produtos alimentícios

A tendência atual indica que o Caribe está se tornando cada vez mais dependente de fontes externas de gêneros alimentícios.

A partir de 1969, Guiana, Barbados, Jamaica e Trindade-Tobago começaram a registrar um déficit em seu balanço de pagamentos de produtos agrícolas e gêneros alimentícios. Os três gêneros alimentícios mais importantes comprados pelos países do Caribe são trigo, arroz e milho. O Caribe é quase inteiramente dependente dos Estados

Unidos no caso do trigo e do milho, importando de lá 81% de todo o trigo, farinha de trigo e farinha de milho consumidos na região.

2) Máquinas e equipamentos de transporte

As cifras de importação dos países do Caribe indicam que estes compram a maior parte de suas máquinas e equipamentos de transporte dos Estados Unidos. A participação destes itens no valor total das importações tem sido de 63% no caso de Trindade-Tobago e de 21,5% no caso da Guiana. Mais de 46% dessas máquinas e equipamentos importados pelo Caribe vêm dos Estados Unidos. Como já se observou, "uma vez que as modernas operações industriais norte-americanas na região foram projetadas para aceitar a tecnologia avançada incorporada nos bens de capital importados dos Estados Unidos, a transferência de tecnologia industrial incorporada tende a beneficiar as grandes

companhias mais que as pequenas operações de propriedade local. . . Uma companhia produtora de eletricidade, por exemplo, que deseje substituir um equipamento gasto, pode vir a descobrir que esse equipamento já não é mais fabricado."

Assim, uma análise das importações e exportações dos países do Caribe demonstra que, durante o período estudado, e até o presente, a dependência desses países em relação à importação tem sido muito grande. A estrutura dependente da economia do Caribe reflete-se no vasto predomínio de matérias-primas com pouco ou nenhum poder de influenciar os preços do mercado mundial. Como mostra o Quadro 3, o saldo comercial é extremamente desfavorável para o Caribe.

As flutuações do mercado mundial

A análise do volume e da natureza do comércio dos países

Quadro 3

Posição do Comércio dos EE.UU. com o Caribe (em milhões de dólares)			
	1979	1980	1981
Barbados			
Exportações	118,2	134,1	145,9
Importações	57,3	96,0	80,7
Saldo	60,9	38,1	65,2
Guiana			
Exportações	73,2	95,6	105,2
Importações	65,5	119,8	104,1
Saldo	7,7	-24,2	1,1
Jamaica			
Exportações	289,9	301,7	468,1
Importações	369,4	378,7	357,0
Saldo	-79,4	-77,0	111,1
Trindade-Tobago			
Exportações	455,5	673,0	681,4
Importações	1.553,4	2.384,8	2.214,9
Saldo	-1.097,9	-1.711,8	-1.535,5

Fonte: Estatísticas Oficiais do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, citadas pelo *Caribbean News Bulletin*, Vol. 16, Nº 3, março de 1982, p. 21.

Quadro 4

A Crise Econômica				
	Barbados	Guiana	Jamaica	Trindade-Tobago
PNB (em milhões de dólares)	661	617	3.160	2.644
PNB per cápita (em dólares)	2.685	727	1.406	2.269
Crescimento do PNB Total (%)	4,9	2,5	2,3	4,2
Crescimento do PNB per cápita, 1960-1980 (%)	4,5	0,8	0,8	2,9
Exportações (em milhões de dólares)	178	383	867	2.886
Importações (em milhões de dólares)	537	425	1.170	1.721
Dívida externa pública - 1979 (em milhões de dólares)	122	719	1.562	609
Inflação (% anual)	14,7	14,1	26,8*	17,5

* Dezembro de 1979 a novembro de 1980.

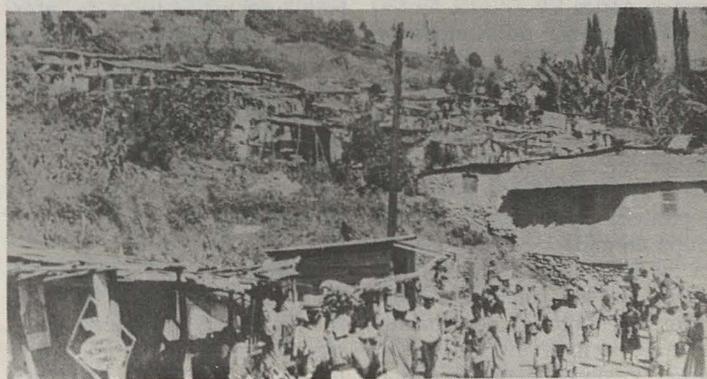
Fonte: Relatórios 1980-81 do Banco Interamericano de Desenvolvimento - *Economic and Social Progress in Latin America*.

de língua inglesa do Caribe com os Estados Unidos indica que o subdesenvolvimento é a característica do tipo de relações comerciais entre o Caribe e aquela potência metropolitana: há uma marcante evasão de divisas que prejudica o desenvolvimento da região. Em segundo lugar, há uma relação altamente assimétrica entre os dois parceiros comerciais, na qual a economia periférica é excessivamente dependente do centro como fonte de importações e como mercado para exportações. Finalmente, as exportações das economias dependentes consistem predominantemente em um reduzido número de produtos, tornando os países do Caribe vulneráveis a flutuações nos mercados mundiais.

Como já vimos, as economias do Caribe são, de modo geral, isoladas dos países vizinhos, e integradas cada vez mais às economias metropolitanas - no caso, os Estados Unidos. Este é, sem dúvida, o principal obstáculo ao seu desenvolvimento e razão fundamental de seus graves problemas sócio-econômicos, tais como o desequilíbrio do balanço de pagamentos, inflação, estagnação dos setores produtivos, de-

semprego, déficits fiscais etc. (O Quadro 4 mostra claramente a situação de crise econômica desses países.)

Em suma, verifica-se que, ao longo de 400 anos, o progresso econômico do Caribe foi mínimo, enquanto seu modelo permaneceu inalterado. A estrutura agrícola vem dominando todos os aspectos da vida social e econômica, e é o principal responsável pelo bloqueio do desenvolvimento econômico da região. Da mesma forma que no passado, a riqueza das economias do Caribe vem sendo sugada pelo centro metropolitano, provocando o subdesenvolvimento da região. ●



Razão dos problemas no Caribe: dependência econômica

O Canto Livre de Angola

A perfeita integração entre os espectadores brasileiros e os músicos angolanos demonstrou a irmandade entre os dois povos e as suas origens culturais comuns

Mário Augusto Jakobskind



“Se não estivesse envolvido com a produção do espetáculo e com a direção, diria que foi a mais importante apresentação já realizada no Brasil em termos de África”.

Esta opinião do compositor Martinho da Vila, responsável, juntamente com Júlio Silva, pela direção artística do espetáculo “O Canto Livre de Angola”, é compartilhada por outras pessoas “insuspeitas” que assistiram à primeira apresentação de um grupo de música e dança angolana no Brasil (Sala Cecília Meireles, de 7 a 9 de janeiro passado), entre eles Antonio do Espírito Santo e demais integrantes do grupo Vissungo, além do consagrado compositor popular Elton

Medeiros e ainda muitos espectadores anônimos que lotaram a platéia nos três dias de apresentação no Rio de Janeiro.

A única coisa a lamentar foi o tempo curtíssimo, três dias de *tourne* e mais uma apresentação no dia 21 de janeiro, no Rio de Janeiro, na quadra de ensaios da Escola de Samba Império Serrano, ganhadora do Carnaval carioca de 1982. “O Canto Livre de Angola” apresentou-se também na capital de São Paulo e Salvador, Bahia.

Mas a receita para a continuidade de apresentações do gênero, seja de angolanos, moçambicanos e outros povos africanos de língua portuguesa é muito simples, segundo Martinho da Vila:

“Fazer. Vontade de fazer. Seria formidável se viessem também representantes de outros países. Moçambique, por exemplo, tem uma música riquíssima e que se apresentada no Brasil seria uma maravilha”.

Uma temporada mais longa de “O Canto Livre de Angola” resultaria sem dúvida, segundo Elton Medeiros, em um estouro de bilheteria e possibilitaria também uma maior troca de informações culturais entre brasileiros e angolanos. O passo está dado, resta agora que o retorno aconteça o mais breve possível, assinalaram os compositores João do Vale e Elton Medeiros.

Vibração

Mais de três mil pessoas assistiram ao “Canto Livre de Angola” e saíram “surpreendidas”, segundo muitos, com a alta qualidade do espetáculo visto pela primeira vez. Nas três noites, a

platéia não escondeu a vibração, seja aplaudindo de pé e pedindo “bis”, cantarolando, acompanhando os acordes musicais com o corpo e os mais extrovertidos saindo até das cadeiras para dançar ao som do conjunto “Samba Tropical” no final da primeira parte da apresentação. Houve quem chorasse de emoção, conforme testemunhou o compositor Maurício Tapajós.

Ao fim do espetáculo, com muita emoção, João do Vale, Elton Medeiros, Nara Leão, Djevan, Paulo César Pinheiro, Alcione, Maurício Tapajós, Antonio do Espírito Santo, Paulinho da Viola, Clara Nunes e muitos outros nomes da música popular brasileira, no meio da platéia, cantarolaram junto com os 39 integrantes de “O Canto Livre de Angola”, sem nenhum instrumento, o refrão “Cê menino, posso morrer, já vi Angola independente”, por mais de cinco minutos.

Apesar das agressões dos racistas da África do Sul em Angola que resultam em perdas humanas e prejuízos materiais incalculáveis, “O Canto Livre”, para usar as palavras do compositor e responsável pela Direção Nacional de Massificação Cultural, André Mingas, veio ao Brasil cantar “a nossa música e sorrir como todo mundo”.

Assim se explica a “surpresa” de muitos espectadores que não esperavam um espetáculo tão alegre, emocionante e de alta qualidade apresentado por um povo em luta permanente em defesa da sua independência e liberdade.

Dos 39 “embaixadores” de Angola que integram o grupo¹, alguns são marceneiros, outros



Apesar da guerra, o espetáculo angolano mostra toda a alegria e a beleza da cultura negra

ferreiros e os demais funcionários das diversas Secretarias de Estado, além de André Mingas (Direção Nacional de Massificação Cultural) e o compositor Filipe Mukenga, diretor da Empresa Nacional do Disco, representando três gerações dos 18 aos 72 anos de idade. Nenhum deles é profissional de música ou dança. O mais velho, Mestre Geraldo, rei do Carnaval em Angola, veio ao Brasil com o seu grupo de dança para apresentar a *Rebita* (dança de quadrilha com quatro casais, os homens de terno e gravata e as mulheres vestidas tradicionalmente com o penteado para cima) uma dança, segundo André Mingas, de significado muito importante em Angola.

(1) Além de André Mingas e Filipe Mukenga, "O Canto Livre de Angola" é formado por mais cinco cantores, entre os quais, Dina Santos, Zé Fininho e Elias Kimuezo. O restante do grupo é composto de 12 dançarinos, sendo cinco mulheres e sete homens; os demais são instrumentistas.

Depois de revelar o seu entusiasmo em conhecer "o país amigo Brasil" e contar algumas passagens do Carnaval em Angola ao longo do tempo — Carnaval que se assemelha à Congada no Brasil — Mestre Geraldo apresenta para os jovens "a dança dos nossos avós e pais como eu conheci, para manter a tradição. Tento ensinar o que aprendi em matéria de dança e música ao longo da vida". A *Rebita* de Mestre Geraldo foi um dos números mais aplaudidos.

Entre irmãos

Já no início do espetáculo aconteceu uma perfeita integração entre os espectadores e os artistas angolanos, quando o apresentador Arlindo Macedo disse que os integrantes do "Canto Livre" sentiam-se entre irmãos. "Não seria de se estranhar que encontrássemos algum parente na platéia".

De fato, a apresentação dos

angolanos despertou grande interesse na comunidade negra do Rio de Janeiro, presente em massa na Sala Cecília Meireles. Portanto, a observação foi das mais pertinentes, uma vez que no Rio de Janeiro predomina entre os negros a ascendência angolana.

Diferente da primeira parte do espetáculo, a segunda mostra as manifestações culturais menos afetadas pela colonização, resultantes de uma luta de preservação da cultura do povo, o que, segundo André Mingas, "reflete o que nós somos de fato e para onde caminhamos".

O *Kalundu*, dança de evocação dos espíritos, apresentado por duas mulheres e um homem (em trajes tradicionais) e os tocadores de tambor, é uma amostra da resistência cultural a que se refere Mingas. Da zona sul de Huíla, "O Canto Livre de Angola" mostrou um tocador do instrumento *tchihumba* (cítara feita de madeira leve) cantando em dialeto da região, entre outras, a



Além de consolidar os laços entre o Brasil e Angola, o "Canto Livre" mostrou nossas raízes comuns: "nós somos filhos deles"



história da procura do amigo de infância que mais tarde vai para a frente de combate e morre.

Além do folclore do "Samba Tropical", ao som de ritmos que se assemelham aos antilhanos, caribenhos e brasileiros, "O Canto Livre de Angola" mostrou ainda os compositores Filipe Mukenga e André Mingas ao violão, talvez os maiores expoentes da música moderna angolana, muito apreciada por vários compositores da música popular brasileira e que de alguma forma já começa a ser conhecida pelo público por intermédio da veiculação de alguns intérpretes como Alcione e o próprio Martinho da Vila, este último uma espécie de representante da música angolana no Brasil.

André Mingas, por sinal, estava sendo procurado pelo compositor carioca Maurício Tapajós

para terminar uma parceria iniciada em outubro de 1981, quando da realização do I Congresso da Juventude do MPLA-Partido do Trabalho em Luanda. Empolgado com a apresentação de "O Canto Livre de Angola", — "é a raiz da música da América Latina, nós somos filhos deles" — o autor de "Estou Voltando" e "Mudando de Conversa" considerava-se um entusiasta de Angola. Ele compôs um samba, durante a sua estadia em Luanda em 1981, gravado em produção independente pelas cantoras Cris e Cristi-

na, em homenagem aos angolanos: "Prazer conhecer você/Visitar sua casa/Vir à sua festa/Ver suas flores nascendo, seus amores crescendo/Lembrando a esperança que ainda resta/Esteja onde estiver/Faça o tempo que fizer/Haja a imensa distância que houver/Nossa amizade continua/A felicidade é certa e a minha casa é sua."

A curta temporada dos angolanos foi uma "retribuição" do projeto Kalunga (que levou músicos e compositores brasileiros para se apresentarem em Angola em 1979) e serviu não só para consolidar os laços culturais e promover o reencontro de amigos — amizade iniciada a partir da independência de Angola —, como também para mostrar ao público as nossas raízes comuns e a nossa proximidade, apesar do oceano que nos separa.

Dentro de algumas semanas será lançado no Brasil e em Angola um disco sobre "O Canto Livre de Angola". A qualidade artística e a dedicação dos integrantes do grupo angolano foram elogiadas pelo diretor Martinho da Vila:

"Eles se comportaram artisticamente dentro do maior gabarito. Qualquer coisa que a gente falava de posicionamento, eles passavam a fazer com uma perfeição incrível. E você sabe que não são profissionais de palco".

Resumindo o que pensa sobre Angola de uma forma muito poética e que reflete bem o panorama atual deste país, do qual os brasileiros acabaram de ver uma pequena mostra, Clara Nunes afirmou:

"Em Angola havia iates, carros, boates para todo o lado, mas o negro estava por baixo. Agora, os iates, os carros, muitas dessas coisas estão no fundo do mar, mas o negro está por cima". ●

Reconstruindo a evolução cultural de dois povos irmãos



de Samba no Rio de Janeiro, onde nasceu, e André Mingas, que além de compositor é o responsável pela Direção Nacional de Massificação Cultural, fizeram uma pequena radiografia cultural dos dois países. Mingas explicou também algumas passagens da apresentação de "O Canto Livre de Angola", destacando-se o acontecido durante a exibição da *Dança de Evocação dos Espíritos*. Face a um fenômeno científico para alguns, e místico para outros — um espírito baixou, numa das participantes da Dança em plena Sala Cecília Meireles — o leitor ficará sabendo como a problemática é encarada em Angola pelo MPLA — Partido do Trabalho.

André Mingas: O nosso grupo é composto fundamentalmente por trabalhadores. De uma ma-

neira geral, exercemos atividades profissionais e nos dedicamos também à atividade cultural, sem caráter profissional. Por quê da caravana? Por causa de toda uma série de aspectos culturais que acreditamos ter relação com o que se faz no Brasil. A intenção é saber até que ponto vão de fato nossas afinidades.

No espetáculo apresentamos três planos: o *semba*, o folclore e a música moderna, uma via nobre para o desenvolvimento da música angolana, representada pelo som de Filipe Mukenga e pelo meu. Em suma: uma tentativa de levar o conhecimento de nossa música e cultura a um círculo mais amplo. Há uma parte do espetáculo referente à música e outra ao folclore, onde a influência da colonização portuguesa não se faz sentir, como na dança do *Kalundu*, de evocação dos espíritos, onde aparecem os tocadores de tumbas (tambores), duas senhoras e um homem. É, por assim dizer, uma luta de preservação da cultura de um povo. Reflete o que nós somos de fato e para onde caminhamos.

A discussão, o intercâmbio de idéias e projeções para o futuro são sempre salutares, em se tratando sobretudo de dois povos culturalmente tão próximos como o brasileiro e o angolano. Esta possibilidade tornou-se concreta durante a estada no Rio de Janeiro dos integrantes de "O Canto Livre de Angola". Aconteceu numa manhã, e pôde ser testemunhada por cadernos do terceiro mundo, um desses encontros que resultou em frutífero debate sobre as experiências em Angola e no Brasil relacionadas com temas culturais e com a criatividade popular.

Dois consagrados compositores em seus respectivos países, André Mingas (Angola) e Elton Medeiros (Brasil) encontraram-se por acaso na presença do repórter e a discussão fluiu naturalmente. Elton, compositor popular desde os 8 anos de idade e fundador de algumas Escolas



André Mingas: pela preservação da cultura de seu povo

Apesar de ter havido uma grande penetração da cultura ocidental, houve áreas que resistiram, nas zonas sul, leste e oeste, excluindo a capital Luanda.

No "Canto Livre" há um tocador do instrumento *Tchihumba*, de Huíla, na zona sul, que canta histórias do povo. Um dos temas fala do amigo que cresce e canta junto com ele, mas depois perdem o contato. O amigo teve que ir para a frente de combate — Huíla foi muito atacada pelos sul-africanos —, onde morreu. Em dado momento, o tocador começa a procurar o amigo fazendo o som "zzzzz", que significa a procura no meio da mata até o desespero. A outra é uma história de amor.

Outro quadro mostra uma dança tradicional angolana (*Rebita*), que ao longo do tempo sofreu uma certa influência do colonizador. Uma dança típica da zona de Luanda, muito utilizada pelos colonialistas para ser mostrada aos turistas. Embora tenha havido sempre resistência no sentido da preservação, algumas coisas foram impostas pelo colonizador, como o fato dos homens terem de aparecer usando terno e gravata e das mulheres com o penteado para cima, significando sempre a imagem da pessoa que dança. É uma dança de significado muito importante em meu país. Nós trouxemos a *Rebita* assim como é dançada porque contávamos com a observação da causa do uso do terno.

A colonização é um fenômeno do qual não podemos nos isolar. É por nós negada profundamente, mas é algo que está em nós. Deixou marcas e influenciou a nossa atitude para com o mundo.

A música feita por Felipe Mungwa e por mim resulta de uma certa ampliação da visão musical. Consideramos importante o fato de não estarmos isolados do contexto universal. Todas as conquistas da ciência no domínio musical, e a todos os níveis, são

nossas também. As conquistas do homem são nossas. Dentro do possível, nós as utilizamos no sentido do enriquecimento daquilo que é nosso. Daí cantamos em línguas tradicionais, utilizando uma técnica universal, o que dará uma dimensão diferente àquilo que nós fazemos.

Como foram as apresentações do primeiro grupo angolano aqui no Brasil?

Mingas: Melhor do que esperávamos. Desde Angola, a partir da própria Embaixada brasileira, sentimos um calor muito grande. À chegada, no aeroporto, tivemos uma recepção muito boa. Desde o primeiro ensaio sentimos o calor do público. Daí para frente foi uma força muito grande.

O grupo já esteve em outros países?

Mingas: Não. Foi a primeira vez. Há uns três anos tinha ido a Angola um grupo de artistas brasileiros, o projeto Kalunga. Achamos que deveria vir ao Brasil um grupo com o mesmo espírito. Ninguém recebeu cachê.

Como superar as marcas negativas do colonialismo?

Mingas: Hoje, como resultado da política traçada pelo MPLA-PT, voltamos toda a atividade para a nossa realidade cultural. Colhemos os aspectos positivos que nos trouxe o processo de colonização e negamos os que de fato prejudicaram nosso desenvolvimento. Trabalhamos hoje para a libertação de toda essa influência colonial. É um processo longo que exige uma reeducação das mentalidades. Todo o trabalho está voltado para a pesquisa da nossa cultura tradicional. Daí a orientação do Partido para o desenvolvimento do intercâmbio com todos os países do mundo, particularmente com os quais temos afinidades culturais africanas, como no caso

do Brasil, Cuba e uma parte da América Latina, além, claro, de países africanos. Neste contato com o Brasil vamos descobrir muita coisa importante para nós.

Élton Medeiros: A recíproca é verdadeira.

Mingas: Há coisas no Brasil que foram muito preservadas, porque o processo de colonização foi diferente, mas que nós perdemos. Este intercâmbio, este reencontro, vai permitir a renovação das coisas, tanto para nós como para vocês. A nossa ida, por exemplo, à Nigéria, ao Zaire ou ao Gabão vai permitir o reencontro em outro sentido, isto é, uma maior aproximação da relação entre nós e o que é realmente a nossa realidade cultural africana.

Élton: O André quis dizer que o contato de Angola com o Zaire, Nigéria ou Gabão é muito mais autêntico, por ser uma cultura a nível continental e até em caráter de raízes tribais. Uma pureza que nós brasileiros não temos. O relacionamento com o Brasil é a nível de cultura transplantada do continente para o nosso país em razão da escravidão. Essas manifestações culturais foram deformadas aqui pelo colonizador, mas sofreram uma certa resistência de alguns grupos, assim como outras culturas foram deformadas pelo colonizador em Angola, na Nigéria, no Gabão, no Zaire ou em Moçambique. Angola hoje está fazendo um trabalho de recomposição de toda a cultura do mundo negro, o que é da mais alta importância. Estou certo no raciocínio?

Mingas: É importante para que a próxima geração tenha uma afirmação cultural muito maior que a atual.

Élton: Como brasileiro e negro me entristeço muito em não saber minhas origens. Você conhece as suas. Sou um negro brasileiro que por tradição oral desconfio ser de origem angolana, mas posso estar enganado. Você

não sabe o quanto isso é triste para os negros brasileiros. A maior preocupação do colonizador no Brasil era misturar negros de Angola com os da Nigéria, Daomé, de tribos diferentes, para evitar a comunicação e uma reação frente às ações do colonizador.

Mingas: Disseste coisas muito importantes. Da última vez que estive no Brasil foi possível observar como os Tingoans cantavam músicas cujo ritmo temos em Angola. O Elton me disse há pouco que na Bahia houve influência da cultura Iorubá. Mas eles tocaram em ritmo. . .

Elton: Mas tem também influência angolana na Bahia. A capoeira, por exemplo. Uns dizem que nasceu em Angola, outros afirmam que não é de Angola e sim criada por negros de origem angolana na Bahia. A influência maior é da Nigéria.

Mingas: O ritmo dos Tingoans que ouvi dos baianos na casa do Martinho da Vila, o *Kilapanga*, é uma forma de identidade.

Elton: Manifestação do negro brasileiro, a não ser o samba, o côco, a capoeira e própria religião herdada da Nigéria, o candomblé, a gente faz por intuição.

Mingas: Eles tocaram a tal música e diziam que a língua era *kimbundo*. De fato, era uma língua com grandes afinidades com o *kimbundo*. Eles não sabiam o que diziam, mas ouvi e consegui traduzir a idéia pela aproximação da linguagem. Acho que deve haver pessoas na Bahia que falam aquela língua.

Elton: Na Bahia você vai encontrar gente falando Iorubá, a linguagem do candomblé. Pena que suas vindas ao Brasil sejam tão rápidas. Você tinha que ir uns dias a Santo Antonio de Pádua, no norte do Estado do Rio de Janeiro. Ia te levar ao terreiro de Dona Maria Segunda, de 120 anos. Lá falam *kimbundo*, porque são jongueiros. Jongueiro só fala em *kimbundo*. Misturam o dialeto africano com o portu-



Elton Medeiros: "conhecer as origens do negro brasileiro"

guês. O grupo tinha que ficar no mínimo um mês. Muita coisa aconteceria.

O que aconteceu durante uma das apresentações da dança de evocação dos espíritos na Sala Cecília Meireles?

Mingas: Baixou um espírito numa das dançarinas. Quando o espírito baixa, ela fica possuída. Enquanto houver batucada no ar o espírito fica com ela e se manifesta. Não é ela que está ali. Como já sabiam da ocorrência, os demais integrantes do grupo foram dando cobertura para facilitar a saída da senhora do palco. Não podiam fazer mais nada para afastar o espírito porque não sabiam como. A que recebeu o espírito sentou-se ao lado de Dona Sofia, para afastar o espírito. Curioso que antes perguntei: camarada Sofia, quando o espírito vier como vai ser? Respondeu que não teria problema, porque o espírito está mentalizado. Sabe que está no espetáculo e não permitirá que ela faça escândalo.

Elton: Essa religião de origem congoleza e angolana foi muito perseguida aqui no Brasil.

Mingas: Realmente, isso durante o tempo colonial era reprimido. Após a independência imaginávamos que tais manifestações acabariam. Mas não. Há pouco tempo percebemos que

grande parte das pessoas têm um tratador.

Elton: Aqui a gente diz "trabalha no santo".

Mingas: É a proteção. Você trabalha em determinado local e ocupa uma posição invejada. Então a pessoa recorre ao tratador.

Elton: Fecha o corpo.

Como o MPLA-PT encara essas manifestações? Há estímulo, indiferença ou evita-se abordar a questão?

Mingas: Não é estimulado. Partimos do princípio que todas essas manifestações têm uma explicação científica. Esses misticismos tiveram um papel fundamental para a divisão e facilitaram a dominação colonial.

Elton: Ajudaram a dominação?

Mingas: Pelo seguinte: o colonialista utilizou-se bastante da idéia da religião, do pecado.

Elton: Pecado é religião católica.

Mingas: Exato. Ligaram muito esse tipo de manifestação à religião católica. Em determinado momento, após o desencadeamento da luta de independência, passaram a disseminar a idéia de que participar da luta contra eles era um sacrilégio, negar Deus. Ia-se para o inferno. Atrofiaram de tal maneira essas manifestações tradicionais, confundindo-as com a religião cató-

lica, que exerceram um papel negativo na participação das pessoas no processo revolucionário. Daí a necessidade desse sentimento religioso. Houve toda uma série de aspectos que foram desaparecendo. Por exemplo, há uma manifestação importante em relação ao mar. Uma festa importante, a festa da ilha. Em determinada altura do ano, durante as *calemas* (ressacas do mar), por falta de proteção, as águas atravessavam a estrada e vinham tomar conta das casas dos pescadores. Os pescadores da ilha de Luanda levavam então comida e roupa para oferecer ao mar. Ficavam na praia comendo e dançando.

O intermediário entre os pescadores e o mar recebia as ofe-

rendas dirigindo-se ao ponto mais alto da praia e fazendo a entrega dos produtos ao mar numa linguagem específica. Durante muito tempo ficou a idéia segundo a qual era necessário esse processo para evitar que as águas viessem. De fato, essa manifestação é de uma riqueza cultural muito grande e deu origem inclusive a manifestações importantes e que hoje são estudadas.

A realidade é que as águas não invadem porque o mar está zangado ou porque lá tenha uma sereia. As águas causam prejuízos porque não são criadas condições de defesa para evitar que elas passem. Hoje, não combatemos esse tipo de manifestação dos pescadores. Fazemos o trabalho de base, ao nível da escola,

explicando às crianças a razão da passagem das águas e o que é necessário fazer para evitar que isto ocorra. Todos os anos a festa se realiza normalmente. Vamos enriquecendo a festa sob o ponto de vista cultural. Estimulamos e estudamos a dança, trazendo-a para a escola, dando técnica e apresentando-a nas salas de espetáculo.

A festa é resultado da criação do povo. Aproveitamos isso. O Departamento Nacional do Folclore faz o estudo das manifestações populares que vão surgindo. Um outro departamento se ocupa do ressurgimento e revitalização de algumas tradições desaparecidas, estimulando-as de modo que a juventude possa cultivá-las. Levamos estas manifestações pa-

...E O CANTO ESCRAVO DO BRASIL

A mais forte sensação provocada pelo contato com os fantásticos artistas do grupo "O Canto Livre de Angola" em sua apresentação no Rio de Janeiro, foi um misto de alegria e angústia. A cultura libertada de Angola é muito semelhante à nossa em riqueza e intenções, mas nos angustia o fato de sabermos estar a cultura brasileira tão escravizada e reprimida por contar exatamente esta mesma intenção de liberdade, herdada por nós da África com a escravidão.

A platéia extasiada que lotou os três dias de apresentação do grupo, em sua maioria, teve uma boa oportunidade de refletir sobre a enorme barreira que a sociedade brasileira, estruturada socialmente de forma diversa da angolana, cria para a manutenção e a sobrevivência da nossa cultura popular.

Nossas elites, monopolizadoras dos meios modernos de transmissão cultural (rádio, televisão, imprensa, teatro etc), possuem uma compreensível aversão por nossa própria cultura tradicional. A mesma aversão das elites coloniais portuguesas na Angola pré-revolucionária. Um intercâmbio efetivo entre a cultura dos dois países esbarraria sempre neste impasse fundamentalmente político.

Escamoteada, distorcida por razões que hoje

já se começam a compreender, a cultura brasileira tradicional possui, em muitos exemplos, uma enorme identidade com a angolana. No caso da música e dança, por exemplo, a identidade chega a ser impressionante.

A estrutura da banda "Semba Tropical", que executa o que poderíamos chamar de "Semba Urbano", próprio para bailes populares, não é diversa da de nossas bandas de gafeira ou mesmo, dos nossos conjuntos de baile suburbanos, que fizeram uma deliciosa adaptação do swing e do jazz orquestral norte-americano, (também de origem idêntica) a ritmos nacionais; prova incontestante de que a música africana é um ciclo evolutivo constante, ainda mais quando sabemos ser esta característica comum à cultura urbana do negro em todas as Américas.

O ungo angolano, nada mais é do que o nosso berimbau, outrora chamado por aqui de urucungo, associado à dança e à luta da capoeira que, sob a forma específica de dança, existe em Angola com o nome de kimuala. Segundo o angolano Mestre Geraldo (em tudo idêntico a um típico mestre de Congada do Brasil), o carnaval angolano é animado por grupos que desfilam com reis e rainhas coroados, segundo a mais pura tradição oriunda do tempo do antigo império do Congo, exatamente a mesma forma e inspiração de nossos reinados de Congo em Minas Gerais.

Inspira a Rebita, dança tradicional da província de Luanda, passos de dança da aristocracia portuguesa mesclados a passos e intenções do Semba, dança nacional. A própria Rebita, por

ra a escola. Na época da festa da ilha, a juventude também comparece. Com o domínio da técnica vão dançar com os pescadores a mesma dança. As pessoas vão à festa não para evitar a invasão das águas, mas em função da manifestação cultural.

Élton: Tenho meus temores. Vou colocar a questão das Escolas de Samba. O samba é uma manifestação da cultura angolana ou congoleza, dentro do dialeto *kimbundo*. Uma coisa que vocês trouxeram para cá. A chamada raiz está na África. Escola de Samba é uma manifestação brasileira a partir de uma cultura que vocês nos deram. Vou chegar onde o Mingas estava falando. A Escola de Samba vem sofrendo um processo evolutivo a partir

das necessidades da classe iniciadora dessa cultura. Os cidadãos que inventaram as Escolas no bairro do Estácio eram pessoas de poucos recursos, operários, lustradores de móveis, músicos populares, que na época eram considerados vagabundos, não artistas. Criaram um lazer barato. A Escola de Samba atingiu o apogeu sob o comando dessa classe. Os mais favorecidos começam a perceber que Escola de Samba era um veículo de prestígio social. O nome e a cara saíam nos jornais e na televisão. Essas pessoas começaram a interferir nessa cultura e afastar os homens de classe baixa (predominantemente negra), a tomar a diretoria das Escolas, comprar terrenos, impingir os seus valo-

res a pretos e brancos de classe de renda baixa. Os autores e criadores das Escolas passaram a ser empregados. O medo que eu tenho é que a imposição, não por pessoas de uma classe mais abastada financeiramente, mas por uma inteligência maior que conduz os destinos da cultura e da educação, possa alijar os pescadores. E que a partir deste momento, essa juventude com mais cultura e instrução que os pescadores venha deformar essa cultura em detrimento da informação histórica e cultural do povo angolano. Estou fazendo o papel de "advogado do diabo" porque no Brasil aconteceu algo próximo.

Mingas: Pessoalmente acho que não há esse perigo. Esta ju-

ser uma dança comandada, pode, segundo Mestre Geraldo, ser chamada de *Quadrilha*. Seu Geraldo citou também o *Kalundu* que nos leva, irresistivelmente, ao nosso *Calundu* (*lundu* para os íntimos), dança de escravos brasileiros que está na raiz do maxixe e de algumas das nossas danças populares de salão e terreiro, entre as quais a nossa também chamada "*Quadrilha*".

Outra impressionante constatação é que o *Semba* tradicional a que Mestre Geraldo chama *Massemba*, da roça, do interior de Luanda, parece ter as mesmas marcações coreográficas do mais puro *Jongo*, dança também de escravos brasileiros encontrada até hoje, no interior do Rio de Janeiro e Espírito Santo, às vezes com o nome de *Caxambu*.

Segundo o mesmo encadeamento de idéias, o nome de tambores do *Jongo* nesta região do Brasil é "angoma", termo da língua *kimbundo*, de Angola, que quer dizer mesmo tambor (*ngoma*).

O *angoma* maior do *Jongo* chama-se "*Caxambu*" o menor "*Candogueiro*", que deve vir do *Kimbundo* *Ka-ndengo* (o menor, o mais novo).

A escala musical da cítara *tchihumba*, do *Lubango*, sul de Angola, possui o sétimo tom rebaixado, característica fundamental da música popular brasileira, produzindo acordes de terça e arpejos, características de seus braços arqueados, próprios a vibratos. A *tchihumba* (fala-se "*Tirumba*") produz assim sons e efeitos semelhantes às nossas violas do interior de Minas Gerais e do Nordeste. A *tchihumba* é instrumento próprio a cantadores viajantes aos quais as can-

tigas aludem, que podem ser comerciantes (*tchihumba* de oito cordas) ou pastores (cinco cordas). Paulo Kaita, músico de instrumento, citou como instrumentos típicos de sua região (*Hufla*) o *berimbau* de boca, os *angomas*, a *puíta* (nossa *cuíca*), o *reco-reco* e a própria *tchihumba todos*, pelo som e/ou pela forma por demais comuns ao nosso instrumentalismo popular.

A extrema carência de pesquisa de campo profunda (poucos pesquisadores estão ligados intimamente à cultura que estudam e, de certa forma não a compreendem) impede que se tenha no Brasil uma bibliografia confiável na área de nossa cultura tradicional. Os equívocos têm se acumulado há anos, pois existe entre nós a prática de se especular sobre a cultura popular em gabinetes, sem ouvir a palavra e a opinião popular, única capaz de transmitir verdades científicas, num país onde o pensamento popular, por força da colonização cultural, para resistir, assumiu grande complexidade. Não podemos esquecer que, entre outras coisas, alguns estudiosos da elite podem ser agentes da dominação cultural como foram tantos na África Colonial.

Em Angola hoje, a julgar pela música e a dança apreciadas por nós, a cultura popular está sendo chamada a sedimentar a liberdade, varrendo do seio da sociedade a alienação e a ignorância que, de forma sistemática, ainda sobrevivem no Brasil, provando-nos que cultura é mesmo sinônimo de libertação.

Antonio Espírito Santo (o autor é músico do Grupo *Vissungo*)



“Quando o povo cria, está defendendo seus valores”

ventude não está isolada do povo. O Departamento que faz o trabalho de ressurgimento de algumas manifestações tradicionais já desaparecidas age em colaboração com o departamento de artistas amadores, que tem a função de massificar as várias manifestações artísticas. Portanto, assegurar o aumento da atividade artística amadora a todos os níveis. Há regularmente um intercâmbio cultural entre escolas, universidade, fábricas e o campo,

o que possibilita a essa juventude criar uma aproximação muito grande em relação àquilo que são de fato esses valores culturais. Quer dizer: deixam de existir barreiras entre o pessoal das cidades, os estudantes, e o do campo. Há uma perfeita integração. Mas todo esse trabalho de massificação é complementado por uma informação política sobre a necessidade de preservação das nossas manifestações culturais e sobre a importância da

criatividade popular. Temos em conta a preocupação de não deformação da criatividade popular, que é a fonte. Quando levamos a dança para o palco, vamos dar técnica. Mas a dança em sua essência é ela mesmo.

Ainda sobre a questão do misticismo. Essas manifestações atuaram sempre como forma de resistência do povo à penetração da colonização. A preservação delas terá um papel importante na defesa da identidade cultural. O colonizador, apercebendo-se disso, agiu, não como com as Escolas de Samba, mas utilizando-se da religião, tentando confundir com nossas manifestações tradicionais, dando-lhes um caráter antipolítico. Utilizou-se o misticismo para combater o processo revolucionário em nosso país.

Elton: Claro que a cabeça do angolano é uma, a do brasileiro outra. O angolano tem uma visão muito mais política sobre o problema cultural que o brasileiro, que vê cultura meramente como lazer. O brasileiro se aproxima para deformar e até servir a uma ideologia que é contrária aos nossos interesses. Acredito piamente, apesar dos meus temores iniciais, que vocês angolanos estão seguindo um caminho que impede a destruição da essência dessa coisa toda. No Brasil as pessoas se aproximaram dizendo que iam, entre aspas, melhorar as Escolas de Samba. Quem melhora é o iniciado, através das necessidades que sinta, e não importando uma imagem “hollywoodiana”. A maneira de receber informação em Angola é totalmente diferente da nossa. O nosso rádio é podre: 75% das músicas são norte-americanas e o restante nacional. Em Angola é outro som: músicas angolanas, brasileiras e centro-americanas.

Mingas: Todas essas manifestações têm um caráter político. Repara que o trabalho no sentido da preservação tem necessidade de ser político, porque vai redundar na nossa maior afirmação



Reco-reco, tumba e berimbau: os instrumentos angolanos revelam nossa identidade cultural

e personificação como africanos. A visão, portanto, dessa atividade tem que ser sempre política. Quando o povo cria, está em atitude de defesa. Precisamos alimentar isso. Não destruir, mexer ou ir lá dizer como é que é ou não é. O povo é quem sabe como deve ser feito. Vamos lá buscar a riqueza deles para levar a um outro público com outras exigências. Todo o trabalho de recuperação no sentido de uma maior aproximação de nossa cultura tem que ser feito assim. A técnica ocidental e uma certa concessão daquilo que é dança.

Ao fazermos esse trabalho de recuperação de nossas danças tradicionais e trazendo-as para o palco com uma técnica diferente, chegamos a pessoas que viviam diariamente com o colonizador, o poder. Todos os dias lhes impingiam coisas pela televisão, rádio, jornais e nas escolas.

A chamada batalha ideológica...

Mingas: Foram inclusive perdendo a língua regional. Não falavam porque era considerada feia. Na escola começaram a interiorizar: é feio falar, dançar, rir de cara aberta. Foram perdendo toda a naturalidade. Hoje são homens formados mas afetados por todo o processo de colonização, pela cultura ocidental do colonizador.

A recuperação portanto não pode ser brusca. Não podemos chegar e agarrar a dança como ela é. Vai ser negado. Temos então que fazer um trabalho de recuperação, a ser começado necessariamente assim.

Elton: É preciso que se faça um confronto. Você pega um dicionário de folclore do Câmara Cascudo aqui no Brasil falando sobre dança tal, de mau gosto. Quer dizer: na ótica da elite a que ele pertence. Veja, um intelectual considerado estudioso de culturas populares conceitua em dicionário que certas manifestações são de mau gosto ou dança

primitiva. Expressões que não dignificam a cultura popular, só têm sentido pejorativo. Essas pessoas assim predispostas têm que ser realmente conquistadas por um processo bem pensado.

Mingas: O grande obstáculo é mesmo a guerra. O fato de sermos um país muito rico e cobijado pelo imperialismo resulta em ataques aéreos dos sul-africanos. Os funcionários, trabalhadores, os cidadãos que acreditam na possibilidade de serem homens livres de verdade, em determinadas zonas do país vão para o trabalho sabendo que a qualquer momento os sul-africanos podem lançar bombas dos aviões. Em algumas zonas as crianças se mobilizam e vão ajudar na luta. Por isso é que somos assim. Com os sul-africanos às nossas portas viemos aqui ao Brasil cantar a nossa música e sorrir como todo mundo. E lá em Angola, nas áreas bombardeadas, as pessoas falam calmo, ninguém está correndo. (M. A. Jakobskind) ●

Programa Cultural

O Iraque e o Sudão assinaram um programa para a cooperação cultural, científica e educacional entre os dois países.

O programa prevê o intercâmbio de professores, especialistas, documentação e informação no terreno da educação superior assim como a realização de pesquisas conjuntas e troca de pesquisadores.

Também objetiva o estabelecimento de amstras educacionais e a participação dos meios de imprensa dos dois países para cobrir celebrações e aniversários nacionais.

Fidel condecora latino-americanos

Em cerimônia realizada no Palácio da Revolução, em Havana, o comandante-em-chefe, presidente do Conselho de Estado e do Governo, Fidel Castro, condecorou com a ordem Félix Varela três dos mais prestigiados intelectuais latino-americanos: Gabriel García Márquez (Colômbia), Mario Benedetti (Uruguai) e Pablo González Casanova (México). A cerimônia contou com a presença do ex-presidente colombiano Alfonso López Michelsen, convidado de honra à condecoração.

O discurso principal do ato ficou a cargo de Armando Hart, ministro da Cultura de Cuba. Ele lembrou que García Márquez, Benedetti e González Casanova não tinham podido estar na

cerimônia realizada em outubro de 1982, quando o Conselho de Estado da República de Cuba conferiu a alta condecoração a várias personalidades e coletivos cubanos e, pela primeira vez, a seis intelectuais de outros países, em reconhecimento a seus extraordinários méritos e suas contribuições à cultura universal.

Nas palavras do ministro da Cultura, o ato constituiu "todo um símbolo da unidade latino-americana e caribenha". Acrescentou que a presença de Alberto López Michelsen "ratifica o profundo caráter latino-americano desse encontro fraternal entre amigos".

O comandante-em-chefe Fidel Castro colocou no peito dos intelectuais a Ordem Félix Varela, de primeiro grau, "como um símbolo — afirmou Hart — do alto apreço que temos pela contribuição que eles realizaram ao movimento intelectual de nossos povos e como uma ratificação de nossa convicção latino-americana e caribenha e de nossa confiança na importância que tem essa região do mundo para o futuro da humanidade".

"Ao entregar-lhes esse galardão — expressou o ministro da Cultura — reafirmamos nossa fé no destino comum de Nossa América, aquela que vai desde o rio Grande até a Patagônia."

Estiveram presentes à cerimônia altos funcionários dos conselhos de Estados e de ministros, além de destacadas personalidades da arte e da literatura como Mariano Rodríguez, presidente da Casa de las Américas, a bailarina Alicia Alonso, o poeta Nicolás Guillén e outros convidados.



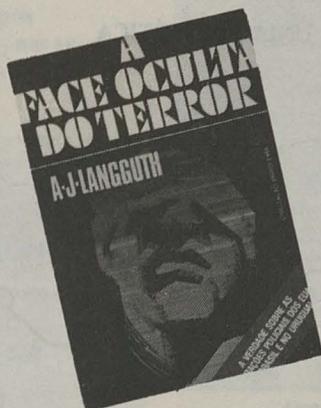
Da esquerda para a direita, os premiados González Casanova, García Márquez, o ex-presidente López Michelsen, Fidel Castro e o outro agraciado com a Ordem Félix Varela, Mario Benedetti

estante do terceiro mundo

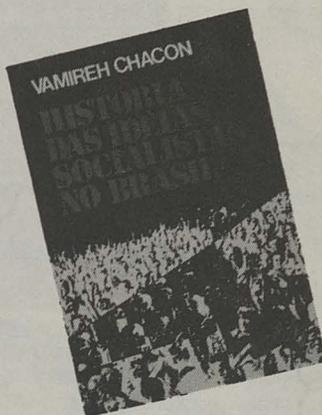
O reembolso que leva sua leitura a sério.



BATISMO DE SANGUE – Os Dominicanos e a morte de Carlos Marighella, de Frei Betto. O relato completo, fidedigno, do assassinato do líder revolucionário pela polícia paulista e da odiosa tentativa por ela feita de lançar sobre os Dominicanos a pecha de traidores ou de covardes, quando, muito pelo contrário, eles pagaram com seu sangue os esforços que fizeram em sua constante busca de justiça social
Código E-1 – Cr\$ 1.600,00



A FACE OCULTA DO TERROR, de A. J. Langguth. Brilhante e corajoso jornalista americano, depois de longa pesquisa no Brasil e no Uruguai, coloca diante de nós terrível relatório sobre a repressão de idéias esquerdistas e a tortura de presos políticos, praticada pela violência da Direita com a cooperação da CIA
Código E-2 – Cr\$ 1.700,00



HISTÓRIAS DAS IDÉIAS SOCIALISTAS NO BRASIL, de Vamireh Chacon. Obra aberta, sem sectarismo, é o mais completo e documentado estudo sobre o aparecimento e a evolução do pensamento socialista no Brasil e as dificuldades e problemas que tem enfrentado ao longo da História para fixar raízes em nosso campo social
Código E-3 – Cr\$ 1.800,00

TABELA DE DESCONTOS

- 13% para “não-assinante” na compra de 2 livros.
- 17% para “não-assinante” em 3 livros ou mais.
- 25% para “assinantes” em qualquer compra.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito ao desconto especial de assinante (25%) desta seção.

Estante do Terceiro Mundo

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

Código	Quantidade

- Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.
- Comprador: não-assinante assinante assinante novo: estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchidos e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data / /

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

ESPECIAL

A abertura chinesa



Seis anos após a morte de Mao Zedong, a China reaparece no cenário internacional. Este ressurgimento vem acompanhado de uma série de mudanças internas e de novos posicionamentos diplomáticos. A reorientação é profunda e mexe com toda uma imagem que os países do Terceiro Mundo ainda têm desse país do Extremo Oriente. Um projeto econômico radicalmente novo que dá prioridade ao consumo. Uma nova

orientação política baseada na negação de tudo o que possa lembrar a "revolução cultural". O reinício dos contatos com a União Soviética. A reaproximação com a África. O conflito com o Vietnã. Estes são alguns dos pontos principais da nova abertura chinesa. Uma abertura que procura negar os erros e excessos do passado. Mas que ainda é recente demais para ser avaliada em caráter definitivo.

Carlos Castilho (Enviado Especial)

A China e o Terceiro Mundo

A nova política chinesa — iniciada após a morte de Mao Zedong, em 1976 —, nas suas relações com a África, a própria Ásia e as nações latino-americanas



Deng Xiaoping: agora revisionista

Quando no final do ano passado, os chineses reiniciaram discretamente os contatos com a União Soviética, em quase todo o mundo surgiram indagações sobre o que estava acontecendo em Beijing¹. Por um lado, alguns perguntavam se a equipe de Deng Xiaoping havia abandonado de vez o maoísmo e aderido abertamente ao outrora tão criticado revisionismo. Por outro, e neste lado estão os norte-americanos, o restabelecimento dos contatos entre Moscou e Beijing causou um grande alarme, porque ameaçava a “estratégia dos três pólos”², criada por Richard Nixon e Henry Kissinger em 1972. As mudanças ocorridas na cúpula do governo chinês desde a morte de Mao Zedong em 1976, amadureceram durante seis anos e agora começam a ter repercussões fora da China.

Os graves conflitos internos surgidos durante os dez anos da revolução cultural fizeram com que a China ficasse quase que inteiramente voltada para dentro, deixando de ter uma presença diplomática

1) Transliteração mais próxima do nome da capital chinesa; nova grafia de Pequim, assim como Mao Zedong, de Mao Tsé-Tung.

2) A política criada pelo Departamento de Estado norte-americano com o objetivo de ameaçar a União Soviética através de uma possível aliança com a China e vice-versa.

ativa. No Terceiro Mundo essa ausência se tornou especialmente notada na África e na Ásia, continentes em que os chineses procuraram exercer uma forte influência política e econômica. Na América Latina, a presença da China sempre se fez de forma indireta, através dos grupos políticos radicalizados, que encontravam no maoísmo e na revolução cultural um amparo ideológico e estratégico, que na maioria das vezes foi — por eles — mal interpretado.

Entre 1960 e 1976, a política externa chinesa foi orientada basicamente pela oposição a tudo o que lembrasse a linha soviética, o revisionismo e a coexistência pacífica. Na pressa de achar aliados para a disputa ideológica com Moscou, o PC chinês frequentemente caiu no oportunismo e na ingenuidade. A busca a qualquer preço de um reconhecimento internacional para o maoísmo levou muitos de seus adeptos a apoiarem, por exemplo, grupos rivais de movimentos de libertação nacional com uma longa tradição de luta. Os chineses, por exemplo, deixaram de dar apoio ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o mais forte grupo nacionalista angolano na época da luta pela independência, porque o MPLA recebia apoio logístico da União Soviética. O mesmo aconteceu com vários outros movimentos africanos de libertação, que passaram a ser vistos com desconfiança porque procuravam apoio em Moscou.

O preço da revolução cultural

Essa política levou Beijing a cometer muitos erros diplomáticos que acabaram lhe custando

muito caro tanto em prestígio como em dinheiro. A ferocidade dos duelos ideológicos, políticos e militares com a União Soviética frequentemente chocou os dirigentes revolucionários do Terceiro Mundo que lamentavam o conflito dos dois grandes do socialismo, num momento em que muitos movimentos enfrentavam momentos críticos na luta contra o colonialismo. O resultado é que muitos líderes africanos, asiáticos, sul-americanos ou do Oriente Médio passaram a procurar não se envolver na disputa sino-soviética.

E quem saiu perdendo neste retraimento foi a China. A União Soviética, por não ter problemas de luta interna, por estar numa posição econômica e militar muito mais avançada e por causa da habilidade de seus diplomatas, conseguiu consolidar suas alianças políticas na África, na América Latina e até na Ásia, onde a influência chinesa sempre foi muito forte.

A rigor, quando Mao Zedong morreu em 1976, a diplomacia chinesa estava na defensiva no Terceiro Mundo e só rompeu esse isolamento graças a bem sucedida abertura em relação aos Estados Unidos. Na época, a Casa Branca pôs em prática a estratégia de buscar uma aproximação com Beijing para ameaçar Moscou com uma suposta aliança EUA-China. E a tão decantada abertura chinesa para o Ocidente foi mais um artifício publicitário do que propriamente um recuo político-ideológico. O isolamento chinês não foi uma atitude deliberada, mas o resultado do cerco imposto pelos Estados Unidos por causa do general Chiang Kai-Chek e da guerra da Coreia.

Quando a busca de uma chantagem contra Moscou se tornou prioritária, Richard Nixon decidiu ir a Beijing, em 1972. Mas os chineses só retribuíram a visita quando Deng Xiaoping foi a Washington em 1979, quase quatro anos depois da derrota norte-americana no Vietnã. E todos os esforços foram feitos para criar a impressão de que eram os chineses que estavam fazendo concessões, quando na verdade o maior interessado na aproximação com Beijing era a própria Casa Branca. E a idéia da abertura chinesa para o Ocidente servia para reduzir as resistências dos meios mais conservadores dos Estados Unidos ao projeto de aproximação com a China.

Do lado chinês, o relacionamento com os Estados Unidos só mudou depois que Washington retirou em 1971 o veto sistemático à pretensão chinesa de substituir Formosa nas Nações Unidas. E no momento em que a Casa Branca passou a colocar o governo de Taipé num disfarçado ostracismo diplomático, é que a República Popular da China passou a aceitar como normal um diálogo diplomático. É evidente que Beijing também tinha e tem os seus objetivos na aproximação com os Estados Unidos. Existe o interesse de jogar com Washing-

ton contra Moscou, assim como existe a necessidade de buscar tecnologia sofisticada, para acelerar o desenvolvimento econômico interno.

A nova diplomacia chinesa

O realismo político dos chineses não chegou a mudar drasticamente as relações entre Beijing e Washington durante a fase crítica da revolução cultural e os desdobramentos posteriores à morte de Mao Zedong. A grande mudança na diplomacia chinesa começou a acontecer no final de 1981 e ganhou corpo no último trimestre de 1982, quando após uma série de cuidadosos movimentos de bastidores, o vice-ministro de Relações Exteriores soviético Leonid Ilytchev foi a Beijing para encontros diplomáticos com seu homólogo chinês Qian Qichen. O primeiro contato entre os dois aconteceu no dia 8 de outubro. Uma semana depois, chegava à capital chinesa o secretário-geral do PC francês, George Marchais, em visita oficial. Marchais sempre seguiu a política antichinesa de Moscou sem qualquer restrição. E quase na mesma época, o primeiro-ministro Zhao Ziyang anunciava uma visita a dez países africanos, a primeira de um chefe de governo chinês ao continente desde a viagem de Chou En Lai, há 19 anos.

Simultaneamente, Beijing abriu um novo *front* diplomático ao anunciar que retomará a colônia britânica de Hong Kong em 1997, quando expirar o acordo assinado com a Inglaterra em 1898. E também endureceu as exigências para que o governo norte-americano reduza ainda mais o apoio econômico e militar ao regime de Formosa. Esse aumento das pressões sobre uma ilha que a China considera parte de seu território, coincide com o agravamento das tensões comerciais entre Washington e Beijing, por causa do protecionismo norte-americano.

Embora os próprios chineses reconheçam que a sua nova diplomacia está apenas no começo, já surgem indícios claros capazes de defini-la. O grande divisor de águas já não é mais a batalha ideológica com Moscou, mas a luta contra as hegemonias. Os grandes aliados já não são apenas os inimigos do Kremlin, não importa se são comunistas ou anticomunistas. O que Beijing passa a considerar como amizades prioritárias são as do Terceiro Mundo. O método para estabelecer alianças e exercer influência já não é mais o da pressa e do oportunismo, mas o da lenta e cautelosa aproximação.

Ao colocar o problema da hegemonia como um dos pontos básicos de sua política externa, a China manteve a distância em relação a Washington e Moscou, acusando-os de propósitos expansionistas. Os Estados Unidos são responsabilizados pelo chamado imperialismo econômico e militar, enquanto a União Soviética é atacada por sua ação

no Afeganistão e no sudeste da Ásia, especialmente no Campuchea. A crítica às duas superpotências recebeu todo um embasamento novo e que se apóia na rejeição da hegemonia, como uma prática prejudicial à convivência pacífica e à autodeterminação dos povos. Trata-se de uma posição bem mais compreensível para países do Terceiro Mundo, do que a polêmica teórica em torno do marxismo-leninismo.

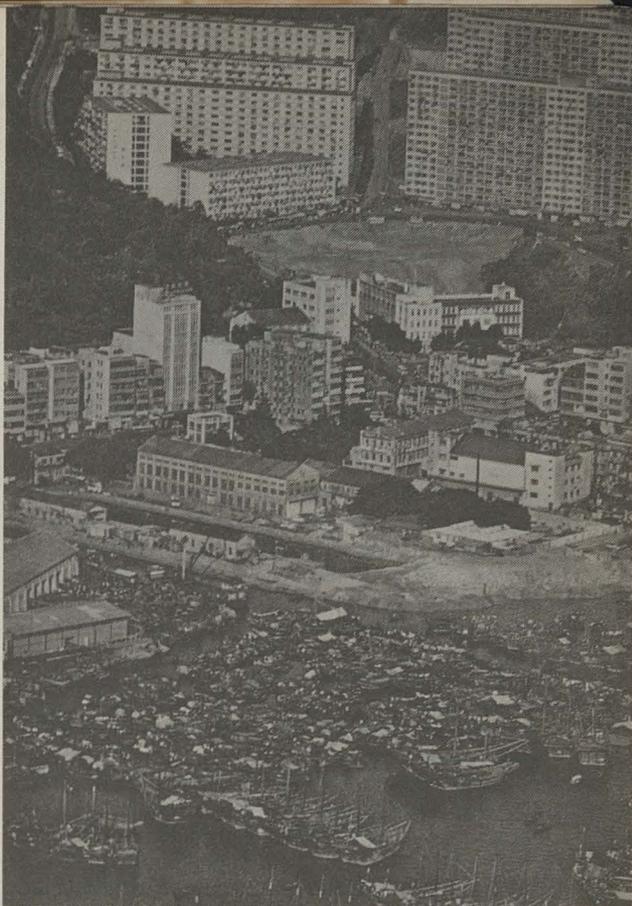
Mas, ao condenar as hegemonias, a China procura também seu interesse próprio. Com uma fronteira extensa com a União Soviética — hoje intensamente militarizada — e vendo no seu flanco sul crescer a influência do Vietnã, o seu ex-aliado, o governo chinês tenta abrir um novo espaço vital. Por isso, Beijing apóia a nova coalizão antivietnamita no Camboja, hoje Campuchea. Essa coalizão reúne desde membros do deposto governo de Pol Pot, até o príncipe Sihanouk.

É uma coalizão heterogênea, cujo grau de unidade ainda está por ser testado. Os diversos grupos da coalizão já deflagraram uma guerrilha contra o governo de Heng Samrin. A frente política do príncipe Sihanouk conta com as simpatias de regimes anticomunistas da Ásia, como Tailândia, Malásia e Indonésia, todos interessados em diminuir a influência exercida pelo Vietnã em toda a Indochina. O caso do Campuchea é talvez o exemplo mais claro dos erros cometidos pela diplomacia chinesa. Na pressa de conseguir aliados e ganhar posições de força, Beijing apoiou o regime de Pol Pot e com isso acabou se envolvendo em todos os excessos e interpretações equivocadas do maoísmo feitos pelo primeiro regime independente do Campuchea.

O caso de Hong Kong

A outra frente de luta aberta pela diplomacia chinesa tem como alvo a colônia britânica de Hong Kong. Os mil quilômetros quadrados da colônia foram outrora parte integrante do território chinês. Em 1842, após a derrota chinesa na primeira Guerra do Ópio, a Coroa assumiu o controle da ilha de Hong Kong. A nova derrota chinesa na segunda Guerra do Ópio incorporou às possessões britânicas a parte continental de Kowloon. E em 1899, os ingleses arrancaram das dinastias chinesas um arrendamento por 99 anos, dos chamados Novos Territórios, que formam quase 60% da área atual da colônia. O arrendamento termina dentro de 15 anos, e a China já anunciou que não o renovará. Beijing afirma também que os tratados de 1842 e 1860 foram impostos pela força e que o governo chinês considera seu todo o território da colônia.

O *approach* diplomático da questão de Hong Kong revela alguns dos pontos essenciais da nova atitude chinesa nas questões internacionais. A In-



Hong Kong: uma questão complexa que revela aspectos essenciais da nova diplomacia chinesa

glaterra tentou embaralhar o jogo aceitando negociar os Novos Territórios ao mesmo tempo em que mostrava uma total intransigência em negar a devolução da ilha aos chineses. Na época da "revolução cultural", isso teria sido o bastante para que Beijing deflagrasse uma violenta batalha verbal, ao mesmo tempo em que começaria a nível de massa uma série de manifestações antibritânicas.

O novo governo da China manteve, ao contrário, uma aproximação firme mas cautelosa do problema. Rejeitou as alegações britânicas, apegou-se ao texto dos tratados e começou a mostrar que não estava disposto a concessões no fundamental. A questão de Hong Kong é complicada, não pela situação legal da colônia mas pela sua realidade social e econômica. Hong Kong tem todos os problemas de uma área superpovoada, com uma população subempregada, onde existe um altíssimo grau de exploração da mão-de-obra estrangeira. A indústria de Hong Kong sobrevive graças a essa exploração, o que torna os custos de produção muito baixos e altamente lucrativas as exportações para a Europa e Estados Unidos.

Mas o forte da colônia britânica é o seu centro



Mao e Nixon: precursores das mudanças

financeiro, já que a ilha tem o status de “paraíso fiscal” para os grandes consórcios internacionais de bancos. Antes da normalização das relações da China com o resto do mundo, Hong Kong era o escoadouro natural de toda a produção industrial e agrícola dos chineses. Hoje, esse papel está muito reduzido, mas ainda é considerável.

Se a China resolvesse tomar conta imediatamente da colônia, ela teria que absorver uma população que há mais de trinta anos está submetida a uma violenta campanha anticomunista. Obviamente haveria um desemprego em massa resultante da fuga dos capitais estrangeiros e do fim do “paraíso” fiscal. Esse fenômeno ficaria agravado pela existência de mais de meio milhão de imigrantes vindos de outros pontos da Ásia, atraídos pela publicidade consumista. Trata-se, portanto, de uma enorme população cujos hábitos não serão mudados do dia para a noite através da pressão ideológica vigente na época da revolução cultural, nem pelo radicalismo da remoção pura e simples para o campo, posta em prática por Pol Pot, no Campuchea.

O programa chinês para reabsorver Hong Kong ainda não foi definido completamente. Mas ao que tudo indica, ele terá como base a necessidade de dar um status próprio à região no momento em que ela for reincorporada. Isso garantiria condições especiais para o funcionamento de empresas capazes de assegurar uma alta taxa de emprego. No setor financeiro, as autoridades chinesas evitariam uma intervenção drástica, mas certamente aumentarão, se for o caso, o controle e a participação nas operações realizadas na região. Isso implica dizer que, a princípio, não deve haver uma mudança radical nas leis do “paraíso fiscal”, mas a médio prazo ele estará com seus dias contados.

Nas últimas semanas de 82, os dirigentes da comunidade empresarial e financeira de Hong Kong colocaram num segundo plano as resistências britânicas e começaram a ir até Beijing para saber detalhes da posição chinesa sobre a colônia. Pelo menos quatro delegações fizeram o mesmo roteiro e, na volta, tornaram público que “o diabo não pa-

recia tão feio”, como disse um empresário têxtil. Embora, em princípio, a estratégia chinesa pareça correta, ela ainda é muito recente para que se possa garantir o seu sucesso.

A ofensiva africana

No caso da África, só agora é que as autoridades chinesas começam a esboçar uma nova linha diplomática. Desde o início da década de 60 a região foi considerada como prioritária em termos de aliança política. Até meados dos anos 70, a China destinou 60 a 80% de sua ajuda externa à África. Apesar de significativa, em termos chineses, essa soma era de apenas cinco por cento da ajuda total recebida pelos africanos da Europa, Estados Unidos e União Soviética. É claro que as condições financeiras para essa ajuda eram muito mais favoráveis do que as dadas pelas antigas potências coloniais, porque era isenta de juros e com pagamento a longo prazo. Quarenta por cento da ajuda chinesa aos africanos destinava-se a projetos de infra-estrutura como estradas, ferrovias, portos e sistemas de radiodifusão. Vinte e cinco por cento para a agricultura e o resto para a indústria ligeira. Foram raros os financiamentos dados para o setor da indústria pesada.

No terreno diplomático, a África foi o continente onde maiores foram os erros cometidos até agora pelos chineses. Presos ao anti-sovietismo, eles deram apoio à Unita (União Nacional para a Independência Total de Angola), sem dar muita atenção às duvidosas relações do movimento com a polícia secreta portuguesa e com a África do Sul. Beijing também flertou com a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), cujo líder Holden Roberto era um teleguiado de Mobutu, o presidente do Zaire, e um elemento de confiança da CIA num momento em que o MPLA se empenhava com todas as suas forças na luta pela independência. Na Guiné-Bissau, a China se aproximou da titubeante Fling (Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné) só porque o PAIGC (Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde) tinha boas ligações com Moscou. Na África do Sul, as simpatias chinesas foram para o PAC (*Pan-Africanist Congress*), num momento em que o ANC (*African National Congress*) tinha reconhecida a melhor tradição de luta contra o *apartheid*. E no Marrocos, a diplomacia da China se omitiu até bem pouco tempo na questão do Saara Espanhol para manter os interesses econômicos com o rei Hassan II.

A rigor, os dois únicos países onde os chineses não erraram tanto foi no Zimbábue e na Tanzânia. Nesses dois, o êxito da aproximação foi mais uma consequência da personalidade de políticos como Robert Mugabe e Julius Nyerere, do que de um



A China, 1983: a curiosidade que ela desperta está marcada pelos erros do passado. Mas as mudanças ocorridas após a morte de Mao, colocando o Terceiro Mundo como meta prioritária, podem tirá-la do seu isolamento

cálculo diplomático. Nyerere procurou sempre manter as distâncias prudentes na questão do conflito sino-soviético, além de ser um líder que por suas características pessoais conquistou um enorme prestígio na África e em seu próprio país. Já Mugabe foi muito influenciado pelo apoio dado pela União Soviética a Joshua Nkomo, ao mesmo tempo em que o seu longo exílio em Moçambique lhe ensinou a desconfiar de apoios imediatistas. A China deu armas e dinheiro a Mugabe, mas este, politicamente, sempre esteve mais próximo de Moçambique.

A recente viagem do primeiro-ministro Zhao Ziyang à África procurou restabelecer contatos diretos a nível de chefes-de-governo interrompidos há quase duas décadas. Ziyang foi a países que não são considerados modelos de ação revolucionária, como Egito, Zaire, Marrocos e Quênia. Com esses países, a China tem relações comerciais que datam dos anos 60 e, pela análise dos discursos feitos pelo primeiro-ministro no Cairo, Kinshasa, Rabat e Nairóbi, ele foi muito prudente nas referências aos respectivos regimes. De resto, criticou as desigualdades crescentes no sistema econômico mundial, condenou as hegemonias e reiterou o apoio chinês aos países do Terceiro Mundo. Mas o fato do premiê da China ter se encontrado com personalidades controversas como Hosni Mubarak, Mobutu Sese Seko, Daniel Arap Moi e o rei Hassan II não dissipou as dúvidas e ressentimentos de outros governantes africanos que no passado tiveram problemas com a diplomacia da "revolução cultural".

Zhao Ziyang foi mais efusivo com os dirigentes da Argélia, Congo, Zâmbia, Zimbábue e Tanzânia e isto certamente lhe valeu alguns pontos na tentativa de reabrir caminhos diplomáticos na África.

No final da visita do primeiro-ministro chinês, seus assessores qualificaram o balanço geral como promissor. Mas, no resto da África, ainda reticente por causa dos erros do passado, a nova diplomacia chinesa é vista como um processo a ser consolidado. O fato de Ziyang não ter aparecido na África trazendo verdades definitivas ou fórmulas teóricas salvadoras, trouxe-lhe, sem sombra de dúvidas, algumas simpatias e uma expectativa geral.

Na América Latina, a influência de Beijing sempre foi a mais fraca e a mais prejudicada pelas interpretações equivocadas do maoísmo. Em geral, a posição chinesa esteve sempre associada com o aventureirismo ou à transposição mecânica de fórmulas implantadas pela revolução cultural. Nas conversas que tive com dirigentes chineses, a impressão recolhida é a de que eles procuram agora uma aproximação que não se limite aos níveis protocolares de governo a governo. A nova liderança chinesa tem boas informações sobre o continente, mas admite ter dificuldades para entender o processo político na maioria dos países. As relações com o regime do general Pinochet, no Chile, ainda são um resíduo da época da revolução cultural. Mas os esforços mais recentes de reaproximação, têm como objetivo principal a Argentina, Equador, Colômbia, Brasil e Venezuela.

Tanto no caso da África como também na Ásia, as relações da China com a América Latina estão marcadas pelo peso dos erros do passado. As mudanças ocorridas na política interna chinesa desde a morte de Mao Zedong despertaram uma grande curiosidade nesses três continentes. Uma curiosidade que aumenta na medida em que a China coloca hoje a aliança com o Terceiro Mundo como sua meta prioritária na diplomacia mundial. (C. C.) ●

O mercado livre na economia chinesa

Uma experiência limitada de comercialização, lucros e investimentos, em escala doméstica principalmente nas áreas rurais



Shangai. Terça-feira. Nos arredores da cidade, centenas de camponeses convergem para um descampado. Não chega a ser uma praça e nem há qualquer prédio por perto. Alguns chegam de bicicleta, outros vêm a pé equilibrando dois enormes cestos na ponta de uma vara de bambu apoiada nos ombros. Outros puxam carrinhos de duas rodas. Todos falam muito. Há uma pilha de cenouras num lado, do outro um grupo de camponeses discute em torno de outro monte de repolhos. Mais adiante uma mulher expõe peças de artesanato feitas com pedaços de bambu, um adolescente vende um sofá forrado de plástico rosa e

No campo, a lei da oferta e da procura



um velho vende peixinhos vermelhos em sacos plásticos. O aspecto é igual ao de uma feira livre num país capitalista. E na verdade é uma feira livre.

Trata-se de uma das mais radicais inovações do novo programa econômico implantado desde a ascensão de Deng Xiaoping ao poder. Após um longo período em que tudo o que era privado era visto com muita desconfiança, e considerado quase um crime, na época da revolução cultural, surge agora na China um sistema de comércio que escapa do âmbito estatal e introduz, em escala reduzida, o lucro individual.

O mercado livre chinês só pode funcionar na periferia das cidades e nele o camponês só pode vender o que produziu, criou ou construiu nos 14 metros quadrados de uso pessoal, a que tem direito como membro de uma comuna agrícola. Os preços no mercado livre são um pouco acima dos cobrados pela Cooperativa Central de Distribuição, existente em quase todas as cidades chinesas. E variam de acordo com a velha lei da oferta e da procura. Quando existe uma grande produção os preços caem, tanto na feira livre como no mercado oficial. Mas quando ocorre a escassez, em geral no sistema de livre troca o preço sobe, enquanto que no oficial o tabelamento impede a especulação. Ao mesmo tempo, a maior oferta atrai os compradores que eventualmente iriam à feira.

Hoje em dia as autoridades chinesas admitem que apenas um ou dois por cento da produção agrícola do país é comercializada através do sistema de livre comércio. Se, a nível global, a prática desse tipo de transação tem pouco significado em termos de volume de dinheiro, para o camponês, representou uma mudança muito grande de comportamento.

Durante uma conversa com os redatores do "Diário dos Camponeses", em Guangzhou (Cantão), eles me contaram que existem famílias que duplicaram sua renda graças ao sistema de livre comércio. Houve até o caso de uma família que em seis meses conseguiu comprar três aparelhos de televisão, uma geladeira, quatro aparelhos de som e construir mais uma casa de dois andares. Tudo isso porque passou a dedicar seu tempo livre à lucrativa criação de peixes ornamentais, um artigo muito procurado em toda a China.

O sistema de livre comércio, como é limitado à periferia das cidades, é basicamente dirigido aos próprios camponeses que nele encontram a possibilidade de trocar sua produção privada. No mercado livre que visitamos, os comerciantes barganhavam o preço e depois faziam pura e simplesmente a troca de produtos pelo valor acertado. O dinheiro raramente intervinha nas negociações e só aparecia em caso de diferença de valor. Para o morador urbano, o mercado livre tem uma importância se-

cundária, porque o abastecimento de gêneros alimentícios é feito quase que totalmente nos centros estatais de distribuição. Para ir até a periferia, o comprador tem que percorrer grandes distâncias de bicicleta, o que não chega a ser um problema, mas há uma capacidade limitada de carga. As mesmas restrições valem quando alguém tenta transportar comida nos ônibus, em geral superlotados.

Além disso, o consumidor urbano na China não estoca comida, não só porque em geral vive em habitações muito pequenas, como pelo fato de que, numa casa chinesa, o espaço dedicado à cozinha é mínimo. As compras são feitas na base do dia-a-dia, porque a maioria dos chineses come no trabalho e faz em geral apenas uma refeição em casa. Assim, não compensa ir até o mercado livre.

A nível de produção global, os redatores do "Diário dos Camponeses" de Guangzhou disseram que com os diversos estímulos dados à produção, a oferta de gêneros cresceu 15% nos últimos quatro anos. A nova política agrícola da China alterou radicalmente o sistema vigente na época da revolução cultural, ao introduzir o estímulo material.

Os problemas da distribuição igualitária

Antes da ascensão de Deng Xiaoping, os membros de uma comuna ganhavam exatamente a mesma coisa independentemente do volume de trabalho e do tipo de especialização. Vigorava o princípio da distribuição igualitária de todas as tarefas e ganhos. As metas de produção eram fixadas de cima para baixo. Com isso, os agricultores mais competentes simplesmente paravam de trabalhar quando a meta era atingida. Quando problemas climáticos, epidemias ou carência de recursos impediam que os objetivos fixados fossem atingidos, o camponês também não se sentia identificado com o fracasso. Por isso, as autoridades chinesas dizem hoje que apesar do princípio igualitário ser correto na teoria, na prática ele não levou a um aumento da produção nos níveis exigidos pelo crescimento demográfico e pelo desenvolvimento do país. Surgiu a ameaça de um êxodo do campo para a cidade, onde as facilidades eram maiores. Inclusive o sistema de fazendas estatais acabou emperrado. Aí, além de muitos outros problemas iguais aos das comunas, surgiu uma enorme burocracia que acabou dificultando a produção agrícola.

Enquanto Mao Zedong era vivo, ele tentou reverter esse crescimento da burocracia rural e urbana através da revolução cultural. Quase vinte milhões de jovens foram para o campo atendendo a palavras-de-ordem do Partido. Eles levavam muitas idéias e uma inexperiência total da vida no campo. O depoimento do guia que me acompanhou mostra como uma geração inteira viveu a revolução cultural:

1983 - fevereiro - no. 52



Na China de hoje, as patentes internacionais

"Eu tinha 17 anos quando junto com quatro colegas deixei a escola secundária para ir viver numa fazenda estatal situada a 300km ao norte de Beijing. Nós ganhamos 240 *yuan*s (cerca de 120 dólares) como ajuda para arranjar casa e comida nos primeiros tempos. Mas as semanas passaram e a gente não conseguia plantar nada. Em pouco tempo, o dinheiro acabou e os camponeses tiveram que nos ajudar. Por isso eles não gostavam muito da gente, porque esperavam que nós lhes ensinássemos como resolver problemas práticos da agricultura". Zhang Cangji é hoje jornalista. Só um de seus colegas ficou no campo depois da revolução cultural.

Mais do que em qualquer outra revolução socialista, a agricultura sempre esteve diretamente liga-

terceiro mundo - 91

da ao desenvolvimento da China depois de 1949. Num país de um bilhão e cem milhões de pessoas e que passou ao socialismo sem ter sequer uma experiência mínima de industrialização, a comida sempre foi uma preocupação diária tanto para quem produz como para quem consome. A ênfase dada à agricultura no novo programa econômico corresponde portanto a uma necessidade básica do país.

Pelo novo sistema, que passou a ser chamado de "Sistema de Responsabilidade na Produção", cada camponês é responsável pela produção da comuna ou da fazenda estatal. Ele tem direito à redistribuição dos lucros, sempre que a produção ultrapassar as metas estabelecidas no início do ano. Se a produção ficar abaixo, o camponês também é responsável e deve complementar o déficit, desde que ele não seja provocado por fatores fora de seu controle (catástrofes naturais ou epidemias).

Estímulos materiais

E para que o camponês produza sempre mais, o governo instituiu a partir de 1978, uma série de estímulos materiais. Assim, um camponês de uma comuna, como a que visitamos em Shanghai, ganha em média 86 *yuans* por mês (cerca de 42 dólares) como salário básico da comuna. No fim do ano passado, na comuna de Peng Pu, a redistribuição dos lucros deu a cada um dos seus 19 mil habitantes uma quota extra de 60 *yuans*. Se levarmos em conta que um operário urbano ou um jornalista ganham entre 60 a 70 *yuans* por mês, o trabalhador agrícola tem uma posição econômica muito melhor. Posição esta que fica ainda mais evidente quando se constata que o camponês tem direito a um ganho extra no mercado livre. Na comuna de Peng Pu encontramos trabalhadores que chegam a receber quase 10 *yuans* por semana com a produção de artesanato, nas horas vagas.

No campo, predominam famílias grandes, isto é, de quatro até cinco pessoas. Como todos os que têm mais de 18 anos são produtivos e têm direito aos seus 14m², muitas vezes a área privada total pode chegar a 70m². Para nós, isso não passa de um fundo de quintal, mas na China é uma dimensão considerável, e que em geral é explorada centímetro por centímetro. Em Peng Pu, as 4.808 famílias que compõem a comuna vivem em sua grande maioria em casas de dois andares, um luxo para os padrões chineses. Nas quatro casas que visitamos, o primeiro andar é o mais simples, quase sem móveis, onde fica uma cozinha mínima e o banheiro, além de uma sala grande em geral usada para o trabalho. A parte social fica no andar de cima. Num das casas havia um televisor e um aparelho de som em cada um dos dois quartos. Essa família pode se dar ao luxo de ter também um sofá, tido

na China como um símbolo de progresso, tão importante quanto os eletrodomésticos.

Tanto a casa como os bens foram comprados com os ganhos do trabalho na comuna e com a venda de peças de artesanato no mercado livre. Uma família camponesa não paga aluguel, consome muito pouca luz, em geral produz os alimentos básicos que necessita para seu consumo graças ao cultivo de uma horta caseira na terra privada, não tem despesas com educação e saúde porque a comuna fornece tudo gratuitamente. Resultado: existem famílias que chegam a acumular uma poupança anual de quase 45% dos seus ganhos.

Como esse sistema está implantado há três ou quatro anos, os camponeses vivem no momento uma certa euforia consumista. É difícil encontrar pessoas que queiram sair do campo para ir trabalhar nas cidades, embora existam muitos chefes de família que trabalham em fábricas enquanto mulher e filhos fazem o trabalho agrícola. Nesse caso, a mulher recebe os ganhos da produção e tem as regalias de um membro da comuna, enquanto o homem só tem as vantagens do trabalho na fábrica. O mesmo vale para os filhos.

E como consequência, a produção agrícola cresceu em todo o país. Já não existe escassez de hortaliças nas grandes cidades, um fenômeno crônico nos últimos quinze anos. Os cultivos de larga escala como arroz, trigo, soja e outros também cresceram, porque aumentou a produção das comunas que se dedicam a esse tipo de lavoura. Nas fazendas estatais, o aumento da produção ficou abaixo do registrado pelas comunas, porque a burocratização das grandes unidades agrícolas impediu que elas superassem até o momento os enormes problemas acumulados nos últimos anos. Existe no momento uma tendência de transformar as fazendas estatais com maiores problemas em comunas. Isto é, a administração deixaria de ser centralizada e estatal, para ficar nas mãos dos próprios agricultores. Os economistas chineses acreditam que essa transformação e mais o sistema de responsabilidade na produção, devem estimular a rentabilidade de várias fazendas coletivas que hoje estão emperadas. O diretor do "Diário dos Camponeses" de Guangzhou disse que não existe nenhum plano para acabar definitivamente com as fazendas estatais, conforme foi anunciado por alguns jornais do Ocidente.

Prestação de serviços

Além do "sistema de responsabilidade na produção", dos estímulos materiais e do mercado livre, existem ainda outras mudanças que certamente seriam taxadas de "burguesas" pelos adeptos da revolução cultural. A mais polêmica delas é a reintrodução em escala reduzida do sistema de sub-



A nova política procura valorizar o trabalho dos camponeses mais experientes e empreendedores

contratação de mão-de-obra. Um camponês, em suas horas vagas, pode vender a sua força de trabalho a outro camponês mediante um pagamento estabelecido pela livre negociação. O sistema está limitado a negociações privadas, isto é, à venda das horas livres para trabalho no lote privado de outro camponês. É uma modalidade que se restringe a um pequeno número de casos, embora a frequência venha aumentando, notadamente nos casos de comunas mais ricas.

A outra modalidade de prestação de serviços introduzida nos últimos dois anos é a do chamado trabalho especializado, envolvendo principalmente avicultura, suinocultura, pecuária, silvicultura e criação de peixes. Esse sistema pode tomar duas formas distintas: um camponês assina um contrato com a comuna ou fazenda estatal para fornecer um tipo especializado de trabalho. Ele entra com seu conhecimento técnico e o coletivo com os meios de produção. Os lucros são divididos entre as duas partes em proporções que variam de acordo com o tipo de contrato. A outra forma de prestação de serviços especializados envolve as horas vagas de um membro da comuna. Nesse caso, ambas as partes funcionam independentemente, quer dizer, não há divisão de lucros, porque o indivíduo é responsável pelo fornecimento de uma quantidade fixa de horas de trabalho por um preço acertado previamente. No caso do indivíduo ter acertado o fornecimento de bens ou de produtos, em caso de não alcançar a meta estabelecida, o coletivo não tem qualquer responsabilidade no prejuízo.

O trabalho especializado já envolve mais de

meio milhão de camponeses em toda a China. Em Heilongjiang, por exemplo, os trabalhadores especializados fornecem 83% dos ovos e 68% das galinhas consumidas pela população. Noutras províncias chinesas, na produção de porcos, vacas e peixe para consumo, a participação dos trabalhadores especializados chega hoje a atingir 90% do total. Os responsáveis pela introdução desse sistema afirmam que ele valoriza o trabalho dos camponeses mais experientes e empreendedores.

Na conversa com o diretor do "Diário dos Camponeses" ele me explicou que a questão básica por trás de toda as reformas econômicas promovidas pela equipe de Deng Xiaoping é a incapacidade do governo de realizar investimentos em massa na agricultura para aumentar a produção de comida. Não existe dinheiro disponível para ser desviado da indústria, da defesa, ou da previdência social para financiar a economia rural. E sem um aumento da produção de comida, o meu interlocutor afirma que o sistema socialista correria riscos muito sérios, podendo gerar uma queda da confiança do povo no governo e até mesmo o surgimento de focos de descontentamento.

A solução encontrada para acumular recursos destinados a investimentos na agricultura foi a de aumentar o trabalho do camponês tanto em número de horas como em qualidade. E para chegar a esse objetivo, foi introduzido o sistema de estímulo material. Essa é a lógica do novo programa que parece estar dando resultados positivos, mas envolve a longo prazo uma série de interrogações. A principal delas é a possibilidade da China chegar ao



Os mercados agrícolas livres e o consumo de eletrodomésticos são outros exemplos da mudança



mesmo tipo de crise que hoje afeta a agricultura de vários países socialistas da Europa que introduziram há algum tempo o mesmo sistema de estímulo material.

As famílias camponesas podem ser levadas a procurar ter cada vez mais filhos como uma forma de ampliar a área privada e com isso elevar seus ganhos particulares. Os funcionários chineses dizem que isso será bloqueado pela rígida política de limitação da natalidade, que impõe penas para o casal que tiver mais de um filho. Mas o que até agora não foi provado, é se o crescimento da produção familiar não ultrapassará o preço das punições por infringir o controle da natalidade.

Livre iniciativa

Além disso, ao dar ênfase ao aspecto privado em determinados ramos da produção, e ao procurar estimular os camponeses com uma rentabilidade própria, o governo está abrindo um campo para a livre iniciativa. Embora esse campo ainda seja muito limitado (apenas 7% da área das comunas

são controlados pelos camponeses em caráter privado) é claro que, no futuro, as pressões para que ela seja ampliada surgirão, na medida em que o esforço adicional dos trabalhadores for se tornando cada vez mais compensador. Existe também o risco de que os camponeses beneficiados pelo sistema de responsabilidade na produção passem a se interessar por lucros crescentes, exploração de empregados subcontratados e especulação.

Ao abrir as válvulas do consumo, severamente restrito até 1976 por causa da produção limitada e pelas barreiras ideológicas, o governo atual está assumindo um risco calculado. No momento, as vantagens imediatas ofuscam o surgimento de dúvidas quanto ao futuro, no nível do homem da rua. O governo e o Partido Comunista garantem que as eventuais distorções do novo sistema poderão ser combatidas eficazmente graças à educação ideológica. E chegam a afirmar que "só um país que passou por uma revolução cultural" tem possibilidade de encarar a abertura política e econômica sem riscos de adulteração dos princípios socialistas.

A outra grande interrogação refere-se ao tipo de crescimento das comunas. As que se situam perto das grandes cidades e em toda a faixa oriental do país, perto do mar, têm um grau de desenvolvimento muito maior do que as do interior, em geral bem mais pobres. Isto segue de alguma maneira o padrão geral do país, mais rico no litoral e mais pobre à medida que avança para o interior. Um projeto socialista teria que ter logicamente em vista reduzir a diferença e não deixar que ela se amplie, se for dada liberdade de iniciativa. O camponês da faixa oriental tem maiores condições de ganhar mais do que o do interior. Este último vai ter que contar com investimentos e auxílio governamental para vencer as barreiras naturais ao seu progresso econômico.

As dúvidas que surgem em torno do novo programa econômico chinês são muitas. A curto prazo, elas perdem em importância diante dos ganhos alcançados, embora alguns setores ainda ligados à revolução cultural continuem fazendo duras críticas ao novo sistema.

Um dirigente chinês a quem manifestamos uma certa apreensão quanto às consequências a longo prazo das reformas introduzidas, nos deu uma resposta desconcertante: "Aqui neste país, desde 1949, nós já erramos muito e nem assim a revolução acabou. O Grande Salto fracassou. A revolução cultural, apesar de reconhecida no mundo inteiro como um passo à frente no socialismo, acabou num impasse. Mesmo que quiséssemos antecipar as consequências futuras do novo programa econômico, isto seria impossível, porque o futuro é feito do presente. E nossa capacidade de entender o presente é limitada. Este é o risco que correm todos os que pretendem construir o socialismo". (C. C.)●

A China e a América Latina



O povo chinês quer se aproximar dos latino-americanos

Brasil avance ainda mais no aprimoramento democrático de suas instituições políticas e econômicas.

Como o governo da China vê o crescente endividamento dos países do Terceiro Mundo em relação aos grandes centros financeiros da Europa e Estados Unidos?

— A dívida externa é o resultado da transferência dos problemas e dificuldades dos grandes países capitalistas para as economias dos países pobres. A esse problema deve-se acrescentar a acentuada queda dos preços de matérias-primas exportadas pelo Terceiro Mundo. A soma desses dois fatores fez com que numerosos países da África, Ásia e América Latina não pudessem mais pagar os seus débitos. No caso da América Latina, o total da dívida com os grandes bancos ocidentais sobe a 240 bilhões de dólares, o que representa cerca de 84% da dívida externa global do Terceiro Mundo. É uma situação muito grave, cujo único remédio é a união de todos os países do Terceiro Mundo para impedir que os ricos continuem transferindo seus problemas para os pobres que, no final das contas, são obrigados a pagar por todos os desmandos dos grandes centros de consumo da Europa e dos Estados Unidos. Os países do Terceiro Mundo devem forçar conversações para contrabalançar a passividade dos Estados Unidos. Os norte-americanos não se interessam em discutir em pé de igualdade. Eles só cedem quando pressionados. O caso da Conferência de Cancún foi bem típico. A Conferência foi um passo positivo nas conversações globais para instaurar uma Nova Ordem Econômica Internacional. Nesse processo deve haver uma intensificação dos contatos Sul/Sul porque o Terceiro Mundo, a cada dia que passa, descobre mais e mais que do Norte só virão atitudes que beneficiem o próprio Norte.

A China apóia uma gestão coletiva dos países do Terceiro Mundo para renegociar em termos globais o problema da dívida externa dos países pobres, mas não acredita que uma moratória geral possa resolver definitivamente a questão. É o que afirma o diretor do Departamento de Assuntos da América e Austrália, do Ministério de Relações Exteriores, Zhu Qizheng. A conversa com ele durou quase duas horas e foi especialmente esclarecedora quanto à posição chinesa sobre a América Latina. Segue um resumo da entrevista:

Como o senhor vê o retorno de vários países latino-americanos à democracia?

— A China considera extremamente positivo o retorno a um sistema democrático na América Latina. Acredita inclusive que esse retorno deveria se estender a todos os demais países que ainda não vivem numa democracia, no resto do continente. Acreditamos que os governos escolhidos pelo povo são sempre os mais corretos, embora muitas vezes o povo possa se enganar. Mas este é um julgamento que não pretendemos fazer em casos específicos. Acharmos que os assuntos de cada país devem ser resolvidos internamente.

E o caso da "abertura" brasileira?

— As mudanças recentes no Brasil, especialmente as últimas eleições, são o resultado de esforços de amplos setores sociais, que agora começam a amadurecer. Creio que esse processo de transformação está em desenvolvimento, e espero que o

O senhor acredita que uma moratória conjunta de todos os ávedores do Terceiro Mundo possa ser uma solução?

— A moratória é um problema muito complicado. É impossível dar uma resposta definitiva. As relações econômicas entre os países pobres e os ricos são muito complexas. Há situações internas

Atualmente a
China tem
relações
diplomáticas
com 14 dos 32
países latino-
americanos



muito delicadas em cada um dos países devedores. Somente após uma discussão aprofundada de caso por caso é que se pode dar uma opinião sobre a moratória.

Como o senhor vê a política brasileira em relação à África?

— A China apóia a aproximação do Brasil com os governos anti-racistas da África. Acreditamos que essa aproximação possa fortalecer a cooperação entre os países do Terceiro Mundo. Trata-se de uma aproximação mútua. Apoiamos o discurso do presidente Figueiredo nas Nações Unidas porque vemos nesse pronunciamento a confirmação dos efeitos destruidores da economia dos grandes sobre a dos pequenos. E acreditamos especialmente que a posição brasileira sobre o caso da Namíbia possa dar uma contribuição efetiva para a solução desse problema colonialista.

A China pretende se apresentar como uma alternativa ao equilíbrio entre Estados Unidos e União Soviética?

— A China adota uma política externa independente e autônoma. Pretendemos ter relações com qualquer país que aceite as normas de convivência pacífica entre as nações. Queremos relações preferenciais com o Terceiro Mundo. Somos tanto contra as hegemonias de qualquer tipo bem como as pretensões imperialistas. Estes são os princípios básicos de nossa posição internacional. Nós não estamos interessados na manutenção do equilíbrio mundial da forma como ele está estabelecido atualmente. Não apoiamos um equilíbrio de hegemonias e nem pretendemos exercer uma hegemonia alternativa.

O senhor acredita que as relações da China com

96 - terceiro mundo

a América Latina pioraram nos últimos anos?

— A China tem relações com 14 dos 32 países latino-americanos. Os que ainda não têm embaixadas em Beijing enfrentam dificuldades internas e externas para romper com o regime de Formosa. Nós poderemos esperar o tempo necessário para que esses países resolvam os seus problemas. Não somos nós que nos opomos a uma normalização das relações diplomáticas. É verdade que nossas relações com os latino-americanos não foram mais intensas nos últimos anos por causa de nossos próprios problemas. Mas temos a esperança de que os laços entre a China e a América Latina possam se tornar excelentes nos próximos anos. Temos um relacionamento satisfatório com o Brasil. Nossas trocas comerciais chegaram a 300 milhões de dólares no último ano. Estamos também intensificando o comércio com México, Argentina, Venezuela e Colômbia.

Qual a posição chinesa sobre o Movimento dos Países Não-Alinhados?

— A China apóia os Não-Alinhados embora não faça parte do Movimento. Estamos afastados por uma questão jurídica. Em 1950, a China assinou um tratado de amizade com a URSS e quando o Movimento dos Não-Alinhados surgiu em 1956, nós ficamos de fora. Esse tratado com a URSS já se esgotou de direito em 1980 e, de fato, já estava morto há muito mais tempo. Nós acreditamos que possamos ajudar os países não-alinhados mesmo estando de fora do Movimento. Pensamos a mesma coisa em relação ao Grupo dos 77. Nós apoiamos toda e qualquer organização ou movimento que esteja preocupado em promover uma maior aproximação entre os países do Terceiro Mundo. Eu poderia dizer que esta é a preocupação fundamental em toda a nossa política externa. ●

no. 52 — fevereiro — 1983

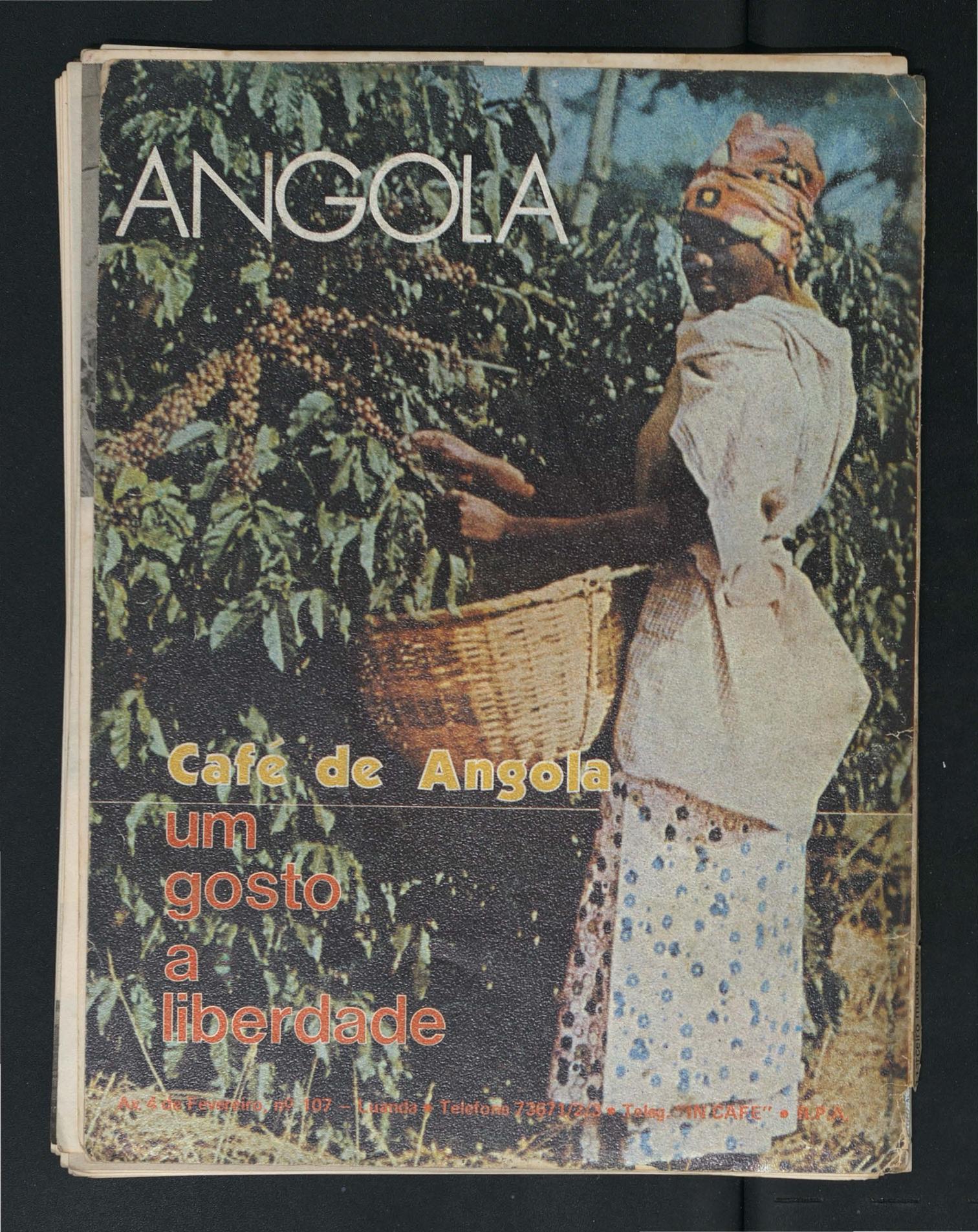


**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 · Luanda
telex 3148 3260

A woman wearing a white headwrap and a white shawl is harvesting coffee in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee trees with ripe cherries.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
a
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Telex "INCAFE" • R.P.A.